



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DANIELA SANTANA SANTOS

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO ACERCA
DA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO IFS/CAMPUS ESTÂNCIA**

**Aracaju-SE
2023**

DANIELA SANTANA SANTOS

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO ACERCA
DA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO IFS/CAMPUS ESTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Aracaju-SE

2023

Santos, Daniela Santana.
S237p A percepção dos estudantes no ensino médio integrado acerca da gestão do orçamento público no IFS/Campus Estância. / Daniela Santana Santos. – Aracaju, 2023.
128f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientador: Profa. Dra. Sônia Pinto de Albuquerque Melo.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Gestão Escolar. 3. Ensino técnico e profissionalizante. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Melo, Sônia Pinto de Albuquerque. III. Título.

CDU: 377

DANIELA SANTANA SANTOS

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO ACERCA
DA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO IFS/CAMPUS ESTÂNCIA**

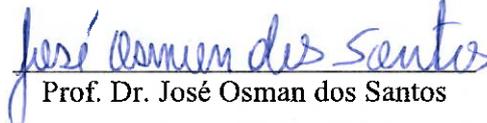
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 30 de Outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Orientadora - Instituto Federal de Sergipe - IFS


Prof. Dr. José Osman dos Santos

Examinador Interno - Instituto Federal de Sergipe - IFS



Prof.^a Dr.^a Adrielma Silveira Fortuna dos Santos

Examinadora Externa - Universidade Federal de Sergipe - UFS



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA



DANIELA SANTANA SANTOS

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO ACERCA
DA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO IFS/CAMPUS ESTÂNCIA

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de Outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo
Orientadora - Instituto Federal de Sergipe - IFS

José Osman dos Santos

Prof. Dr. José Osman dos Santos
Examinador Interno - Instituto Federal de Sergipe - IFS

Adriélma Silveira Fortuna dos Santos

Prof.^a Dr.^a Adriélma Silveira Fortuna dos Santos
Examinadora Externa - Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dedico este trabalho a minha amada e inspiradora filha, Sophia Santana.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai eterno e amoroso, por renovar as minhas forças, restabelecer a minha saúde e me apresentar com mais uma vitória. E a Nossa Senhora das Graças, pelo amor de mãe e intercessão constante em minha vida.

Ao meu amado esposo, companheiro de vida, que sempre esteve ao meu lado me incentivando a prosseguir, entendendo minhas ausências e falhas, agradeço por todo amor, carinho, paciência e torcida diária. Ao grande amor da minha vida, minha pequena Sophia, filha amada, obrigada por entender as minhas ausências devido à rotina pesada de estudo e trabalho. Seu amor me motiva a seguir em frente!

Aos meus pais, irmã e sobrinho pelo amor e proteção e por serem minha rede de apoio. Obrigada por tudo! E a minha tia, Elenilde Santana, pelo amor maternal, dedicação, companheirismo e torcida de sempre. Gratidão por tudo!

À minha amada amiga e comadre Suellen Karolyne, ser humano incrível, altruísta, que sempre esteve comigo em todos os momentos desta difícil jornada. Que não largou a minha mão um só momento. Obrigada por todo amor, paciência e compreensão. Deus te abençoe duplamente!!!

As amigas que me incentivaram a ingressar neste processo de formação, Valdenice Santana Freire e Michele dos Santos, obrigada pelos aconselhamentos, torcida e amizade sincera. À amiga Ingrid Fabiana, que desde o início do curso, diariamente me motivou a continuar lutando, esteve ao meu lado em um momento muito delicado que passei durante este processo. Amiga, mais uma vitória juntas, graças a Deus!

As amigas que o mestrado me presenteou, Dayane Oliveira, obrigada pela parceria fantástica, choros, risadas e aprendizados compartilhados e a Tatiana Karenina, obrigada pelo carinho, atenção e troca de conhecimentos. Gratidão meninas! Vencemos!!

A minha querida orientadora Prof^{fa}. Dr^a Sônia Albuquerque, pela confiança, oportunidade e apoio incondicional à realização deste trabalho. Obrigada pelas trocas de conhecimentos e a forma carinhosa, humanizada e acolhedora com a qual conduziu a nossa jornada. Essa vitória é nossa!

Ao Prof. Dr. José Osman dos Santos e a Prof^{fa}. Dr^a Adrielma Silveira Fortuna dos Santos pelas generosas contribuições na banca de qualificação para melhoria desse estudo e pela participação na banca examinadora. Obrigada pelos saberes partilhados! Aos docentes do ProfEPT - IFS pela partilha de conhecimentos e aos colegas de mestrado pelas trocas de experiências e informações ao longo dessa jornada.

A toda Família IFS/Campus Estância, aos amigos que sempre me acolheram e torceram pela minha vitória. Aos amigos da CGPA e das CPRAs/IFS, Diego Feitosa DCOM/IFS e todos os colaboradores, servidores e docentes que colaboraram direta e/ou indiretamente na realização desse trabalho. Meu muito Obrigada!

Aos queridos estudantes e servidores participantes da pesquisa e validação do produto educacional pela atenção, disponibilidade, críticas e sugestões para melhoria desse trabalho. Enfim, a todos que contribuíram para o desenvolvimento desse estudo. Minha gratidão!

Educação nunca foi despesa.
Sempre foi investimento
com retorno garantido.

(Sir Arthur Lewis)

RESUMO

O Orçamento Público é uma ferramenta de planejamento primordial para o bom desenvolvimento de uma Instituição, por meio dele que os gestores planejam quais ações serão executadas a curto prazo, conforme as receitas previstas. No caso da Educação, tem-se como desafio a efetivação da gestão democrática como modelo ideal para a democratização do orçamento público nas unidades de ensino. Partindo desta premissa, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção que os estudantes do Ensino Médio Integrado possuem acerca da gestão do orçamento público no IFS *Campus/Estância*. Os objetivos específicos consistem em: descrever os documentos oficiais do IFS que visam à sensibilização dos estudantes quanto à participação na gestão do orçamento público do *Campus*; identificar e elencar quais os canais e/ou mecanismos de divulgação existentes na citada Instituição para informar os estudantes sobre o orçamento público; se os educandos participam das tomadas de decisões por meio da representação estudantil e por fim, elaborar um produto educacional em formato audiovisual, intitulado “*Orçamento público: entender é legal!*” para sensibilização dos estudantes acerca do tema. Lançou-se mão da vertente sociocrítica, para enfatizar a importância do orçamento público na consolidação das políticas educacionais; e da gestão escolar democrática enquanto estratégia para o protagonismo dos estudantes no processo educativo. Esse estudo aborda as concepções e definições sobre: orçamento público; o financiamento da EPT; o orçamento público do Instituto Federal de Sergipe/*Campus Estância*, além de uma breve discussão sobre gestão escolar democrática, autonomia, currículo e Projeto Político Pedagógico. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa aplicada com abordagem quali-quantitativa, um estudo de caso no qual serão utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: pesquisa documental por meio de análise de regimentos, decretos e legislações do IFS; pesquisa descritiva com utilização de questionários *online* aplicados com os estudantes do Ensino Médio Integrado e com os servidores/gestores que trabalham diretamente com o orçamento público da Instituição; e também na validação do produto educacional. Espera-se que esse estudo contribua para a sensibilização dos estudantes e de toda a comunidade escolar sobre o orçamento público da Instituição; que fomente a transmissão de informações aos estudantes provocando-lhes o sentimento de pertencimento à escola; a participação nos espaços de representação estudantil e a atuação nas discussões e tomada de decisões sobre o orçamento público do *Campus* no qual eles são partícipes e protagonistas.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica. Gestão Escolar Democrática. IFS.

Orçamento Público.

ABSTRACT

The Public Budget is a fundamental planning tool for the good development of an Institution, through which managers plan which actions will be carried out in the short term, according to expected revenues. In the case of Education, the challenge is to implement democratic management as an ideal model for the democratization of the public budget in educational units. Based on this premise, the general objective of this research is to analyze the perception that Integrated High School students have regarding the management of the public budget at the IFS Campus/Estancia. The specific objectives consist of: describing the official IFS documents that aim to raise student awareness regarding participation in the management of the Campus's public budget; identify and list which channels and/or dissemination mechanisms exist in the aforementioned Institution to inform students about the public budget; if students participate in decision-making through student representation and finally, prepare an educational product in audiovisual format, entitled "Public budget: understanding is cool!" to raise student awareness on the topic. The socio-critical aspect was used to emphasize the importance of the public budget in consolidating educational policies; and democratic school management as a strategy for student protagonism in the educational process. This study addresses the concepts and definitions of: public budget; EPT financing; the public budget of the Federal Institute of Sergipe/Campus Estância, in addition to a brief discussion on democratic school management, autonomy, curriculum and Political Pedagogical Project. As for methodological procedures, this is an applied research with a qualitative-quantitative approach, a case study in which the following data collection instruments will be used: documentary research through analysis of IFS regulations, decrees and legislation; descriptive research using online questionnaires applied to Integrated High School students and employees/managers who work directly with the Institution's public budget; and also in validating the educational product. It is hoped that this study will contribute to raising awareness among students and the entire school community about the Institution's public budget; that encourages the transmission of information to students, giving them a feeling of belonging to the school; participation in student representation spaces and participation in discussions and decision-making about the public budget of the Campus in which they are participants and protagonists.

Keywords: Professional and Technological Education. Democratic School Management. IFS. Public budget.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 . Acompanhamento Orçamentário - Campus Estância 2023	47
Figura 2 . Orçamento do Instituto Federal de Sergipe no período de 2014 a 2020	50
Figura 3 . Monitor de Ações Plano Anual de Trabalho - Campus Estância	59
Figura 4 . Monitor de Ações Plano Anual de Trabalho - Campus Estância	59
Figura 5 . Transparência e prestação de contas	60
Figura 6 . Execução Orçamentária e Financeira	60
Figura 7 . Portal de Transparência (Governo Federal)	61
Figura 8 . Painéis de resultados.....	61
Figura 9 . Gestão de Orçamento	62
Figura 10 . Orçamento PROAD.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Curso dos participantes	66
Gráfico 2. Sexo dos estudantes	67
Gráfico 3. Faixa etária dos estudantes.....	67
Gráfico 4. Estado civil dos estudantes	68
Gráfico 5. Cidade onde residem os estudantes.....	68
Gráfico 6. Cidade x Frequência dos estudantes no Instituto	69
Gráfico 7. Renda familiar dos estudantes	70
Gráfico 8. Já recebeu algum auxílio da Assistência Estudantil.....	71
Gráfico 9. Qual ou quais auxílios recebeu	71
Gráfico 10. Atualmente recebe algum auxílio da Assistência Estudantil	71
Gráfico 11. Qual ou quais auxílios recebe?	72
Gráfico 12. Já foi/é bolsista em algum projeto de pesquisa ou extensão do IFS?	72
Gráfico 13. Qual ou quais projetos participa/participou?.....	73
Gráfico 14. Você sabe de onde vem os recursos para o funcionamento do Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância?.....	73
Gráfico 15. Você sabe o que é Orçamento Público?.....	74
Gráfico 16 . Durante a sua permanência no IFS/Campus Estância participou de algum evento ou ação sobre o orçamento público do Campus?.....	74
Gráfico 17. Você já recebeu alguma informação sobre os recursos financeiros que existem no Campus Estância para realização das atividades da Instituição?	75
Gráfico 18. Você conhece quais são os canais de divulgação e de acesso as informações sobre a distribuição/gastos dos recursos financeiros do Campus Estância?	75
Gráfico 19. Canais de acesso à informação e divulgação sobre o Orçamento do Campus.....	76
Gráfico 20. Você é membro de algum grupo, conselho ou grêmio estudantil?	77
Gráfico 21. Já participou de reunião de Conselho de Classe, Grêmio Estudantil ou reuniões sobre decisões a serem tomadas no IFS?	77
Gráfico 22. Você tem interesse de saber sobre os recursos orçamentários, receitas e despesas das atividades a serem realizadas no Campus/Estância?	78
Gráfico 23. Já foi convidado(a) para participar da prestação de contas do Campus/Estância?	78
Gráfico 24. Já participou do momento de prestação de contas do Campus/Estância?.....	78
Gráfico 25. Você já participou de reuniões para formular propostas de utilização dos	

recursos orçamentários do Campus/Estância?	79
Gráfico 26. Sexo dos participantes.....	82
Gráfico 27. Faixa etária dos participantes	82
Gráfico 28. A quanto tempo trabalha no Campus Estância?	82
Gráfico 29. Quanto tempo está na função/gestão?	83
Gráfico 30. Durante esse tempo participou de alguma prática/ação que informasse os estudantes sobre o orçamento público do Campus?	83
Gráfico 31. Presenciou estudantes questionando sobre os recursos orçamentários existentes no Campus/Estância?.....	84
Gráfico 32. Você considera importante comunicar os estudantes sobre a gestão do orçamento do Campus/Estância?.....	86
Gráfico 33. No desempenho do seu cargo/ função foram/são utilizados canais de informação para divulgar informações sobre o orçamento do Campus aos estudantes?.....	87
Gráfico 34. Os canais de divulgação citados pelos servidores.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projeção Orçamentária do IFS 2020 a 2024.....	45
Quadro 2 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Estância.....	46
Quadro 3 - Orçamento do Campus Estância / 2018 - 2023	47
Quadro 4 - Orçamento de Investimentos do IFS em 2021	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social

CAM - Coordenação de Administração

CAQ - Custo Aluno Qualidade

CCOF - Coordenação de Contabilidade, Orçamento e Finanças

CEFET - SE - Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe

COAE - Coordenação de Assistência Estudantil

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,
Científica e Tecnológica

COPLAN - Coordenação de Planejamento

COVID - 19 - *coronavirus disease 19*

DG - Direção Geral

EAFSC - Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

EC - Emenda Constitucional

EMI - Ensino Médio Integrado

EPI - Equipamento de Proteção Individual

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FEUSP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização
dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de
Valorização do Magistério

GADM - Gerência de Administração

GEN - Gerência de Ensino

IFE - Instituto Federal de Ensino

IFS - Instituto Federal de Sergipe

INEP - O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAE - Política de Assistência Estudantil

PAT - Plano Anual de Trabalho

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

PROEP - Programa de Reforma da Educação Profissional

ProfEPT - Programa de Pós – Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	25
2.2 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COMO MODELO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO	34
2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	39
2.3.1 ORÇAMENTO PÚBLICO DO IFS/CAMPUS ESTÂNCIA	42
3 METODOLOGIA	54
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	57
4.1 ANÁLISE DA PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES ACERCA DA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DO IFS/ CAMPUS ESTÂNCIA	65
4.2 ANÁLISE DA PESQUISA COM OS SERVIDORES/GESTORES	81
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	89
5.1 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	90
5.2 ANÁLISE DA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	109
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS - ESTUDANTES	117
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS - SERVIDORES	119
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	120
APÊNDICE E - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	125
ANEXO A - DIVULGAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	127
ANEXO B - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	128

1 INTRODUÇÃO

O orçamento público é um importante instrumento de planejamento e controle da gestão pública, que prevê receitas e fixa as despesas propostas por cada um dos poderes e pelo Ministério Público para um determinado período. O poder executivo por meio do seu órgão de planejamento cria um projeto de lei específico, que é submetido ao poder legislativo para aprovação e direcionamento dos recursos para as instituições, conforme a lei orçamentária anual. Resumidamente, o orçamento público é um dos principais instrumentos que o gestor público dispõe para dar cumprimento às suas funções; sem o amparo dele, não é possível realizar quase nenhuma ação.

De acordo com a visão de Santos (2016) é de fundamental importância o gestor público saber lidar com o orçamento por três principais razões: o atendimento das demandas por bens e serviços advindas da comunidade poderão ser realizadas somente se estiverem contempladas no orçamento público; as atividades econômicas, sociais, culturais e políticas da comunidade são regulamentadas por leis que definem os recursos do orçamento público para sua aplicação; e deve-se “cumprir à risca” o que é estipulado para os gastos realizados pelos órgãos públicos e não pode haver desvios do que está autorizado no orçamento público, nem existir conflitos com o interesse público.

Corroborando com Gomes (2004), no Brasil, o orçamento é conhecido somente por especialistas, pelos que decidem sobre a receita e a despesa da entidade pública, precisamos acabar com essa tradição, porque o orçamento é a peça chave das políticas públicas. Por meio dele é que se define em números aquilo que no discurso determinam como prioridades, podemos visualizar a relação entre o discurso e a realidade, entre teoria e ação do Estado. O autor ressalta que atualmente a legislação avançou muito na democratização do processo orçamentário e que existem pessoas interessadas em participar, entretanto, há muito o que se fazer para que a sociedade tome consciência de suas necessidades e da participação no destino do país.

No âmbito da Educação essa realidade também é notória, pouco se discute sobre o orçamento público da educação com todos os segmentos que formam o sistema educacional, em especial, a comunidade escolar para qual os serviços são prestados. Esse é um dos fatores que justificam a escolha feita para este estudo, um recorte temático sobre orçamento voltado à educação e com destaque para o protagonismo estudantil na gestão do orçamento público da unidade de ensino.

Reforçando os estudos que apontam a escassez desse recorte, a pesquisa de Quirino (2011), verificou que há diversas pesquisas que envolvem a temática do orçamento público, entretanto, são poucos os estudos que relacionam o orçamento público com a educação. E destes a metade se refere ao ensino superior, sendo necessário mais estudos que ressaltem as outras etapas e modalidades do ensino.

É fundamental que o cidadão entenda como funciona as questões orçamentárias, e possa acompanhar de que forma o dinheiro público é investido no país. O dever dos gestores públicos é garantir esse direito à transparência das informações referentes a esse processo. De acordo com esse pensamento, surge a motivação da autora desta pesquisa - servidora do quadro efetivo do IFS/ *Campus* Estância, lotada na Gerência de Administração - que no cotidiano profissional (um dos fatores que viabilizam o desenvolvimento da pesquisa) devido à função que exerce, tem acesso às informações sobre a execução orçamentária do *Campus* e a dificuldade da Instituição para honrar todos os pagamentos e manter o funcionamento da unidade escolar dentro da normalidade.

Ao mesmo tempo que, com certa frequência presencia questionamentos dos estudantes referentes à estrutura predial do *Campus* Estância, à falta de uma quadra poliesportiva e refeitório, além das poucas aquisições de materiais para laboratórios e a irrisória quantidade de auxílios ofertados por meio do Programa de Assistência Estudantil, o que levou a inferir que existe um certo distanciamento ou desconhecimento dos estudantes sobre a gestão do orçamento público do *Campus* ao qual eles pertencem.

Partindo dessa observação e tomando o estudante como protagonista do processo educativo, no qual sua participação é de suma importância nos espaços de gestão democrática escolar, nas discussões e no planejamento das atividades/ações que serão realizadas no *Campus* por meio do orçamento público, o problema desta pesquisa é o seguinte: Como o aparente desconhecimento dos estudantes acerca da gestão do orçamento público no *Campus* provoca o desinteresse e a tímida participação nos espaços de representação estudantil, nos quais acontecem as discussões em relação à gestão do orçamento e as tomadas de decisões da Instituição?

Diante deste contexto, surgiu a hipótese de que a falta de conhecimento por parte dos estudantes sobre o citado tema é ocasionada por uma lacuna existente nos mecanismos de controle da gestão escolar, e de transparência pública, que devem proporcionar aos estudantes informações acerca do orçamento público, principalmente, referentes às fases de recebimento, alocação e utilização dos recursos orçamentários da unidade escolar, como forma de sensibilização para que os educandos participem de forma mais efetiva nesse processo.

Dessa forma, para alcançar ao que se propõe, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado acerca da gestão do orçamento público no IFS - *Campus* Estância, se eles conhecem o orçamento público do *Campus*, o que sabem sobre o tema e se existe o interesse pelo assunto.

E, para atingir o objetivo geral da pesquisa, durante o processo de estudo foi necessário recorrer ao complemento dos seguintes objetivos específicos: 1 - Levantamento nos documentos oficiais do IFS, buscando encontrar algum dispositivo que considere a sensibilização dos estudantes quanto à participação na gestão do orçamento público; 2 - Identificar e elencar as ações e/ou canais de informação utilizados no *Campus* para comunicar e estimular o interesse dos estudantes sobre o orçamento público da Instituição; 3 - Evidenciar como o aparente desconhecimento dos estudantes acerca da gestão do orçamento público no IFS/*Campus* Estância compromete a sua efetiva participação nos espaços de discussão e tomada de decisões acerca dos recursos orçamentários destinados à Instituição; 4 - Elaborar um produto educacional que colabore com a disseminação da informação sobre o orçamento público do IFS/*Campus* Estância, para sensibilização dos estudantes sobre a importância de sua participação efetiva no planejamento da utilização dos recursos recebidos pela Instituição. Esta pesquisa tem a finalidade de contribuir com a formação integral dos estudantes, provocando a reflexão socioeconômica e político-crítica dos educandos e colaborando com a sua emancipação. Nessa vertente formativa é preciso que eles compreendam que o orçamento é fundamental para que o planejamento das atividades do *Campus* seja executado corretamente.

No cotidiano da profissão, percebemos um aparente desconhecimento dos estudantes em relação aos recursos orçamentários e a distribuição deles no IFS/*Campus* Estância, e ao pesquisar sobre estudos referente à gestão do orçamento público na educação, a sua transparência e a participação social dos estudantes, foram encontrados estudos que trazem como sujeitos centrais os servidores, gestores, docentes, as próprias Instituições como foco, mas não abordam o principal protagonista do processo de ensino/aprendizagem, o estudante, como público-alvo.

A prova disso se materializa no estudo de Vieira *et al.* (2022) intitulado “*Participação dos profissionais de educação na gestão democrática: o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*”, que analisa a participação dos profissionais da educação na gestão democrática de um Instituto Federal (IF), no qual os resultados obtidos mostram que a instituição pesquisada possui vários mecanismos de participação de professores e técnico administrativo para a efetivação da gestão democrática, entre eles as formas de provimento

dos cargos de gestão, a participação na elaboração de normativas de trabalho institucional e a participação em órgãos de representação, no entanto, não cita o protagonismo estudantil, fator importante para a plena efetivação da democratização da gestão.

Um estudo que corrobora com o posicionamento trazido aqui nesta pesquisa, é o levantamento realizado por Klein (2018) intitulado “*Transparência da gestão pública das autarquias federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação – MEC*” no qual a autora verificou a relação entre o nível de transparência pública, o desempenho orçamentário e o desempenho de gestão das Universidades Federais e dos Institutos Federais conforme as exigências das leis brasileiras sobre transparência governamental. O resultado obtido gerou um *ranking* do nível de transparência das Instituições Federais brasileiras e concluiu que nenhuma IFE apresentou informações em sua totalidade, e que quanto maior o nível de transparência pública, menores são os números de reclamações, recursos e pedidos de informações.

E para validar o posicionamento do nosso estudo, é interessante citar um dos poucos trabalhos que aborda o acesso à informação pública e visa o controle social como via de formação integral dos estudantes, o trabalho de Oliveira (2020), denominado “*Ensino Médio Integrado e formação cidadã: o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública*” mostrou como resultado que a efetiva participação do estudante, assegurada pelo acesso à informação pública, contribui para sua formação cidadã, uma vez que por meio da realidade vivenciada no ambiente escolar, eles poderão desenvolver sua consciência e criticidade .

Diante dessas explanações, esta pesquisa é relevante ao apresentar um produto educacional que permite aos estudantes o esclarecimento sobre a gestão dos recursos orçamentários destinados ao *Campus* de forma mais clara, didática, de fácil entendimento e acesso público. Traz noções básicas sobre orçamento público, destacando os recursos contidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) que contém uma estimativa das receitas que o governo espera arrecadar durante o exercício, e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos.

Mostra de forma simples que o orçamento é fundamental para o funcionamento do *Campus* e explicita que a utilização dos recursos é pré-determinada por mecanismos legais do Governo Federal, além de existirem os instrumentos institucionais do IFS, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Anual de Trabalho (PAT), documento no qual são planejadas as atividades que serão realizadas no *Campus* no decorrer do ano, além da Prestação de Contas, momento de demonstração do que foi realizado com os recursos públicos recebidos pela Instituição.

Esse trabalho trata-se de um estudo de caso no Instituto Federal de Sergipe/ *Campus* Estância, que teve como participantes da pesquisa os estudantes do 2º ano do Ensino Médio Integrado matriculados em 2023, por entendermos que essa modalidade de ensino tem a formação integral dos sujeitos como um dos seus princípios, além de possuir destaque nas metas e quantitativo de matrículas dos Institutos Federais, desde a publicação da Lei 11.892 de 2008, realidade evidenciada também no *Campus* Estância.

Para atingir os objetivos propostos, foram utilizados instrumentos de coleta e análise de dados tanto qualitativos quanto quantitativos, o levantamento das informações se fez por meio de aplicação de questionários *online* compostos por perguntas estruturadas (roteiro previamente estabelecido com questões predominantemente fechadas).

Na análise qualitativa, buscamos compreender a percepção e o acesso aos canais de divulgação e participação que os estudantes têm sobre o orçamento da Instituição. Nessa fase, fizemos pesquisa documental e análise de conteúdo, bem como analisamos as respostas dos dois questionários que foram aplicados com os estudantes e os servidores/gestores do *Campus*.

Por meio da abordagem quantitativa, recorreu-se a dados quantitativos secundários sobre o orçamento do *Campus* no período de 2018 a 2023, para análise sobre a redução e até mesmo inexistência de recursos e tentamos entender a partir de variáveis a existência de ações e instrumentos de mobilização e divulgação do orçamento público realizadas pela Gestão do *Campus*; a frequência com a qual os estudantes acessam esses canais de divulgação, se estes estão sendo efetivos junto aos estudantes; quais os tipos de informações eles mais procuram, e quais espaços de representação estudantil são frequentados pelos estudantes para discussão e participação na tomada de decisão da Instituição. Para tanto, aplicamos dois questionários *online* - um (Apêndice B) com estudantes do EMI, das turmas do 2º ano, e o outro (Apêndice C) com os servidores/gestores que trabalham diretamente com o orçamento do Campus - para sabermos da Gestão quais os mecanismos e instrumentos utilizados pela Instituição para disseminação das informações sobre o orçamento público para a comunidade escolar. Após a aplicação dos questionários, construímos um banco de dados no *Excel* para tabulação dos dados, construção de gráficos para análise e comparativo entre os dados obtidos nos dois questionários.

Em seguida, procedemos com a análise e interpretação desses dados conforme os métodos de Bardin (2011), onde categorizamos as respostas dos participantes da pesquisa. Por fim, a partir das informações coletadas, adquirimos arcabouço suficiente para elaboração do produto educacional um vídeo educativo animado, intitulado “*Orçamento público: entender é*

legal!”.

A escolha do vídeo educativo justifica-se por se tratar de uma mídia atrativa, com linguagem simples e didática, de fácil compreensão das informações, o que permitiu um maior alcance dos sujeitos da pesquisa.

O presente estudo está dividido em seis seções, estruturadas da seguinte forma: Introdução, Referencial teórico, Metodologia, Análise dos dados (resultados e discussões), Produto Educacional e por fim as Considerações Finais. A seção 1 apresenta a introdução do trabalho contendo alguns conceitos sobre o orçamento público, estudos científicos recentes que abordam a temática, a questão problema e a justificativa de escolha do recorte sobre o tema. A seção 2 contém uma breve discussão sobre o Financiamento da EPT, A gestão escolar democrática como modelo de democratização do orçamento público; o Orçamento público da EPT e do Instituto Federal de Sergipe/ *Campus* Estância.

Na seção 3 apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento desse estudo, com a caracterização da instituição, a amostra escolhida para a investigação, a abordagem e classificação da pesquisa, os instrumentos de coleta e análise dos dados. Na seção 4 estão as análises dos dados (resultados e discussões), apresentamos a análise dos documentos institucionais do IFS que abordam os mecanismos de participação dos estudantes na gestão escolar e nos espaços de discussão sobre os recursos orçamentários do IFS .

Foram analisados o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI),o Plano Anual de Trabalho (PAT) do *Campus* Estância, o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e a Política de Assistência Estudantil (PAE). Abordamos na subseção 4.1 a análise das entrevistas realizadas com os estudantes com intuito de conhecer a percepção deles acerca do orçamento público do *Campus* Estância, já na subseção 4.2 trazemos a análise da pesquisa com os servidores/gestores sobre alguns aspectos relacionados ao orçamento e as ações da Gestão Escolar para divulgação de informações sobre o tema aos estudantes, além de abordar a importância desses mecanismos para a gestão escolar democrática e a transparência pública das ações realizadas na Instituição.

Na Seção 5 demonstramos a elaboração e apresentação do produto educacional, onde apresentamos as etapas desenvolvidas na construção e aplicação do material audiovisual, sob o formato de vídeo animação, intitulado “Orçamento Público: entender é legal!”(Apêndice A). Esse produto tem por objetivo principal sensibilizar os estudantes do ensino médio integrado acerca do orçamento público da unidade escolar, por meio da participação nos espaços de gestão escolar do IFS que garantem a representação estudantil.

E finalmente, na seção 6 tecemos considerações finais sobre os resultados deste trabalho, onde sugerimos algumas possibilidades para estudos futuros no sentido de fomentar o desenvolvimento a pesquisa no âmbito da gestão orçamentária e da Política de Assistência Estudantil no IFS. A dissertação traz ainda apêndices, contendo o roteiro de elaboração do vídeo animação e os registros fotográficos sobre a apresentação e divulgação do produto educacional, questionários das entrevistas, TALE e TCLE e anexos.

Esse estudo visou a contribuição na perspectiva da formação integral dos estudantes, que além do ensino/aprendizagem necessitam da dimensão humana, sociocrítica que estimula o seu protagonismo e apresenta a realidade do contexto no qual eles estão inseridos. Tem por fim a emancipação humana dos estudantes; possibilitando a sensibilização e participação mais efetiva deles nos espaços de representação estudantil fomentando a discussão sobre a gestão dos recursos orçamentários da instituição; além de contribuir para a realização da transparência pública (preconizada na Lei de Transparência) dos recursos recebidos pelo *Campus*; e corroborar com os objetivos estratégicos contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFS 2020-2024. (IFS, 2020, p.41)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentados os conceitos que fundamentam o presente estudo. Primeiramente, aborda-se de forma sucinta o financiamento da educação, em especial, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Em seguida, explana-se sobre a gestão escolar democrática como modelo de democratização do orçamento público. Por fim, trata-se do orçamento público do Instituto Federal de Sergipe e do *Campus Estância*.

2.1 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Historicamente, e na conjuntura atual, a educação da classe trabalhadora é marcada por relações de restauração do capital, onde a classe dominante assume os pólos determinantes e vantajosos na correlação de forças. O sistema capitalista sofre crises cíclicas, porém sempre consegue recuperar o fôlego através de práticas de reestruturação e reformas de suas bases, ao desenvolver tecnologias para aumentar os lucros e manter a alienação da classe trabalhadora.

No neoliberalismo percebemos que o Estado se posiciona na dinâmica da disputa de classes e sintetiza a hegemonia da classe dirigente. Desse modo, o aparato legal brasileiro que ordena a vida em sociedade é resultante dessas correlações de forças, e dependendo das respostas do sistema capitalista temos momentos em que o aparato jurídico amplia a possibilidade dos direitos, e em outros momentos os restringe.

A educação brasileira segue nessa dinâmica, quando surgem alguns avanços para a classe trabalhadora e por conseguinte a ampliação dos direitos sociais, a classe dominante reage de forma significativa para se recompor, conservar o poder hegemônico e, intencionalmente, manter a classe trabalhadora subordinada.

O acesso à educação profissional, científica e tecnológica também está relacionado a esse processo, uma vez que surge a possibilidade da classe trabalhadora ter acesso ao conhecimento, classe dominante cria formas de apropriação dos instrumentos que permitem compreender a realidade e transformá-la, tanto na dimensão das forças produtivas da sociedade quanto na dimensão política, ideológica e cultural.

Corroborando com Grabowski e Ribeiro (2014) a perspectiva de uma outra educação profissional independente do processo hegemônico torna-se impossível nesta sociedade capitalista contrária ao projeto societário voltado às demandas da população, no qual existe

uma instabilidade com momentos de afirmação e de negação, de conquista e de manutenção de processos hegemônicos e contra-hegemônicos. Para os autores “trata-se de um processo dinâmico e dialético de momentos de possibilidade e de impossibilidades, circunscritos aos limites de nossa sociedade de forças antagônicas”(idem, p.42)

Historicamente a educação e a formação humana são centradas no trabalho, temos vários modos de produção da existência humana e esses moldes, principalmente no capitalismo, impulsionam a divisão do trabalho, caracterizando-o em trabalho intelectual e trabalho manual.

De forma geral, a educação profissional tem servido para preparar mão-de-obra (qualificação da força de trabalho) para as relações de produção capitalistas vigentes no Brasil. Predominou, ao longo da história, uma finalidade instrumental, operacional, qual seja: que o trabalhador fosse capaz de executar as funções a ele reservadas, de forma mecânica e tecnicista. Essa função delegada ao então denominado ensino profissionalizante (ensino técnico) é o resultado de uma sociedade estruturada de forma dual: proprietários dos meios de produção, detentores do capital, e trabalhadores, donos de sua força de trabalho a ser transformada em mercadoria e produção. (Grabowski e Ribeiro, 2010, p.58)

Embora a educação profissional e tecnológica tenha como um dos seus princípios a politecnicidade, na sociedade brasileira onde as forças produtivas se relacionam conforme o domínio do sistema capitalista, existe uma dificuldade de implantar uma formação integral, a *omnilateralidade* como emancipação do ser humano, formação dos sujeitos nas suas múltiplas faces. A perspectiva da politecnicidade visa à superação da dualidade e também da dicotomia das instruções profissional e a geral, considerando que o processo de trabalho se desenvolve em uma unidade indissolúvel. Sob a ótica de que não existe trabalho puramente intelectual, e nem tão pouco somente manual, todo trabalho humano envolve ao mesmo tempo o exercício mental para planejar a ação, e o exercício manual para realizar a atividade previamente pensada.

Para Saviani (1989, p.13), “A noção de politecnicidade se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral.” A partir da concepção de formação politécnica ou tecnológica, compreendida como formação integrada, entendemos que para romper com o dualismo da educação brasileira é necessário a defesa de uma escola pública e de qualidade, centrada na formação *omnilateral*, no sentido de formar o ser humano em sua integridade física, mental, cultural, política e científica-tecnológica.

Nesse estudo, tomaremos como conceito de educação, o entendimento de Guimarães e Silva (2010) que descrevem a concepção de educação vinculada à concepção de homem, mundo, sociedade, democracia, escola e autonomia, dentre outras, que são diferentes daquelas

utilizadas pelos setores hegemônicos para se manter no poder, entendemos a educação profissional e tecnológica como potencializadora da construção de uma formação emancipatória da classe trabalhadora.

A característica mercadológica da educação e seu financiamento se fazem desde os primórdios do país onde os recursos eram providos pela Coroa Portuguesa e desse modo, as diretrizes da educação já eram ditadas pela hegemonia. Os portugueses adentraram as terras brasileiras expandindo o seu poder sobre o território, inculcando na população já existente sua cultura e religião.

Segundo Saviani (1989) diversas congregações religiosas participaram desse processo de colonização, no entanto de forma breve e descontinuada, em decorrência da falta de apoio e proteção da metrópole portuguesa, além dos poucos recursos materiais e financeiros. Estes grupos religiosos contavam apenas com apoio das comunidades e eventualmente das autoridades locais, enquanto que os jesuítas contavam com o auxílio financeiro da Coroa Portuguesa.

A questão do financiamento da educação brasileira permanece com esse caráter e nos revela a partir da década de 1990 uma vertente de privatização do ensino, através das modificações realizadas em todos os níveis educacionais. A educação entendida como mercadoria ou serviço, que deve ser financiado pelo próprio cidadão ou por sua família e não como política pública, direito do cidadão e dever do Estado.

Na aula magna de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), no dia 27 de Abril de 2022, Rubens Barbosa de Camargo ao tratar sobre “Os aspectos do financiamento da educação no Brasil: enfoques e questões atuais”, refletiu sobre o financiamento destacando que não se trata de um tema muito atrativo do ponto de vista acadêmico, no entanto as produções tem crescido muito nos últimos tempos, expressando-se em diferentes formas de publicações de monografias, teses, dissertações, artigos e livros especializados, dentre outros.

Ainda segundo o docente, o aumento da produção acadêmica foi motivado pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) pelo Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) que estabeleceu como obrigatória a participação social de representantes de diversos segmentos da educação (representação de pais, alunos, professores, representantes do governo, etc). Isso despertou nesses grupos um maior interesse

e a procura por informações sobre o financiamento da educação.¹

Enquanto Grabowski e Ribeiro (2014) afirmam que no Brasil pouco se discute a respeito da educação básica, na qual está inserida a Educação Profissional e Tecnológica, a maioria dos estudos estão concentrados na educação fundamental e superior. “Os estudos brasileiros estão concentrados em questões do financiamento do ensino fundamental, ensino superior e, alguns poucos, sobre a educação básica.” (Grabowski; Ribeiro, 2014, p.79)

Conforme os autores, dada a importância da modalidade da educação profissional e tecnológica, ainda assim, o financiamento da mesma não é tema recorrente de estudos e discussões. “A educação profissional é quase ausente nas investigações, exceção para recentes dissertações e teses em torno da rede pública federal e programas governamentais.” (*Ibidem*, p.79)

Outro fator que impacta negativamente sobre o financiamento da educação é a Emenda Constitucional (EC) nº 95, aprovada em 2016 no governo de Michel Temer (PMDB). Esse dispositivo legal limitou os gastos públicos aos índices da inflação nas áreas sociais pelos próximos vinte anos, com intuito de destinar o montante economizado para pagamento da dívida pública. Mais um episódio que reafirma o poder do sistema político-econômico em detrimento das políticas públicas.

A definição de políticas públicas em geral e do financiamento da educação em particular está sujeita à estrutura da sociedade em termos ideológico-econômicos. Temos, portanto, que analisar a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, sob a estrutura capitalista e a ótica liberal que prevalecem na sociedade brasileira (Amaral, 2017, p.3).

Como afirma Amaral (2017), a Emenda Constitucional nº 95 instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país, que repartiu o Orçamento da União, em partes independentes, deixando o orçamento do Poder Executivo (que inclui o Ministério da Educação) a partir de 2018 até 2036, sem reajuste acima dos percentuais da inflação do ano anterior. Ainda conforme o autor, o MEC obteve os maiores reajustes acima da inflação entre os anos de 2006 a 2012 e infere que se não ocorrerem períodos com esse perfil até 2024 será impossível o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

O investimento na educação tratado como despesa primária, foi vinculado às determinações da EC 95/2016. “Nesse sentido, a Emenda torna-se um obstáculo para a

¹ Reflexões proferidas pelo Prof.Doutor Rubens Barbosa de Camargo, na aula magna ministrada para a pós-graduação intitulada: Os aspectos do financiamento da educação no Brasil: enfoques e questões atuais” da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), no dia 27 de abril de 2022.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t1t5NDd2xMg&t=4198s>

ampliação de investimento público, conforme garante a Meta 20 do Plano Nacional de Educação, ao determinar um limite para os investimentos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. (Nogueira; Tavares, 2020 p.8)

A meta 20 do Plano Nacional de Educação tem como objetivo ampliar o investimento na educação pública, para melhoria da qualidade da educação e fortalecimento do sistema educacional. Trata-se de um investimento que decorre da própria Constituição Federal no art. 214, inciso VI, e estabelece que até 2024 esse investimento chegue até 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Essa meta visa à qualidade da educação, e possui estratégias que tratam do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que deve representar um valor suficiente para oferecer uma qualidade de ensino aos estudantes da rede pública, com infraestrutura, alimentação, transporte, formação continuada dos professores da rede educacional e todos os insumos necessários para o adequado funcionamento das escolas públicas.

O descumprimento das metas do PNE é preocupante diante da probabilidade de sucateamento da política de educação. Cabe ressaltar que o estudo do financiamento é pauta indispensável para uma gestão eficiente do sistema de ensino, esse tema está intimamente atrelado à garantia da efetivação da política educacional com ênfase na gratuidade e qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral.” A partir da concepção de formação politécnica ou tecnológica, compreendida como formação integrada, entendemos que para romper com o dualismo da educação brasileira é necessário a defesa de uma escola pública e de qualidade, centrada na formação *omnilateral*, no sentido de formar o ser humano em sua integridade física, mental, cultural, política e científica-tecnológica.

Conforme Ciavatta (2014), a politecnia trata-se da junção do trabalho intelectual com o trabalho manual transmitindo os fundamentos científicos que explicam os processos de produção, a unificação entre teoria e prática resultando numa formação integral, *omnilateral*. A educação politécnica entendida como formação do ser humano na sua integralidade, em suas várias dimensões, física, mental, cultural, política e para o trabalho, abrange a formação geral e a educação profissional; trata-se de uma formação completa ou educação *omnilateral*.

Para a consolidação da formação integral aos sujeitos, o financiamento da educação é de suma importância para a garantia do ensino profissional e tecnológico de acordo com o princípio da politecnia. Posto que, a garantia do financiamento na proporção necessária ao bom desenvolvimento da política educacional sempre foi um grande desafio da educação em

todas as suas modalidades, devido às nuances relacionadas ao sistema capitalista vigente na sociedade brasileira.

E considerando que os projetos pedagógicos estão diretamente ligados a forma de trabalho ditada pelo processo de produção vigente na sociedade, entendemos o princípio educativo do trabalho ao percebermos que existe uma integração entre trabalho e educação, teoria e prática e o que diferencia essa forma de interação é o modo como a sociedade constrói a relação entre trabalho manual e trabalho intelectual a partir das formas de apropriação do conhecimento.

A origem da fragmentação do trabalho, portanto, não é a divisão técnica, mas sim a necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada dos meios de produção; ou seja, a divisão técnica, que separa teoria e prática, é consequência do processo de valorização do capital. (Kuenzer, 2007, p. 1162)

A ciência, a tecnologia e o desenvolvimento que resultam delas, são apropriados pelo capitalismo que aliena os trabalhadores nesse processo. Em cada nova forma de trabalho que surge, o capital cria mecanismos para continuar a alienação do trabalhador, um traço disso é a dualidade na formação educacional dos cidadãos, através da oferta de um tipo de escola para formar trabalhadores e um outro para formação das elites.

No Brasil, esta diferenciação correspondeu à oferta de escolas de formação profissional e escolas acadêmicas, que atendiam populações com diferentes origens de classe, expressando-se a dualidade de forma mais significativa no nível médio, restrito, na versão propedêutica, por longo período, aos que detinham condições materiais para cursar estudos em nível superior. (Kuenzer, 2007, p.1156)

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxe avanços, porém, após o golpe de 1964 a repressão do poder nacional destruiu a autonomia do país e instaurou uma interdependência do poder nacional com o poder ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Após o período da Ditadura Militar, houve a transição democrática que trouxe consigo a política de desregulação dos mercados, privatizações e de corte nos gastos públicos. Essas medidas emergem a partir do Governo de Fernando Collor, Itamar Franco e foram continuadas por Fernando Henrique Cardoso.

Nesse novo contexto, o sistema educacional passa a ser marcado pelo Estado Neoliberal, que se mantém mínimo para as políticas públicas e máximo para o capital e tem como marco a primazia das instituições privadas. A década de 1990 foi marcada pela reforma da educação profissional, as promulgações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, e do Decreto nº 2.208/97 (Governo FHC) que continuou o dualismo entre

escolas para filhos da elite e escola para filhos dos trabalhadores, enfatizando a versão de desmonte neoliberal.

Segundo Guimarães e Silva (2010), na área da educação profissional as instituições aderem ao Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP) que se resume em receber recursos de origem do Banco Mundial para financiamento dessa modalidade, contanto que, o governo brasileiro cumpra algumas exigências ditadas no Decreto nº 2.208/97.

Essa realidade do sistema educacional perdura até os dias atuais, no entanto, cabe destacar que na década de 1990 e no início dos anos 2000 as mudanças socioeconômicas desencadeadas pela crise do capitalismo afetaram os setores do Estado brasileiro, principalmente as políticas públicas, dentre elas a Educação, que em nome do ajuste fiscal, passaram a ter seus serviços transferidos para a iniciativa privada.

O Estado brasileiro vincula-se, historicamente, aos interesses do setor privado, caracterizando-se pela adesão, principalmente na década de 1990 e nos anos 2000, pelo domínio econômico das políticas de ajuste estrutural dos organismos internacionais, entre eles, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). (Bollmann, 2010, p.662).

As reformas financeiras ocorridas ao longo dos anos 1990 e os ajustes econômicos implicaram na estagnação dos gastos públicos com a educação no país. As Instituições de Educação Profissional e Tecnológica Federal sofreram um processo de sucateamento, e conseqüentemente, acelerou-se o processo de privatização das escolas públicas e com isso a responsabilização do cidadão e das famílias no provimento da educação.

Com a mudança de Governo, em 2002, emerge uma nova postura governamental, conciliadora de classes, e aos poucos surge a repactuação dos direitos sociais. Na área da educação, embora de forma complexa e controversa, a criação de um conjunto de medidas possibilitou a ampliação do financiamento público de projetos de inclusão; o fortalecimento da educação privada com recursos do fundo público e um processo de expansão da rede pública federal de educação profissional e tecnológica.

A promulgação do Decreto nº 5.154/04 que revogou o anterior, e foi considerado um avanço em prol do fortalecimento da educação profissional e tecnológica, na medida em que, previa a articulação da educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio na forma integrada, concomitante, subsequente, e quando na forma integrada determinava a ampliação da carga horária total do curso de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares. Além de alterar vários conceitos de educação profissional e tecnológica, o Decreto retomou o investimento e gastos federais na ampliação da rede de educação profissional sem recorrer ao

Banco Mundial.

A expansão da rede de educação profissional e tecnológica, iniciada em 2005, elevou os gastos públicos, principalmente com a transformação da Rede Federal em Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que no ano inicial de funcionamento apresentou elevação no número de matrículas.

Diante desse contexto, ressalta-se a importância do financiamento e da destinação de recursos às políticas públicas, para que elas sejam geridas de forma satisfatória, e no caso da educação não é diferente. A insuficiência de incentivos financeiros impacta negativamente à educação, acarretando problemas desde a estrutura das escolas, a falta de capacitação e boa remuneração dos professores - que influencia nas práticas educativas adotadas em sala de aula - à gestão das instituições escolares, perante a necessidade de recursos para procederem com a tomada de decisão de forma eficiente e humanizada.

A I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica que teve como tema “Educação Profissional como estratégia de desenvolvimento e a inclusão social” tratou como um dos eixos principais, a questão do financiamento, dando a ele a devida relevância no cenário da educação.

A partir da Carta Magna de 1988, diversas iniciativas são adotadas com a intenção de desenvolver a educação, uma delas é a destinação de recursos financeiros que garantam o acesso à educação como um direito de todos os cidadãos. O direito à educação está contido na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205 *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*. (Brasil, 1988, *online*). E no artigo 212 preconiza a contribuição para a educação, mas não prevê o financiamento da educação profissional e tecnológica.

A história da legislação da educação brasileira, que desde a Constituição de 1934, sistematicamente vincula e prevê recursos para o financiamento da educação nacional, como também o fez a CF de 1988 quando fixou 18% da arrecadação de impostos por parte da União e, 25% nos Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à Educação, deixou a Educação Profissional sem previsão legal de recursos, pois as menções existentes restringem-se ao Ensino Fundamental, Médio e Superior. (Grabowski; Ribeiro, 2010, p.277).

A discussão sobre o tema teve fundamental importância, visto que, a história da legislação brasileira trata o financiamento da educação de forma geral, mas nunca foi atribuída pauta específica para a educação profissional. De acordo com Grabowski e Ribeiro,

Uma política da magnitude e relevância social como é a educação profissional, seja pela sua demanda, seja pela sua amplitude no cenário da educação brasileira ou mesmo pela expectativa que ocupa no imaginário popular, requer uma política de financiamento sistemática, perene, organizada, e com recursos correspondentes à função que lhe é atribuída e/ou esperada. (*ibidem*, p.277)

Ainda de acordo com os autores, a questão do financiamento como um dos eixos centrais leva em consideração três aspectos: a necessidade de mais recursos financeiros para a educação; a política de vinculação de recursos; e a política de fundos. Além de afirmarem que:

O financiamento é uma categoria central e reveladora do valor que uma determinada política ocupa no conjunto de um governo ou de uma estratégia de Estado, tornando-se, imprescindível que seja analisado no seu conjunto, na totalidade dos recursos nacionais disponibilizados para as políticas sociais, em geral, e das políticas educacionais, em particular. (Grabowski; Ribeiro, 2010, p.04).

O financiamento, os fundos públicos e o orçamento da educação priorizam a manutenção do sistema capitalista. Destaca-se a destinação de recursos públicos, valores vultuosos, que financiam o “Sistema S”, sendo estes arrecadados por contribuição compulsória sobre a folha de pagamento das empresas, por esta razão, devem financiar a gratuidade do ensino.

A educação Profissional (EP), embora ainda destinada aos segmentos menos abastados da população, não escapou de tal lógica. Observa-se que, no último decênio, não obstante a ampliação de vagas por meio de diversos programas e políticas de expansão da Rede Pública Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o modelo de financiamento priorizou o setor privado, sobretudo as agências ligadas ao Sistema S, tais como Senai, Senac, Sesi etc., as quais ostentam, de acordo com os dados do INEP, tendências crescentes no número de matrículas na modalidade. Ao mesmo tempo, as redes públicas estaduais de educação continuam a ofertar uma educação básica com pouca ou nenhuma articulação com as demandas de formação profissional dos filhos da classe trabalhadora. (Pereira, 2019, p.02).

O MEC destinou recursos para a expansão da rede federal em 2008-2010, essa medida contribuiu com a viabilização das condições de acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para o desenvolvimento sustentável e melhoria de vida da população. Dessa forma, atendeu as demandas da classe trabalhadora, na medida em que, colaborou com a perspectiva da educação politécnica, através da ampliação do ensino médio integrado à educação profissional e a formação integral do sujeito, na rede pública de forma gratuita.

Recentemente, o FUNDEB ampliou recursos para a EPT no ensino médio. O Decreto nº 10.656 de 22 de Março de 2021, ampliou as fontes de financiamento da educação profissional,

permitindo a contabilização da dupla matrícula para fins de repasse de recursos. Juntamente com a normativa que valida as Instituições Federais como especializadas na oferta de EPT, e a formalização de parcerias para a efetivação do ensino médio juntamente com o itinerário de formação técnica com a *expertise* da Rede Federal. (BRASIL, 2021, *online*)

Segundo Pereira (2019) a redução do orçamento da Rede Federal e os contínuos contingenciamentos de recursos das Instituições, podem ser considerados indicativos de grandes retrocessos para a área da Educação Profissional e Tecnológica pública, é visível a ruptura com o projeto educacional emancipatório e a abertura de projetos que enfatizam a privatização dos serviços educacionais.

Um caminho proposto neste estudo, para sensibilização sobre essa realidade é a efetiva implementação da gestão escolar democrática, como espaço coletivo propício a reflexões nos quais toda a comunidade escolar participe coletivamente das discussões acerca da problemática da escassez dos recursos orçamentários, que impede a instituição escolar pública de avançar na execução de suas atividades.

2.2 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COMO MODELO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO.

Ao tratarmos de administração/gestão escolar faz-se necessária a discussão sobre o seu caráter peculiar, diferente da visão errônea que considera sua natureza puramente administrativa, sem levar em consideração a sua vertente social. Embora alguns estudiosos do ramo da Administração entenda a administração escolar como administração de empresas, os mesmos percebem que as características da escola diferem da natureza e finalidade da empresa.

As empresas visam à produção de um bem material, seu produto final pode ser avaliado imediatamente na etapa final do processo produtivo, enquanto a escola é uma instituição prestadora de serviços, que tem o educando como beneficiário e também participante do serviço prestado. O produto final é a transmissão do saber, envolvendo o comportamento humano e somente poderá ser avaliado futuramente.

Enquanto a empresa capitalista visa à produção da mais-valia atendendo aos interesses da minoria; a escola avalia até que ponto o saber adquirido pelo educando, será útil a ele, permitindo-o uma visão crítica que o possibilite fazer parte de uma transformação social.

Sobre essa transmissão de conhecimentos previstos nos objetivos da escola, que se

expressam através do educador, no ensino de forma crítica, após a sua compreensão das ideias e conteúdos a serem ensinados, Shulman (2014) destaca que:

A compreensão dos propósitos também é essencial aqui. Engajamo - nos no ensino para atingir propósitos educacionais, para realizar objetivos relacionados com o letramento do aluno, com a liberdade do aluno para usar e desfrutar, para desenvolver entendimentos, habilidades e valores necessários para funcionar numa sociedade livre e justa. (Shulman, 2014, p.217).

Conforme Paro (2012) o produto da escola é o próprio ser humano e o processo de aprendizado escolar supõe uma interação entre educador e educando, e essa mediação entre sujeitos, deve ser levada em conta quando se fala na necessária mediação da administração.

A respeito da gestão escolar, cabe ao gestor dirigir a escola e juntamente com a comunidade escolar garantir o cumprimento dos objetivos da instituição, levando em conta a gestão racional dos recursos em concordância com a finalidade social da instituição.

A importância da administração como utilização racional de recursos para a realização de fins. Todos os conhecimentos, técnicas e instrumentos referentes ao emprego racional de recursos para a realização dos fins, que se acumularam historicamente, precisam ser considerados por ela com vistas a um progressivo avanço na práxis administrativa escolar. (Paro, 2018, p. 205)

No entanto, não se pode negar que o sistema econômico vigente influencia no modelo de gestão da escola, infelizmente, no Brasil o sistema que impera historicamente é o de exploração, no qual os detentores dos meios de produção se mantêm nas classes elitizadas, enquanto a classe trabalhadora continua sendo condicionada a se manter dentro dos limites impostos a ela pelo sistema capitalista.

Referindo-se a essa manipulação do sistema capitalista sobre o sistema de ensino Luckesi (2008) afirma que a sociedade burguesa utiliza vários mecanismos para limitar o acesso e a continuidade das crianças e jovens no sistema de escolarização. Segundo o autor, “quanto mais ignorância e inconsciência, melhor para os segmentos dominantes da sociedade. Para eles, torna-se necessário controlar o montante de pessoas educadas atendendo às necessidades do modo de produção capitalista” (Luckesi, 2008, p.63).

Ao considerar o princípio educativo do trabalho como forma de superação do ensino unilateral, e em resposta à dualidade imposta pelo modo de produção vigente, urge um cenário no qual a inserção do cidadão no mundo do trabalho deve ser alinhada a uma formação integral para a cidadania.

Percebe-se que os projetos pedagógicos estão diretamente ligados à forma de trabalho ditada pelo processo de produção da sociedade, entendemos o princípio educativo do trabalho ao percebermos que existe uma integração entre trabalho e educação, teoria e prática e o que diferencia essa forma de interação é o modo como a sociedade constrói a relação entre trabalho manual e trabalho intelectual a partir das formas de apropriação do conhecimento.

O Projeto Político Pedagógico retrata a organização do trabalho pedagógico da escola, expressa a autonomia e a horizontalidade que existem na administração escolar. Para Veiga (2009) o projeto deve ser formado por construção coletiva e ter como princípios norteadores a igualdade, qualidade, a gestão democrática, liberdade e a valorização do magistério. Além de conter os elementos básicos que são: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação.

O PPP é uma estratégia escolar que possibilita a discussão de ações e decisões no âmbito da gestão com ênfase nas práticas democráticas, ao promover a participação de todos os setores da escola, administrativo, de ensino e toda a comunidade escolar.

Um dos principais elementos básicos do projeto político pedagógico é o currículo, porém a dualidade do ensino imposta pelo sistema econômico implica na composição dos currículos escolares, e conforme Sacristán (2000) não existe neutralidade no projeto de aculturação e socialização que a escola oferece aos seus alunos, o sistema educativo segue a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo.

Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. Por isso, querer reduzir os problemas relevantes do ensino à problemática técnica de instrumentar o currículo supõe uma redução que desconsidera os conflitos de interesses que estão presentes no mesmo. (Sacristán, 2000, p.17).

Perante as condições impostas pela classe hegemônica, a educação continua a forma de separação, com escola para ricos e escola para pobres. A educação que forma o cidadão em sua plenitude encontra grande dificuldade de implantação. E essa realidade mostra a importância do direcionamento do currículo ser trabalhado na escola (além da legislação) com a comunidade escolar por meio deado na organização da vida social. Ordenar a distribuição do conhecimento através do sistema educativo é um modo não só de influir na cultura, reuniões de planejamento para direcionar os rumos das atividades tanto de ensino quanto administrativas.

Os currículos recaem em validações que, dentro de uma sociedade na qual o conhecimento é componente essencial a qualquer setor produtivo e profissional, tem uma forte incidência no

mercado de trabalho. A ordenação do currículo faz parte da intervenção do Estado mas também em toda a ordenação social e econômica da sociedade (*idem*, 2000, p. 108)

Dentro deste cenário, para que a Gestão Escolar seja realmente democrática e possa viabilizar a discussão acerca da destinação dos recursos públicos a escola é necessário que todos os envolvidos no processo escolar possam participar das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola.

[...] uma gestão mais democrática em todos os níveis: diretores eleitos, abertura à participação através dos conselhos e colegiados, além de um fluxo de comunicação constante Gestão e autonomia da escola, Princípios e Métodos de Gestão Escolar Integrada entre as diferentes esferas dos setores. Em seguida, seria dotar as unidades escolares de boa infraestrutura, recursos pedagógicos e inovações tecnológicas. Nesse sentido, as escolas precisam estar adequadas ao quantitativo de alunos que recebem, tendo como referência mobiliário, espaço físico, profissionais etc. (Lima, 2009, p. 188)

A participação é a única forma de garantir a gestão democrática, e possibilita a integração de todos os segmentos da escola “A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola”. (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 451)

Apesar dos esforços para implementar a gestão democrática participativa, considerada um avanço no que se refere a gestão das unidades escolares, um fator de grande relevância para o ineficaz desenvolvimento das escolas é a insuficiência de recursos, um dos maiores desafios enfrentados na gestão escolar da atualidade. Essa escassez de recursos acarreta sérios entraves no avanço e na garantia de uma educação de qualidade ofertada a todos os cidadãos brasileiros.

Com a escassez dos recursos orçamentários que são direcionados à educação, a diminuição da qualidade dos serviços educacionais é notória. Essa dinâmica influencia consequentemente a gestão escolar, que atualmente tem como indicativo a efetivação da gestão escolar democrática como forma de garantir a participação e tomada de decisão coletiva.

A “coordenação” do esforço de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais, fundamentada na participação coletiva, é de extrema relevância na instalação de uma administração democrática no interior da escola. É por meio dela que são fornecidas as melhores condições para que os diversos setores participem efetivamente da tomada de decisões. (Paro, 2018, p.212)

Apesar da autonomia que as escolas possuem ao administrar os recursos destinados a elas, o gestor escolar tem o dever de realizar a prestação de contas deixando explícito a toda

comunidade escolar os valores recebidos e como foram aplicados, prezando pela transparência pública. Trata-se de uma autonomia relativa, corroborando com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p.456) “Certamente, trata-se de autonomia relativa. As escolas públicas não são organismos isolados, mas integram um sistema escolar e dependem das políticas e gestão públicas.”

Por essa ótica, a autonomia tem o papel de propiciar a aproximação da escola à família e permitir a participação da comunidade e a responsabilização da escola na prestação de contas do que foi feito ou deixou de ser. Desse modo, a autonomia de acordo com Lima “Está intimamente ligada à identidade da escola: sua missão, seus princípios e valores, seus clientes e os resultados a que deseja chegar.”

Ainda segundo a autora,

É preciso saber que autonomia e recursos financeiros também estão interligados. Assim, aplicar os recursos com qualidade é um aprendizado que deve contar com a participação coletiva. Concluindo e sonhando, eu diria que a autonomia da escola está inserida numa luta maior, pela autonomia da própria sociedade. (Lima, 2009, p.188)

Para que a gestão exerça essa autonomia corretamente é necessário que o planejamento seja realizado de forma coletiva, levando em consideração seu caráter político-social. O planejamento não pode ser tratado de forma neutra, destacando apenas as variáveis aparentes, tem que levar em conta a realidade do mundo vista de uma outra perspectiva, que não seja a imposta pelo sistema econômico. Sobre esse prisma Luckesi (2008) corrobora:

Em síntese, o que se observa, seja nas publicações, no ensino, ou na prática, é que o planejamento tem sido visto como uma técnica neutra de prever a administração dos recursos disponíveis da forma mais eficiente possível. Seja no nível teórico, ou prático, não se tem observado uma preocupação com as finalidades político-sociais do planejamento. Questionam-se os meios, não os fins. Contudo, ambos precisam ser questionados. (Luckesi, 2008, p.110)

A participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos espaços de gestão das escolas se faz necessária, para que dentro dessa relação de construção coletiva, democrática, possam refletir acerca da redução dos recursos orçamentários destinados às escolas e como eles impactam nas ações desenvolvidas e nas decisões que são tomadas, para que a instituição continue a garantir um serviço educacional de qualidade mesmo diante das adversidades.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação, por se tratar de uma política pública, direito de todos e dever do Estado, conforme o que determina a Constituição Federal de 1988, tem por objetivo prestar serviços educacionais de qualidade para toda a população brasileira, sem distinção de classes, garantindo o ensino obrigatório e gratuito em instituições oficiais. (Brasil,1988, *online*).

O Orçamento Público é um mecanismo de gestão de extrema importância, trata-se de uma peça fundamental para o desenvolvimento da nossa sociedade, principalmente para a execução de serviços de qualidade à população por meio das políticas públicas.

É por meio das possibilidades advindas do orçamento público, que a lei deixa de ser apenas uma lei em sua forma, e passa a ter uma perspectiva material concreta, a partir da dotação de recursos para a efetivação de um conjunto de ações nas diversas áreas, dentre elas, a educação, ciência e tecnologia.

Partindo do entendimento da importância do orçamento para o desenvolvimento das políticas públicas, destacamos a área da Educação Profissional e Tecnológica, na qual a questão orçamentária impacta na qualidade do ensino ofertado e na permanência e êxito dos estudantes, visto que, para garantir uma formação humana e cidadã é indispensável a disponibilização de recursos orçamentários suficientes.

A EPT é uma modalidade educacional pautada no trabalho como princípio educativo e traz conceitos que visam à formação integral dos sujeitos para atuação no mundo do trabalho e para vida em sociedade. E nessa formação os cidadãos precisam ter o conhecimento de como se desenvolve o processo orçamentário, conforme Quirino (2011,p.03) “Para aprofundar a dimensão de por onde se dão os embates para a distribuição dos recursos públicos, é preciso compreender como se definem os gastos no orçamento, ou seja, como se estabelece a legislação orçamentária”.

O orçamento público no Brasil que é considerado uma ferramenta gerencial (através dele o governo prevê a receita que vai arrecadar e fixa os gastos que serão realizados durante o ano), embora disposto na Constituição Federal de 1988, precisamente nos artigos 165 e 169, a legislação que rege as normas para elaboração dos orçamentos públicos e para o controle das finanças públicas é bem mais antiga.

A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 2º traz que “[...] A Lei do orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade” (Brasil, 1964, *online*).

O orçamento público é um instrumento de planejamento bem dinâmico devido às normas que o regem sofrerem alterações regularmente, a exemplo do Manual Técnico de Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O fluxo do processo orçamentário, se faz pela interação entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a LOA (Lei Orçamentária Anual).

Segundo Santos (2016), o Plano Plurianual, identifica os objetivos e as metas de governo que serão cumpridos durante o período de quatro anos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece quais ações e metas contidas no plano plurianual serão priorizadas no orçamento anual. Depois disso, a LDO determina as metas fiscais do governo para o próximo exercício e orienta a elaboração do instrumento orçamentário. E a finalidade principal da Lei Orçamentária Anual (LOA) é estimar as receitas que o governo espera dispor no ano seguinte e fixar as despesas que serão realizadas com os recursos.

De acordo com Crepaldi (2013), o orçamento público é um normativo de planejamento no qual as políticas públicas setoriais são analisadas, organizadas e selecionadas conforme a prioridade para integrar o plano de ação do governo, dentro do limite do montante de recursos previstos para o financiamento destes gastos.

Conforme Ávila (2016), para implementar as políticas públicas e outras funções essenciais e pertinentes ao Estado, este realiza atividades governamentais que são pautadas com o objetivo de atender as necessidades básicas da sociedade. Diante disso, os recursos são gastos para pagamento de pessoal, contratações de serviços e para investimentos em obras de infraestrutura e manutenção das já existentes.

Sendo assim, o orçamento não é apenas uma peça financeira, mas também político-jurídica que possui uma lei orçamentária válida por um ano, que permite a materialização de um conjunto de direitos, dentre eles o direito à educação, que ganha forma através da realização de uma gama de ações nas instituições de ensino, tais como: aquisição de livros e materiais didáticos, realização de obras e manutenção na infraestrutura, compras de equipamentos para laboratórios e diversos outros espaços, pagamento de auxílios da assistência estudantil, desenvolvimentos de projetos com apoio financeiro da instituição.

No Brasil a crise econômica vem sendo acirrada devido à dimensão estabelecida pela natureza da política monetária, que influencia na dinâmica do orçamento público e resulta na fragilidade da garantia e expansão da educação pública. Nessa perspectiva de desfinanciamento da educação, a pasta vem sofrendo sucessivos cortes no orçamento, e esse cenário de desmonte precisa ser entendido para ser devidamente enfrentado pelo conjunto da sociedade brasileira, pois os violentos cortes orçamentários impactam negativamente na

prestação de serviços à população.

O desfinanciamento tem ocorrido desde 2017. Além da EC 95, uma determinação do Ministério do Planejamento fez com que os IFs perdessem 10% do orçamento de custeio e 30% em capital (que inclui obras, compra de equipamentos e mobiliário). Segundo dados do MEC, de 2014 para 2017, o orçamento da Rede Federal caiu 24,4%. Em termos relativos, essa queda é ainda maior, frente ao aumento contínuo de matrículas, necessário para justificar a implantação de novos *campi*. (Ramos, 2020, p.31).

Grabowski (2014), afirma que a manutenção e ampliação da oferta da Educação Profissional está condicionada à existência e ampliação de recursos financeiros que viabilizem tal política. Esta responsabilidade em torno do financiamento não é exclusiva de um dos entes da federação nem somente do Estado, mas do conjunto da sociedade e dos governos.

No ano de 2020 vivenciamos o início da pandemia da COVID-19, uma crise sanitária e humanitária avassaladora que vem ocasionando a morte de milhares de brasileiros, além de resultar no colapso no Sistema Único de Saúde (SUS) e no acirramento das desigualdades sociais em todo o país, potencializadas pelas questões que permeiam as decisões políticas como a tomada de decisões do Governo Federal, em relação aos recursos públicos. Conforme Afonso, *et al.* (2020, p.10), “A pandemia pode afetar não só o volume de recursos, mas também a distribuição das receitas educacionais”.

Nesse contexto urge a necessidade de compreensão de como são tomadas as decisões no campo da macro-estrutura política, porque elas definem as ações que serão implementadas e as que deixarão de ser, por causa do *déficit* no financiamento. Além disso, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) encontra dificuldade de alcançar suas metas, dentre elas a ampliação do investimento público em educação pública, e traz como estratégia:

O fortalecimento de mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios. (Brasil, 2014, *online*).

Embora existam esses aparatos legais que preconizam os recursos orçamentários para o financiamento da educação, o que percebemos é a fragilidade da política educacional em decorrência da insuficiência de recursos necessários para que esta política avance. O agravamento dessa problemática tomou proporções alarmantes, perante os consecutivos cortes orçamentários sofridos na área da educação.

Atualmente os gestores das instituições públicas de ensino procuram concentrar esforços para não fazer recuos nos avanços que foram conseguidos “a duras penas” até o momento. Assim, conforme Afonso, *et al.* (2020, p. 10). “o grande desafio dos governos brasileiros é planejar seus orçamentos para uma realidade fiscal preocupante, em que as receitas diminuem e as demandas por investimento educacional aumentam”.

O desafio da gestão escolar são os esforços para minimizar os prejuízos causados pela pandemia e além disso a diminuição dos recursos orçamentários numa proporção que compromete o funcionamento das suas instituições. Segundo a nota oficial do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF),

Com mais de um milhão de estudantes, dos quais aproximadamente 70% estão em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até 1,5 salários mínimos, uma restrição orçamentária dessa magnitude afetará, principalmente, a qualidade do ensino ofertado para os estudantes da Rede Federal, aumentando ainda mais as desigualdades entre aqueles que têm condição de pagar uma mensalidade e aqueles que não têm. (CONIF, 2022, *online*)

O bloqueio de 14,5% do orçamento configura-se como um grande entrave no funcionamento das instituições da rede federal. Algumas ações para minimizar os impactos da falta de recursos financeiros são adotadas, como a suspensão de algumas atividades como visitas técnicas, publicação de novos editais para pagamento de auxílios estudantis, redução de postos de trabalho de serviços de mão-de-obra terceirizada, dentre outras que atingem negativamente a prestação dos serviços, principalmente aos estudantes que são assistidos pelos serviços educacionais prestados pela rede, acentuando assim, a dificuldade de garantir uma educação integral, a permanência e o êxito dos educandos.

2.3.1 ORÇAMENTO PÚBLICO NO IFS/CAMPUS ESTÂNCIA

Tomando o princípio educativo do trabalho como forma de superação do ensino unilateral, e em resposta a dualidade imposta pelo modo de produção vigente, em 2008 são criados os Institutos Federais de Educação, e com eles surge um novo cenário para a educação profissional e tecnológica, no qual a inserção do cidadão no mundo do trabalho deve ser alinhada a uma formação integral para a cidadania.

[...] Na educação brasileira atual essa perspectiva formativa existe como possibilidade teórica e ético-política no ensino médio que garanta uma base unitária para todos, fundamentada na concepção de formação humana integral, onilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura e, a partir dessa mesma base, também oferecer, como possibilidade, o ensino médio integrado. (Moura; Lima Filho; Silva, 2015, p. 1072).

Os Institutos Federais foram criados pela Lei 11.892/2008², com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica como forma de orientação baseada na articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade científica e investigativa com dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. (SETEC, 2010, *online*)

Conforme a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, sob a ótica dos conceitos que subsidiaram a criação dos Institutos Federais entende-se a educação profissional e tecnológica como uma política pública, e como tal, possui um ponto de fundamental importância, não são apenas instituições federais com expressão em todo território federal, mas entes mantidos pelo orçamento público central.

O sentido de política pública que o atual governo adota amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública. Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.). (SETEC, 2010, *online*)

Os Institutos Federais são instituições públicas de Educação, Profissional e Tecnológica, e como tal, a forma de seu financiamento está assegurada na Constituição Federal no Art. 213. “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei”, no parágrafo segundo no mesmo artigo, preconiza que “as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (BRASIL, 1988 *online*).

Della Fonte (2018) ressalta que os Institutos Federais desde sua criação, em 2008, tem atuado em diversas contradições na concepção político-pedagógica, por isso apresentam-se

² Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm

como importante agente na defesa da fragilizada concepção de educação integrada.

Com a promulgação da Lei 11.892/2008 surge o Instituto Federal de Sergipe, instituição *multicampi*, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Foi originado da junção de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE, que possuía uma unidade descentralizada (UNED), localizada no município de Lagarto, e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC. E atualmente o IFS é constituído por 10 (dez) *campi*: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Itabaiana, Estância, Glória, Propriá, Tobias Barreto, Nossa Senhora do Socorro e Poço Redondo.³

Dentro dessa dinâmica encontra-se o *Campus* Estância, que é uma unidade descentralizada do Instituto Federal de Sergipe, originada na segunda fase da implementação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promovida pelo Governo Federal. Esse *Campus* é considerado referência em educação profissional e tecnológica na região sul sergipana, ofertando os cursos técnicos subsequentes de Eletrotécnica e Edificações, o ensino médio integrado em Eletrotécnica, Edificações e Sistemas de Energia Renovável, e o curso superior de Engenharia Civil, mesmo diante das várias adversidades, dentre elas a financeira, a instituição segue cumprindo o seu papel de prestar serviços educacionais de qualidade à sociedade.

Sem o amparo do orçamento, o gestor público não consegue cumprir as suas funções, por essa razão é importante que ele saiba lidar com o orçamento público. De acordo com essa premissa, o Instituto Federal de Sergipe possui um Plano de Desenvolvimento Institucional, neste documento está expresso o planejamento estratégico da instituição, ou seja, as orientações das ações que integrem ensino, pesquisa, extensão e inovação para o alcance da missão do Instituto. “O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um valioso instrumento de gestão. É o documento em que se definem a missão da instituição e as estratégias para atingir suas metas e objetivos”. (IFS, 2020, *online*).

O PDI deve ser resultado do trabalho da comunidade acadêmica e possibilitar a orientação das atividades desenvolvidas na instituição. Seu desenvolvimento é periódico, geralmente a cada cinco anos, e o mecanismo para sua construção se utiliza de um processo de avaliação, passado e presente, e de planejamento com foco no futuro, traçando diretrizes para o desenvolvimento acadêmico, organizacional e físico da Instituição. (IFS, 2021, p.03).

³ Informações retiradas do *site* “Institucional - Breve Histórico” do Instituto Federal de Sergipe. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/institucional>

Nele está contida a Matriz Orçamentária do IFS que tem como base, primeiramente, os recursos disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) na Matriz CONIF⁴. Após os valores destinados a Rede Federal de EPT serem definidos, são calculados os valores que cada instituição da rede federal irá receber, considerando critérios como o número de alunos matriculados, alunos em regime de internato pleno, previsão de inauguração de novas unidades, dentre outros, para definição do montante orçamentário a ser recebido por cada unidade.

O PDI apresenta também a capacidade orçamentária-financeira da instituição, a elaboração da proposta de orçamento do IFS que além de seguir a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO (elaborada anualmente) segue também o ciclo orçamentário do Governo Federal, em consonância com os programas, objetivos e iniciativas contidos no Plano Plurianual (PPA) por meio da execução das ações orçamentárias que visam a prestação de serviços de qualidade à sociedade. (PDI/IFS, 2020, *online*).

As estimativas do orçamento do IFS como todo, e também do *Campus Estância* são trazidas no PDI/IFS2020-2024 e demonstram a Previsão Orçamentária para o período de 2020 a 2024, considerando a evolução orçamentária estimada com base na previsão de inflação média de 5% ao ano. A LOA e a projeção para 2024 considerando a recomposição orçamentária com base no orçamento de 2020.

Quadro 1. Projeção Orçamentária do IFS 2020 a 2024

AÇÕES	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de educação Profissional e Tecnológica	R\$ 29.424.921,00	R\$ 23.057.895,00	R\$ 29.773.287,00	R\$ 28.299.460,00	R\$ 29.424.921,00
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	R\$ 6.814.648,00	R\$ 4.977.587,00	R\$ 6.228.560,00	R\$ 6.892.283,00	R\$ 6.814.648,00
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	R\$ 1.372.438,00	R\$ -	R\$ 250.000,00	R\$ 4.681.427,00	R\$ 9.000.000,00*
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 271.429,00	R\$ 243.760,00	R\$ 295.350,00	R\$ 100.000,00	R\$ 271.429,00

Fonte: PDI/IFS 2023, p.148

A previsão orçamentária estimou R\$ 29.424,921, R\$ 23.057,895,00 e R\$29.773.287,00 para o funcionamento do IFS em 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

⁴ O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) é formado por 41 instituições – 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II – que são representados pelos dirigentes máximos de cada uma delas. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/>

Percebe-se que durante o período pandêmico houve um decréscimo e somente em 2022 retomou-se o montante de 2020, no entanto, em 2023 a projeção diminuiu novamente. Os recursos destinados à Assistência ao Educando em 2021 sofreu uma brusca redução, recompondo-se apenas na projeção de 2023. Não foram previstos recursos para reestruturação e modernização das Instituições e quanto ao montante referente à capacitação de servidores públicos, o índice reduziu drasticamente chegando a apenas R\$ 100.000,00 em 2023. É notório que os consecutivos cortes orçamentários sofridos pela pasta da Educação foram acentuados pela pandemia da COVID-19, e impactaram negativamente, em especial, o orçamento de 2021.

Quadro 2 . Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Estância

ORÇAMENTO DE 2020 A 2023 E PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2024 IFS - Campus Estância					
AÇÕES	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de educação Profissional e Tecnológica	R\$ 1.826.808,00	R\$ 1.517.650,00	R\$ 1.839.519,00	R\$ 1.914.784,00	R\$ 1.826.808,00
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	R\$ 289.970,00	R\$ 217.300,00	R\$ 233.440,00	R\$ 254.667,00	R\$ 289.970,00
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 11.599,00	R\$ 10.680,00	R\$ 12.940,00	R\$ 4.381,00	R\$ 11.599,00
Total do Orçamento - Estância	R\$ 2.128.377,00	R\$ 1.745.630,00	R\$ 2.085.900,00	R\$ 2.713.832,00	R\$ 2.128.377,00

Fonte: PDI/IFS 2023, p.150

No *Campus Estância* a estimativa orçamentária para funcionamento da unidade em 2020, 2021 e 2022 foi de R\$ 1.826,808,00 e R\$ 1.571.650,00 e R\$1.839.519,00 respectivamente. Segundo as informações contidas no *site* da Pró-Reitoria de Administração - PROAD/IFS, no *link* “Orçamento” percebemos que em 2020 a maior parte dos recursos orçamentários para funcionamento do *Campus* foram utilizados, totalizando 93,3% das despesas empenhadas. E, ainda segundo a página, em 2021 foi planejado o montante de R\$1.517.650,00 para funcionamento e utilizados R\$1.485.207,22 totalizando o percentual de 97,9%. Comparando os dados do quadro sobre o orçamento do *Campus Estância*, nota-se que assistência aos estudantes ultrapassou a estimativa nos dois anos consecutivos (2020 e 2021), e somente em 2022 houve o equilíbrio entre a previsão e a execução orçamentária, outro ponto crítico trata-se dos recursos para capacitação de servidores que sofre redução contínua ano a ano, na previsão, e quando comparados aos recursos recebidos recursos, a situação se mostra ainda

mais preocupante, o valor recebido em 2023 chega a quase 1/3 do valor recebido em 2019, configurando a prova concreta da redução e insuficiência dos valores direcionados a capacitação de servidores.

Quadro 3 . Orçamento do Campus Estância / 2018 - 2023

ORÇAMENTO / CAMPUS ESTÂNCIA						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Custeio	R\$ 1.483.971,05	R\$ 2.128.351,50	R\$ 2.405.971,45	R\$ 1.485.207,22	R\$ 1.839.519,00	R\$ 1.914.783,66
Assistência	R\$ 271.351,59	R\$ 570.444,34	R\$ 336.038,12	R\$ 332.717,58	R\$ 233.440,00	R\$ 400.887,40
Capacitação	R\$ 10.000,52	R\$ 12.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ 5.000,00	R\$ 4.381,36
TOTAL	R\$ 1.765.323,16	R\$ 2.710.795,84	R\$ 2.752.009,57	R\$ 1.817.924,80	R\$ 2.077.959,00	R\$ 2.320.052,42

Fonte: GADM/ Campus Estância, 2023.

Figura 1 . Acompanhamento Orçamentário - Campus Estância 2023



Fonte: GADM/ Campus Estância, Agosto de 2023.

Em análise ao quadro do Orçamento do Campus Estância do período de 2018 a 2023, nota-se que desde 2019, mesmo com o aumento do número de matrículas e inclusão de novos cursos, os recursos destinados a cada ano não segue uma média contínua de crescimento. Em relação ao custeio do ano de 2020 para 2021 houve um decréscimo, trata-se do período pandêmico, no entanto até o momento os recursos destinados ao Campus não foram recompostos e o montante continua menor que os recursos recebidos em 2019.

Os recursos de custeio sofreram uma brusca redução, o que impulsionou a Gestão a tomar algumas medidas, como adoção de campanhas de redução do uso de energia elétrica, diminuição do quadro de colaboradores terceirizados; restrição do uso de veículos oficiais, dentre várias outras ações contidas no Plano de Contingenciamento adotado pela Instituição como forma de minimizar os impactos causados pelo bloqueio provisório dos recursos orçamentários.

No item Capacitação, que prevê os recursos para capacitar os servidores com intuito de mantê-los bem instruídos e para prestar um serviço de qualidade, desde 2018 se apresenta mínimo, diante do crescimento do quadro funcional da Instituição. Mesmo com a admissão de novos docentes e técnicos administrativos por meio de convocação dos concursos vigentes, os recursos destinados a Capacitação se mostram reduzindo gradadamente no decorrer dos anos. No período pandêmico não foi recebido recursos para tal finalidade. O que é agravante perante o grande desafio enfrentado pelos servidores para se inserir no “novo normal”, por meio do uso constante de novos instrumentais tecnológicos para atuarem nas novas modalidades de trabalho, como o ensino remoto e o teletrabalho. Percebe-se que esses recursos continuam ínfimos e não contemplam a necessidade do corpo técnico e docente da Instituição.

Enquanto que os recursos voltados a Assistência ao educando mostrou um aumento expressivo no ano de 2018 para 2019, no entanto, desde o período de crise pandêmica os recursos da assistência não alcançaram os índices de 2019, mesmo diante do aumento considerável nos valores recebidos em 2023.

Sobre o orçamento destinado à Assistência Estudantil, cabe ressaltar que a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010⁵, tornou a política de assistência estudantil do governo federal mais efetiva, com o aumento expressivo dos recursos financeiros direcionados à assistência ao educando na EPT.

Essa política encontra respaldo na Constituição Federal e na LDB nº 9.394/1996⁶, que no seu Artigo 3º inciso I assegura que o ensino deverá ser ministrado observando-se o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência para todos os educandos.

No quadro de acompanhamento orçamentário do Campus 2023, nota-se que os recursos mais utilizados são os de custeio, para manutenção da prestação dos serviços continuados, e

⁵ Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

⁶ LDB nº 9.394/1996, lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

os recursos para pagamento dos auxílios estudantis, ambos exigem maior concentração de esforços da gestão para geri-los de forma eficiente.

As despesas podem ser obrigatórias e discricionárias. A maior parte do recurso do Campus é utilizado para cumprimento das despesas obrigatórias. Quanto às discricionárias, o gestor pode analisar quais são as ações prioritárias para serem executadas, e nesse processo de tomada de decisão, é importante a participação da comunidade escolar.

Para cumprir com esses princípios e garantir a gestão eficiente dos recursos orçamentários do *Campus* faz-se necessária a elaboração do planejamento estratégico, do Plano Anual de Trabalho⁷ que representa um importante instrumento de gestão para os *campi*, porque contém as ações a serem executadas no decorrer do ano, que serão acompanhadas e avaliadas por um Comitê de Planejamento, contribuindo com a consolidação do projeto educacional proposto pelo Instituto Federal de Sergipe. (IFS, 2023, *online*)

O Plano Anual de Trabalho (PAT) é o documento de planejamento anual do IFS, que deve ser elaborado de forma articulada pelas Pró-Reitorias, Diretorias, Coordenadorias Sistêmicas e os *Campi*. O Plano de Ação 2023 do *Campus* Estância, na perspectiva orçamentária traz como objetivo estratégico, promover a racionalização dos recursos orçamentários visando à alocação eficiente e eficaz por meio da iniciativa de promover campanhas de sensibilização e divulgação dos painéis do orçamento. Partindo dessa premissa, destaca-se que “é preciso maior investimento em práticas políticas que garantam maior transparência e participação social da sociedade, por meios diretos, com capacidade de influir e controlar a destinação dos recursos orçamentários”. (Souza; Assunção e Silva, 2015, p. 02).

A participação da comunidade escolar é garantida na gestão democrática, realizada em sua plenitude com a participação dos estudantes, professores, gestores e toda a comunidade por meio dos seus órgãos representativos, esse tipo de gestão é essencial para a formação integral do cidadão.

O ambiente escolar é considerado um elemento fundamental para a formação humana e cidadã dos estudantes. E dentro dessa vertente os Institutos Federais, por meio do ensino médio integrado à educação profissional, podem proporcionar um aprendizado democrático, visando à formação crítico-política dos estudantes, provocando uma visão crítica do contexto social no qual eles estão inseridos.

⁷ Houve uma alteração na nomenclatura do Plano de Desenvolvimento Anual (PDA) para o Plano Anual de Trabalho (PAT) conforme portaria nº 1246, de 26 de abril de 2018.

[...]promover discussões relativas à consolidação da democracia, compreendendo o formato de gestão democrática escolar favorece a edificação dos caminhos para solidificar uma Educação Profissional integral, que forme sujeitos protagonistas das suas próprias vidas, capazes de enxergar o contexto no qual estão inseridos, oportunizando que os mesmos optem em continuar a lógica hegemônica ou resistir a ela. (Magalhães, 2016, p.72).

Nesse sentido é de suma importância instigar nos estudantes o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar, direcionando-os a práticas que enfatizem a corresponsabilidade, a solidariedade e seu reconhecimento enquanto ser social. A gestão escolar democrática em sua plenitude depende de alguns fatores, dentre eles a autonomia e a participação efetiva dos estudantes.

Visando essa formação sociocrítica e política, a emancipação dos estudantes na medida em que a instituição propõe ações que discutem sobre os recursos orçamentários que são fundamentais para o bom funcionamento do *Campus*, que faz parte do cotidiano desses sujeitos. Corroborando com Della Fonte (2018, p.14) “fala-se, assim, não apenas de emancipação de todos os seres humanos, mas também de emancipação do ser humano por inteiro. Em contraste com o ser humano fraturado pela divisão social do trabalho, coloca-se o ser humano total, *omnilateral*, em todas as capacidades e faculdades”.

Atualmente os gestores das instituições públicas de ensino procuram concentrar esforços para não fazer recuos nos avanços que foram conquistados até o momento. Para continuar a garantir a educação pública, gratuita e de qualidade que é um direito de todos. “Não basta defender a escola como serviço público, já que, hoje, privatizam-se os serviços públicos. Só uma escola pública de qualidade, porém, pode garantir o direito de todos à educação. (Charlot, 2014, p.28)

O Instituto Federal de Sergipe durante o longo dos anos vem sofrendo redução em seu orçamento, a criação de novos *Campi*, o aumento do número de matrículas e de servidores são inversamente proporcionais aos recursos orçamentários destinados à instituição. Nos dados apresentados na LOA entre 2008 e 2020, percebemos o contraste que existe entre os recursos recebidos pelo IFS no momento de sua origem, e o irrisório recurso orçamentário atual, após a expansão da rede e ampliação da oferta de cursos e aumento de matrículas.

Na Conferência Livre realizada pelo IFS, em 27 de maio de 2022, com o tema Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Financiamento e Inclusão Social,⁸ o palestrante

⁸ O Instituto Federal de Sergipe (IFS) realizou uma Conferência Livre com o tema Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Financiamento e Inclusão Social, no dia 27 de maio de 2022. O eixo V abordou a “Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social”. Sobre seu financiamento e o compromisso que a rede federal deve ter com os filhos e filhas dos trabalhadores. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10106-ifs-realiza-conferencia-livre-sobre->

Valdemar Alves da Costa Neto, ao refletir sobre o financiamento do Instituto Federal de Sergipe destacou a redução do orçamento da instituição no período entre 2014 a 2020. Ele enfatizou o quanto é desafiante para a gestão do IFS manter a prestação e qualidade dos serviços educacionais com recursos escassos, regredindo a cada ano mesmo diante da expansão dos *Campi* e aumento do número de matrículas⁹.

Figura 2 . Orçamento do Instituto Federal de Sergipe no período de 2014 a 2020

O Instituto Federal de Sergipe				
	2014	2015	2016	
Funcionamento	R\$ 37.020.823,00	R\$ 31.108.967,00	R\$ 27.301.084,00	R\$
Assistência	R\$ 7.394.291,00	R\$ 7.782.997,00	R\$ 6.124.225,00	R\$
Capital	R\$ 79.152.415,00	R\$ 36.644.527,00	R\$ 25.879.416,00	R\$
Total	R\$ 123.567.529,00	R\$ 75.536.491,00	R\$ 59.304.725,00	R\$
...	2017	2018	2019	2020
	R\$ 26.949.474,00	R\$ 27.273.285,00	R\$ 27.289.092,00	R\$ 25.080.257,00
	R\$ 5.949.080,00	R\$ 5.692.538,00	R\$ 7.050.376,00	R\$ 6.814.648,00
	R\$ 7.193.763,00	R\$ 4.200.000,00	R\$ 3.361.495,00	R\$ 4.705.096,00
	R\$ 40.092.317,00	R\$ 37.165.823,00	R\$ 37.700.963,00	R\$ 36.600.001,00

Fonte: Conferência Livre do IFS https://www.youtube.com/watch?v=U3YVMKX_T5A

O orçamento destinado à Assistência Estudantil sofreu uma redução drástica se comparado ao recursos orçamentários existentes em 2014, mesmo diante do aumento do quantitativo de estudantes a partir da interiorização do IFS por meio da expansão dos *Campi* para diversas regiões sergipanas, do litoral Sul ao Sertão. Esses dados demonstram o desafio institucional de manter os índices de permanência e êxito dos estudantes tendo recursos insuficientes para o desenvolvimento do programa de assistência estudantil em sua plenitude.

Desde 2014, os recursos de investimentos vem decaído de forma expressiva. Neste ano o orçamento de capital foi de R\$ 79.152.415,00 e em 2020 apenas R\$ 4.705.096,00. Conforme o quadro abaixo, no ano de 2021 durante a pandemia da COVID-19, a instituição recebeu irrisórios R\$ 597.687,00 para serem distribuídos entre todos os *Campi*. Evidentemente que perante a realidade imposta, a maioria das unidades não tiveram como serem contempladas, dentre elas o *Campus Estância*.

[financiamento-e-inclusao-social](#)

⁹ Reflexões de Valdemar Alves da Costa Neto, Administrador do quadro efetivo do Instituto Federal de Sergipe, Diretor de licitações e Contratos - DLC/IFS, Mestre em Administração pública (UFS). Disponível em: https://youtu.be/U3YVMKX_T5A

Quadro 4 . Orçamento de Investimentos do IFS em 2021

Investimentos					
CAMPUS	LOA		Emendas		Total
Campus N.Sª da Glória					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	15.066	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	15.066	R\$	-	R\$ 15.066
Campus Estância					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	-	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	-	R\$	-	R\$ -
Campus Itabaiana					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	25.000	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	25.000	R\$	-	R\$ 25.000
Campus Tobias Barreto					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	-	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	-	R\$	-	R\$ -
Campus N.Sª do Socorro					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	-	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	-	R\$	-	R\$ -
Campus Propriá					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	-	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	-	R\$	-	R\$ -
Campus São Cristóvão					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	-	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	-	R\$	-	R\$ -
Campus Aracaju					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	9.444	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	9.444	R\$	-	R\$ 9.444
Campus Lagarto					
Planejado / Prov. Recebida	R\$	-	R\$	-	
Despesas Empenhadas	R\$	-	R\$	-	R\$ -
IFS / Reitoria					
Planejado	R\$	597.687	R\$	-	R\$ 597.687
Despesas Empenhadas	R\$	548.124	R\$	-	R\$ 548.124
TOTAL IFS					
Planejado	R\$	597.687	R\$	-	R\$ 597.687
Despesas Empenhadas	R\$	597.633	R\$	-	R\$ 597.633
% Empenhado		100,0%		0,0%	100,0%

Fonte: Orçamento - PROAD/IFS, 2021 <http://www.ifs.edu.br/orcamento-proad>

Com a retomada presencial das atividades em 2022, havia necessidade de investimentos pelo Governo Federal para as instituições de ensino, uma vez que eram necessárias adequações orientadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Mais do que nunca, a comunidade acadêmica necessitava de um ambiente e de intervenções que lhes propiciasse o pleno desenvolvimento e recuperação da aprendizagem, diante do *déficit* ocasionado pelo tempo em que permaneceram em estudo remoto, tais como a ausência de aulas práticas em laboratórios.

No entanto, o Instituto Federal de Sergipe/*Campus* Estância retomou as aulas presenciais em 04 de Abril de 2022 e, apesar da grande expectativa dos estudantes para ampliar conhecimentos, socializarem-se, conhecerem presencialmente colegas e docentes que há dois anos se viam apenas de forma virtual, o ano de 2022 marcou o início de uma nova normalidade, e apresentou uma situação muito grave: um bloqueio orçamentário nos recursos destinados à manutenção das instituições federais que comprometeu as atividades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, visitas técnicas, aquisições de insumos para laboratórios, entre outras ações indispensáveis à promoção da educação pública de qualidade social. Além de ter acarretado em demissões de prestadores de serviços de manutenção, limpeza e segurança dos *Campi*.

Diante da situação, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (CONIF) se manifestou por meio de nota oficial¹⁰ sobre o bloqueio de 14,5% no orçamento, estimando uma redução de R\$ 350 milhões para a Rede, comprometendo assim as atividades das instituições federais que já sofriam historicamente com insuficiência de recursos. Acompanhando esse contexto, o IFS também publicou uma nota oficial¹¹ sobre o bloqueio de mais de R\$ 5 milhões no seu orçamento de 2022 e informou que essa redução iria impactar no custeio de contratos de serviços e programas assistenciais.

Segundo a nota, a Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2022, aprovada pelo Congresso Nacional, destinou ao IFS R\$ 36,2 milhões (36.204.197,00). No entanto, o Instituto Federal de Sergipe teve um bloqueio no orçamento de 2022 de R\$ 5,2 milhões (5.264.318,00) de custeio e investimento, o que corresponde a 14,54% do total. (IFS, 2022, *online*).

Sobre a Redução Orçamentária, a nota reitera que,

O Governo Federal vem diminuindo os recursos para a Educação Tecnológica gradativamente. A dotação orçamentária do Instituto Federal de Sergipe, em 2018, foi de 37.385.375,00. Atualmente, sem o bloqueio, é 36.204.197,00; uma redução de 3,15%. Mas se comparado a 2014, em que o orçamento foi de R\$ 123.567.529,00, a redução é alarmante: 70,7%. (IFS, 2022, *online*).

Neste cenário, é fundamental a comunidade escolar entender como a instituição de ensino utiliza os recursos públicos recebidos e como é realizada a correta utilização destes diante das atuais restrições impostas pelos graves cortes orçamentários. Para que isso ocorra, a gestão deve fomentar a participação de toda a comunidade de forma democrática nos espaços de discussão sobre o orçamento público da instituição.

¹⁰ Nota oficial divulgada pelo CONIF, em 28 de maio de 2022 “Bloqueio de 14,5 do orçamento inviabiliza o pleno funcionamento da Rede Federal. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/geral/nota-oficial-bloqueio-de-14-5-do-orcamento-inviabiliza-o-pleno-funcionamento-da-rede-federal>

¹¹ Nota oficial “IFS sobre bloqueio de mais de 5 milhões no orçamento de 2022”. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10139-ifs-sofre-bloqueio-de-mais-de-r-5-milhoes-no-orcamento-de-2022>.

3 METODOLOGIA

Nesse capítulo, apresentamos os métodos e procedimentos utilizados para a realização deste estudo. O percurso metodológico que conduziu aos objetivos da pesquisa, a caracterização da pesquisa e os procedimentos técnicos que foram utilizados para a produção dos dados.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, na qual o conhecimento adquirido foi utilizado na prática para a elaboração de um produto educacional. O estudo em tela visou entender o conhecimento dos estudantes acerca da gestão do orçamento público no *Campus*, se existe desinteresse ou falta de informações transmitidas pela instituição. E a partir do resultado desse estudo foi elaborado um produto educacional, visando à sensibilização dos estudantes acerca do orçamento público da instituição da qual eles fazem parte.

A abordagem teórico-metodológica utilizada neste trabalho foi a dialética, porque para abordar a temática do orçamento público na educação, é necessária a análise das contradições e mudanças influenciadas pelo contexto socio-histórico e político. Corroborando com Leite (2018, p.851), esse método constitui-se como “uma base teórica imprescindível no trato metodológico-investigativo, pois impulsiona o pesquisador a analisar de modo aprofundado seu objeto de pesquisa e a buscar, de modo coletivo, transformar, mesmo que de forma sutil e processual, a realidade”.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico para o embasamento teórico, no qual foram selecionadas literaturas, como livros, artigos, revistas e publicações sobre Educação Profissional e Tecnológica, Orçamento Público, Financiamento da Educação e assuntos correlatos.

Em seguida, realizamos a análise documental, que conforme Vieira (2010) é definida pelo uso de documentos assinados por autoridades, decretos, legislações e manuscritos originais de obras culturais e artísticas. Sendo assim, pesquisamos os regimentos, decretos e documentos do IFS para identificar se eles versam sobre a gestão do orçamento público prevendo a participação dos estudantes na gestão orçamentária.

Entre os documentos analisados estão: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Anual de Trabalho (PAT), Político Pedagógico Institucional (PPPI), Regimento Interno e Estatuto, Política de Assistência Estudantil (PAE) .

Em relação à abordagem do problema, essa pesquisa é de cunho quali-quantitativo, a vertente qualitativa busca entender um fenômeno de acordo com a realidade do contexto dos participantes. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p.32) “A pesquisa qualitativa preocupa-se,

portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

De acordo com esse entendimento, para conhecer a percepção dos estudantes do ensino médio integrado sobre a gestão do orçamento público no IFS/*Campus* Estância foi realizado um estudo de caso, que teve como campo empírico o Instituto Federal de Sergipe - *Campus* Estância, que fica situado na Rua João Café Filho, 264. Bairro Cidade Nova, na cidade de Estância-SE. Para Zanella (2013, p.38), “Os estudos de caso têm grande profundidade e pequena amplitude, pois procuram conhecer a realidade de um indivíduo, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações em profundidade.” Corroborando com a autora, Vieira (2010) afirma que:

Um estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa que se caracteriza por pretender estender os ensinamentos obtidos no acompanhamento sistemático de um caso individual para situações e contextos mais gerais. Por isso, os estudos de caso não costumam partir de teorias, pelo contrário, é comum observarmos a geração de teorias a partir da análise de estudos de caso. (Vieira, 2010, p.89).

O estudo de caso não tem a pretensão de generalização do conhecimento a ser descoberto, mas poderá ser utilizado como parâmetro para unidades de ensino com características parecidas ao IFS/ *Campus* Estância. Ainda conforme Vieira (2010, p. 89), “A partir da compreensão de um caso, pode-se tirar conclusões válidas para casos semelhantes.”

Para o alcance dos objetivos dessa investigação, realizou-se a pesquisa descritiva por meio do levantamento de informações em campo, corroborando com Vieira (2010), quando declara que a pesquisa descritiva em termos metodológicos é o levantamento e tabulação de dados recolhidos por questionários, entrevistas, estudos de caso e saídas a campo. As informações levantadas se tornam objeto de análise, para estabelecer padrões de comportamento, correlações entre variáveis, mesmo que seja apenas como constatação.

O universo da pesquisa é composto por estudantes do Ensino Médio Integrado matriculados em 2023, e a amostra formada pelos 87 cursantes do 2º ano desta modalidade de ensino. Foram escolhidas as turmas de segundo ano, intencionalmente, considerando o tempo de permanência dos estudantes e sua ambientação no Instituto, por estarem na metade do curso, ainda terão a oportunidade - após a intervenção proposta nesse estudo, que tem a pretensão de sensibilizá-los - de participar ativamente das atividades de gestão do orçamento público do *Campus*.

O levantamento dos dados foi realizado por meio de aplicação de questionários *online* (elaborados no aplicativo *Google Forms*) formulado por roteiro previamente estabelecido,

com questões predominantemente fechadas, com a intenção de investigar qual o entendimento que os estudantes possuem sobre a gestão do orçamento público no IFS - *Campus* Estância. Segundo Vieira (2010, p.99), “Os questionários se constituem em instrumentos de coleta de dados, especificamente elaborados com o objetivo de obter respostas para questões que são importantes para o desenvolvimento das pesquisas.” e referente às questões fechadas Gerhardt e Silveira (2009, p.70) esclarece que “[...] o informante deve escolher uma resposta entre as constantes de uma lista predeterminada, indicando aquela que melhor corresponda à que deseja fornecer.”

Concomitante, foi realizado um levantamento de informações, semelhante ao feito com os estudantes, dos servidores/gestores que trabalham com o orçamento do *Campus*, com adoção de questionário eletrônico, também formulado no *Google Forms*, com perguntas visando descobrir se no cotidiano da profissão eles utilizam canais de informação para divulgar o orçamento da Instituição aos estudantes, se presenciam questionamentos dos discentes sobre os recursos orçamentários e se eles consideram importante a comunicação desses dados aos estudantes.

Em seguida, os dados foram analisados a partir do que nos traz Bardin (2011, p. 36). Para a autora a análise de dados se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas para decifrar as informações contidas no documento analisado, “a análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”.

Recorreremos também à abordagem quantitativa, devido ao uso de dados numéricos e estatísticos, principalmente, para fundamentar a discussão sobre financiamento da educação e orçamento público. Para Zanella (2013, p.95), “O método quantitativo preocupa-se com a representatividade numérica, isto é, com a medição objetiva e a quantificação dos resultados”. Sendo assim, esta abordagem foi utilizada no levantamento da previsão orçamentária do *Campus* Estância no período de 2020 a 2023, e o seu Orçamento desde 2018 até o ano de 2023.

Sobre a junção das abordagens qualitativa e quantitativa, Gatti (2004) afirma que os métodos de análise de informações que são apresentadas por números podem ser de grande utilidade para a compreensão de vários problemas educacionais. Além disso, a combinação dos dados numéricos com dados resultantes da abordagem qualitativa enriquecem a compreensão dos fatos e fenômenos, porém essa junção demanda maior esforço reflexivo do pesquisador para dar sentido ao material recolhido e analisado.

Por fim, após o resultado da pesquisa, iniciou-se a preparação do produto educacional

em formato audiovisual, mais precisamente um vídeo educativo, apresentando noções básicas sobre o orçamento público, mostrando de forma prática como os recursos financeiros são recebidos, alocados e utilizados no *Campus* Estância, e quais os espaços democráticos existentes para os estudantes participarem efetivamente desse processo.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Nessa seção, apresentamos as análises quanto à realização dos objetivos pensados para esse estudo. Na primeira parte, a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo buscou conteúdos sobre o tema de forma a dar uma visão geral sobre o assunto pesquisado. Em seguida, procedeu-se com a análise documental, na qual foram observadas as documentações e legislações do IFS que tratam sobre o tema do orçamento público e sugerem a participação da comunidade escolar. Nesta etapa foram analisados os seguintes instrumentos:

➤ **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):**

Na análise realizada no PDI/IFS, encontra-se no tema estratégico “Governança e Gestão” o Objetivo Estratégico (OE01) - que visa promover o uso coerente dos recursos orçamentários com eficiência e eficácia em sua aplicação. Esse objetivo propõe a simplificação do uso dos recursos orçamentários orientando os setores sistêmicos a destiná-los de forma eficiente e eficaz para o atendimento de suas necessidades, com transparência na execução orçamentária e delimitando as prioridades para atendimento das atividades voltadas ao ensino, pesquisa, inovação e extensão. Dessa forma os resultados esperados são: o aumento do controle social e a melhoria da aplicação dos recursos orçamentários, além da garantia desses recursos para as atividades da Instituição.

➤ **Plano de Trabalho Anual (PAT):**

Trata-se de um instrumento de gestão formulado anualmente que descreve as ações que serão realizadas no Instituto. Esse plano, também conhecido como Plano de Ações, está vinculado ao PDI e deve estar em conformidade com as propostas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

No PAT/*Campus* Estância, na análise da perspectiva orçamentária observa-se o objetivo estratégico OE1, que é promover a racionalização dos recursos orçamentários visando à alocação eficiente e eficaz, seguido de duas iniciativas que são: IE01.1. Propor planos para o uso e alocação dos recursos orçamentários de forma eficiente e eficaz; IE01.2. Promover “Campanhas de sensibilização e divulgação dos painéis do orçamento” (governo federal) nas

unidades. Dentro dessas iniciativas estão as ações: elaborar plano de distribuição orçamentária com a participação efetiva da comunidade acadêmica; elaborar o boletim mensal (painel de gestão); sensibilizar a comunidade escolar a partir de um grupo de ações sobre a necessidade de consumirmos de maneira responsável e sustentável os recursos de água e energia elétrica; fortalecer a cultura da transparência no uso do recurso público.(PAT/IFS, 2023, p.76, *online*).

Infere-se que, essas campanhas de sensibilização preveem a participação dos estudantes nesse processo e estão em consonância com o PDI (2020-2024)

➤ Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI):

O Projeto Político Pedagógico Institucional elenca os princípios pedagógicos, delimita o histórico institucional, a dimensão do currículo e das práticas educativas trilhadas na unidade de ensino. Trata-se de um instrumento que idealiza as propostas do IFS conforme as políticas institucionais.

Dentro dessa vertente de pensar ações, o PPPI ressalta a gestão democrática como um conjunto de metas e estratégias que estimulam a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados na escola. Essas metas e estratégias devem proporcionar a criação e/ou o fortalecimento de espaços de diálogo com a comunidade. “Isso significa oportunizar a todos as experiências de construção coletiva de projetos, currículos, mas também, da escolha de materiais, meios e instrumentos de aprendizagem.” (PDI, 2020, p.78).

Embora o PPPI preconize a gestão democrática por meio da participação da comunidade escolar visando à melhoria na prestação dos serviços educacionais, no Instituto Federal de Sergipe este instrumento é único e estabelece metas e estratégias de forma generalizada para todos os *Campi*. A inexistência de um Projeto Político Pedagógico Institucional exclusivo para cada *Campus*, que considere individualmente, a realidade social, econômica e política da comunidade local e circunvizinha no qual ele está inserido, desconsidera um estudo aprofundado do contexto social, e conseqüentemente, impossibilita a análise e avaliação contínua desse projeto, implicando na qualidade dos serviços ofertados.

Por meio de seu próprio PPPI, um *Campi* tem a possibilidade de exercer sua autonomia de forma mais expressiva, e mitigar as dificuldades de concretização das metas propostas, pois estas levarão em consideração vários condicionantes, dentre eles a realidade orçamentária da Instituição, as questões sociopolíticas da comunidade, além da participação de todos os segmentos da escola, permitindo assim, a construção coletiva de estratégias que possibilitem um maior alcance dos objetivos propostos para àquela unidade de ensino.

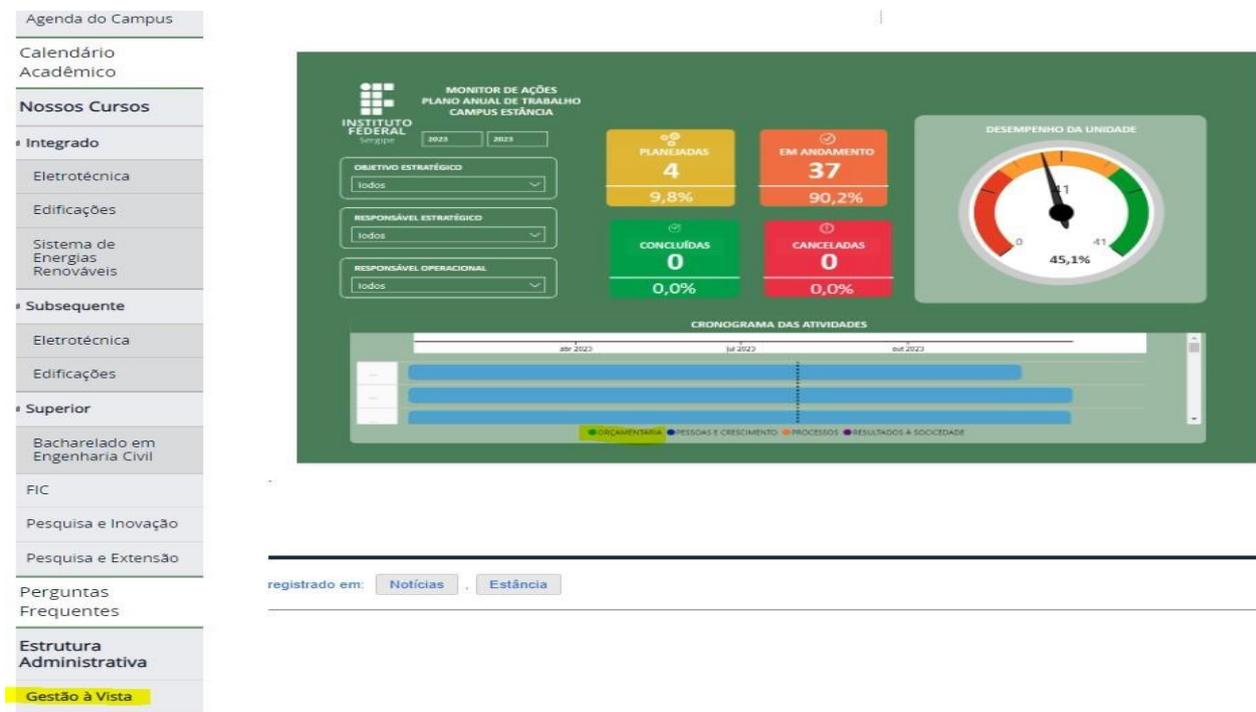
Entende-se que essa construção coletiva prevê também a participação estudantil nos processos de tomadas de decisões, principalmente no que diz respeito aos instrumentos e meios de aprendizagem, os quais necessitam de recursos financeiros para serem executados.

- Política de Assistência Estudantil (PAE): essa política visa o atendimento dos educandos matriculados no IFS, com ênfase na ampliação das condições de permanência e êxito desses estudantes, independente da condição socioeconômica que possuem.

Entre os princípios da PAE/IFS com relação direta ao tema do trabalho aqui apresentado, encontram-se a qualidade dos serviços prestados; a gestão democrática com incentivo à participação dos estudantes e servidores nas instâncias deliberativas; transparência nos procedimentos e recursos alocados, resguardados os casos de sigilo ético profissional; formação cidadã para o desenvolvimento integral dos estudantes. Fica explícito que a Política de Assistência Estudantil resguarda o direito dos estudantes a participação na gestão democrática, por meio de atuação nos espaços de deliberações e prevê a divulgação dos recursos alocados na Instituição ao destacar a transparência das informações relacionadas as ações e serviços prestados.

A outra parte do estudo, focou no levantamento dos instrumentos, mecanismos, práticas pedagógicas ou administrativas realizadas no *Campus* para divulgação do orçamento público da Instituição, em pesquisa no sítio eletrônico do *Campus* Estância, no *menu* “Gestão à Vista” consta um painel interativo conforme a figura a seguir:

Figura 3 . Monitor de Ações Plano Anual de Trabalho - Campus Estância



Fonte: *site* do IFS/ Campus Estância, em Outubro de 2023.

Percebe-se que no painel denominado Monitor de Ações Plano Anual de Trabalho - Campus Estância estão planejadas quatro atividades, dentre elas a orçamentária, ao clicar no painel, e escolher o objetivo estratégico OE01, aparecem 05 atividades em andamento, e o cronograma dessas atividades:

Figura 4. Monitor de Ações Plano Anual de Trabalho - Campus Estância



Fonte: *site* do IFS/ Campus Estância, em Outubro de 2023.

Ainda no citado *site*, ao recorrer ao *menu*, “Acesso à informação”, e em seguida clicar em “Transparência e Prestação de Contas”, são apresentadas informações referentes ao Instituto Federal de Sergipe, e não mais sobre o Campus Estância. Vejamos:

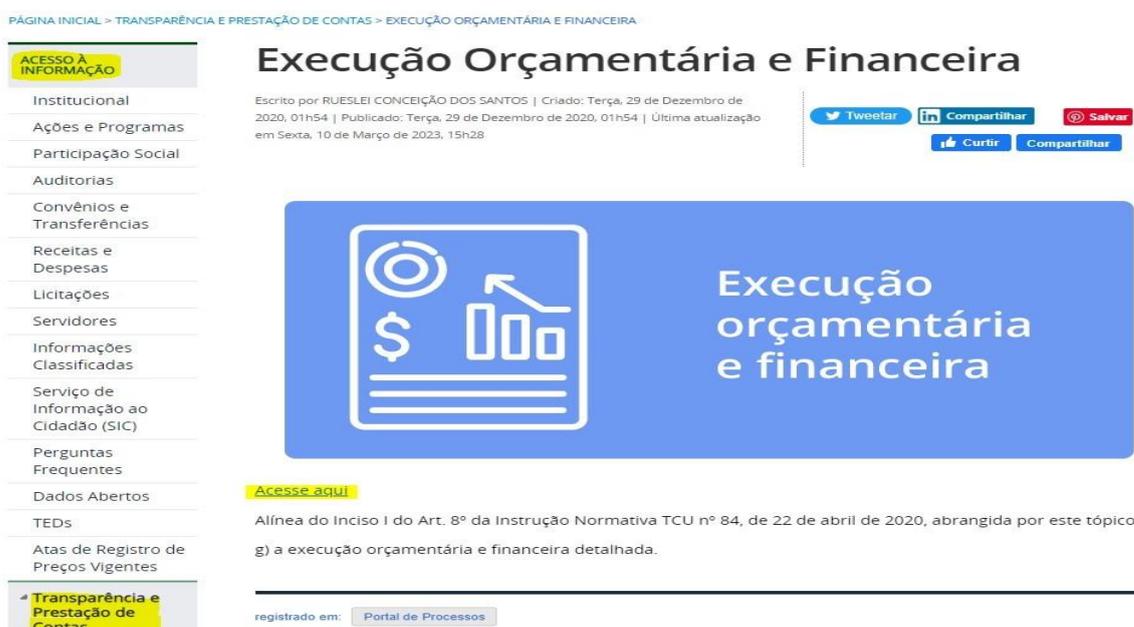
Figura 5. Transparência e prestação de contas



Fonte: *site* do IFS, 2023.

São apresentados diversos ícones de forma interativa, ao clicá-los aparecem poucas informações seguidas de *links* de acesso ao “Portal de Transparência” da Controladoria Geral da União. Vejamos o exemplo do ícone da “Execução orçamentária e financeira”:

Figura 6. Execução Orçamentária e Financeira



Fonte: *site* do IFS, 2023.

Figura 7. Portal de Transparência (Governo Federal)



Fonte: *site* do Portal de Transparência do Governo Federal

A mesma situação se repete ao acessar o ícone de “Repasses e Transferências de Recursos Financeiros”. No entanto, nos “Painéis de Resultados”, nos deparamos com várias informações, dentre elas a “Gestão de Orçamento”, entretanto o arcabouço apresentado se refere ao Instituto Federal de Sergipe e não aos *Campi* que o constitui. Vejamos:

Figura 8. Painéis de resultados



Fonte: *Site* do IFS, 2023.

Figura 9. Gestão de Orçamento



Fonte: Site do IFS, 2023

Conclui-se que as informações sobre o orçamento público do Campus Estância, incluindo os recursos orçamentários recebidos e sua distribuição para desenvolvimento das atividades não se apresentam no *site* dessa unidade de ensino. Para ter acesso a esses dados, é necessário buscá-los no *site* do Instituto Federal de Sergipe, no sítio eletrônico da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), seguindo o percurso PÁGINA INICIAL > REITORIA > PRÓ-REITORIAS > ADMINISTRAÇÃO > ORÇAMENTO onde estão disponíveis o Monitoramento de Despesas Correntes, Monitoramento de Investimentos, Plano de Contingenciamento Orçamentário e Plano de Implementação de Controles de todos os *Campi*, e o Painel Orçamentário do IFS incluindo o histórico de execução orçamentária do IFS 2018 a 2022, de forma interativa contendo infográficos.

Entretanto, para encontrar esses dados é necessário, no mínimo, o prévio conhecimento do assunto para deduzir que tais informações estão disponibilizadas naquela opção. Em suma, essas informações não são de fácil acesso aos estudantes, devido ao longo caminho a ser percorrido até conseguir encontrá-las.

Figura 10. Orçamento PROAD



Fonte: site do IFS, 2023.

Voltando a análise do *Campus* Estância, na busca *in loco* por instrumentos que divulguem dados sobre o orçamento público, foi percebido que existia um quadro informativo localizado próximo ao bloco da Direção Geral, no qual estavam disponibilizadas impressões de gráficos sobre as receitas e despesas orçamentárias do *Campus* num dado período, no entanto, essas informações atualmente não estão expostas neste quadro de avisos.

Infere-se que o formato desse quadro (aberto, sem proteção de vidro) possibilita a perda das informações, que facilmente podem ser retiradas. Além do local onde se encontra ser de pouco acesso dos estudantes, se comparado ao bloco da Gerência de Ensino, ou outros ambientes a exemplo da vivência, sala de projetos, biblioteca, espaços onde normalmente os discentes transitam com frequência.

Na procura sobre informes, *folders* ou algum material impresso, não localizamos nenhum material que tenha sido produzido ou reproduzido para distribuição aos estudantes, contendo noções básicas sobre o orçamento da Instituição.

Prosseguindo com a pesquisa, constatou-se que é realizada a Prestação de Contas, ação iniciada na Instituição desde 2018, adotada como estratégia para promoção da transparência, do cumprimento das metas do Plano Anual de Trabalho (PAT), além de abordar assuntos específicos de interesse comum a todos, estreitando o diálogo com a comunidade escolar visando à gestão democrática.

Esse evento, geralmente é realizado por ciclos de reuniões iniciados com as turmas do 1º ano do EMI, seguidas dos 2º e 3º anos dessa modalidade, depois os cursos subsequentes, finalizando com os graduandos do curso de Engenharia Civil. Neste momento voltado à comunidade escolar, a Direção Geral e a Gerência de Administração apresentam todas as ações realizadas no decorrer do ano, em todos os âmbitos da Instituição, destacando a questão orçamentária. São apresentados os recursos orçamentários recebidos pelo *Campus*; as ações executadas, e as que não puderam ser devido ao contingenciamento dos recursos, e quais as práticas adotadas para minimizar esses impactos. Trata-se de um momento de grande relevância, todavia, de pouca adesão estudantil.

Durante o período pandêmico, diante de várias ações que foram traçadas pela Instituição para continuar a prestar um serviço de qualidade, produção de insumos para uso de contenção do contágio da doença COVID-19, por meio da fabricação de álcool em gel, detergentes, sanitizantes, e equipamento de proteção individual (EPI) no combate à pandemia do coronavírus. Além dos docentes terem que ressignificar o fazer profissional, os técnicos administrativos reestruturarem suas atividades por meio do trabalho remoto, todas essas ações inovadoras, se comparadas às anteriormente praticadas, requereram uma gestão mais eficiente dos recursos orçamentários, devido aos bloqueios orçamentários sofridos pelo Instituto.

Essa situação agravante, pouco foi discutida pelo IFS, quase não foram realizadas ações para elucidar acerca dessa realidade à comunidade estudantil e externa; nesse período, uma Conferência Livre aconteceu em 2022 (dois anos após o início da pandemia) com o tema Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Financiamento e Inclusão Social, que no eixo V abordou a “Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social”. Evento de fundamental importância diante da difícil realidade enfrentada pelas instituições federais de ensino.

No entanto, percebe-se que o IFS não investiu em práticas de maior disseminação das informações de seu orçamento público, para que a sociedade ficasse ciente dos mecanismos

adotados pela Instituição para manter as portas abertas, mesmo diante de tantos entraves econômicos.

Acompanhando essa tendência, no *Campus Estância* não foi percebida a criação de mecanismos para expor os dados orçamentários à comunidade escolar em geral, para além das reuniões sistêmicas e exposição dos dados orçamentários no mural “Gestão a vista”. As informações sobre o orçamento público são tratadas pela Direção Geral conjuntamente à Gerência de Administração, que dialogam com os demais setores sistêmicos e a comunidade escolar sobre os entraves enfrentados pela Gestão, e as medidas adotadas para minimizar os impactos causados pela redução de recursos financeiros.

Ressalte-se que, neste período, a gestão implantou o plano de contingenciamento, no entanto faltou uma comunicação mais eficaz para justificar o porquê dessas medidas, com intenção de sensibilizar os estudantes a entender a problemática e aumentar o sentimento de pertencimento à escola, além de minimizar o descontentamento por não entenderem as causas que impactam na insuficiência da prestação de alguns serviços.

4.1 ANÁLISE DA PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES ACERCA DA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DO IFS/ CAMPUS ESTÂNCIA

A pesquisa teve anuência da Direção Geral, que autorizou sua realização em 27 de Setembro de 2022 e respaldo ético do Comitê de Ética em Pesquisas do IFS, sob parecer do relatório nº 6.064.604. A amostra formada pelos estudantes do 2º ano do Ensino Médio Integrado dos cursos: Técnico Integrado em Edificações; Técnico Integrado em Eletrotécnica e Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável. Esses cursos apresentaram o total de 87 matrículas distribuídas em três turmas, uma de cada curso.

Visando melhor atender os objetivos dessa investigação, abordamos a totalidade desses estudantes, com realização de visitas em sala de aula para apresentação e explicação da pesquisa. E em seguida, enviamos um *link* contendo um questionário *online*, formulado no *Google Forms*, para os representantes de turma divulgarem nos grupos de *Whatsapp* e *emails* dos colegas. Do total de estudantes que acessaram os termos de autorização, 56 deles (94,6%) concordaram e apenas 03 (5,4%) não aceitou participar.

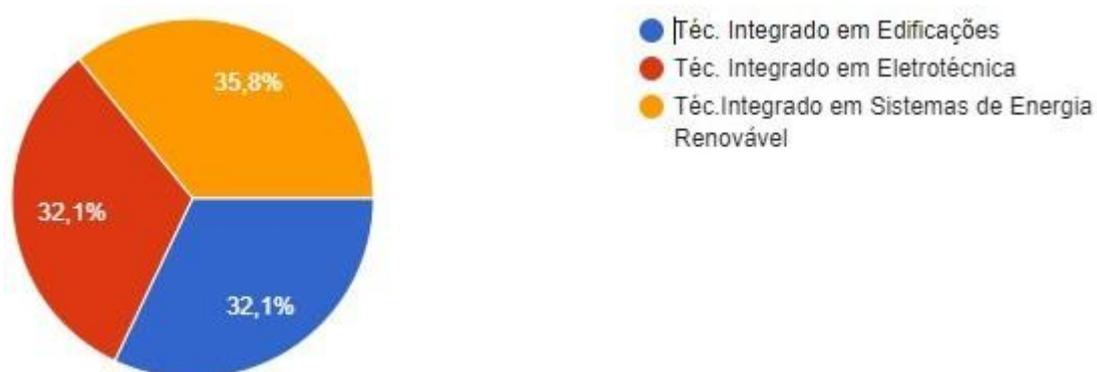
Após a concordância em participar do estudo, por meio da aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE (para os estudantes com idade igual ou maior a 18 anos) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE (para os estudantes com idade

inferior a 18 anos, que foram autorizados pelos seus responsáveis), o questionário foi aplicado com 53 estudantes. Essa amostra foi composta de forma representativa por: 17 estudantes do EMI - Técnico Integrado em Edificações; 17 estudantes do EMI -Técnico Integrado em Eletrotécnica; 19 estudantes do EMI - Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável.

Em concomitância com este levantamento, também foram enviados questionários *online*, elaborados no *Google forms* para os servidores do *Campus* Estância que trabalham ou trabalharam diretamente com a gestão do orçamento público da Instituição, durante o período de 2020 a 2022. Esse levantamento foi realizado, principalmente, para descobrir quais os mecanismos e/ou instrumentos utilizados pela gestão do *Campus* para informar aos estudantes sobre o orçamento público, além de conhecer o que eles pensam sobre a importância da disseminação das informações referente aos recursos orçamentários da Instituição.

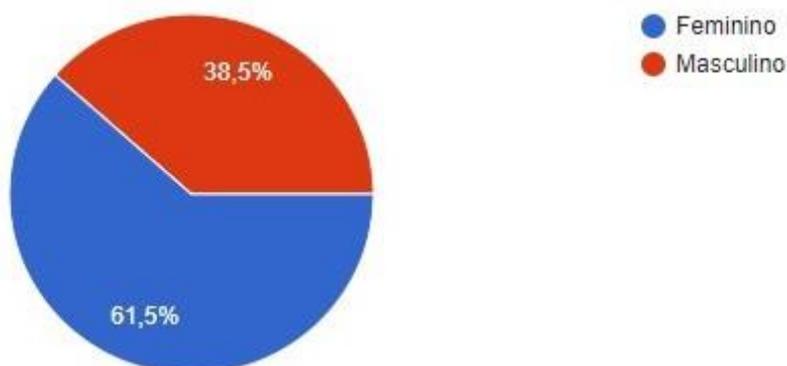
A aplicação dos questionários com os estudantes e servidores ocorreu no período de 13 a 29 de Julho de 2023, correspondente ao semestre 2023/1. Na realização deste estudo, primeiramente, foi levantado o perfil socioeconômico dos estudantes participantes da pesquisa, levando-se em consideração que a problemática estudada tem correlação com a vida cotidiana dos sujeitos. Partindo desse entendimento, as informações levantadas foram:

Gráfico 1. Curso dos participantes

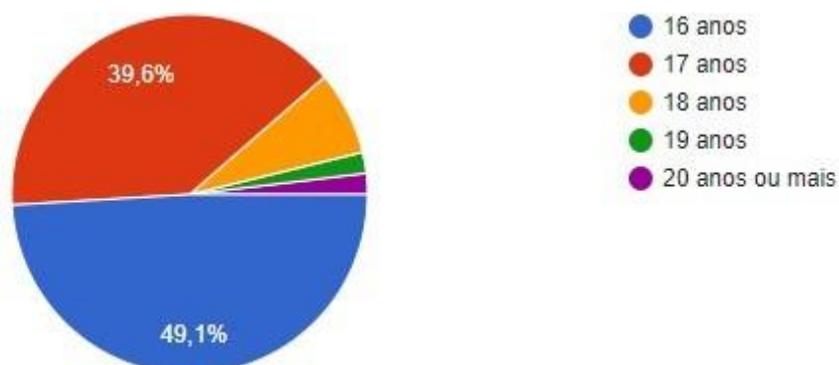


Fonte: elaborado pela autora.

Essa amostra foi composta de forma representativa por: 32,1% de estudantes do EMI - Técnico Integrado em Edificações; 32,1% estudantes do EMI- Técnico Integrado em Eletrotécnica e 35,8% de estudantes do EMI - Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável.

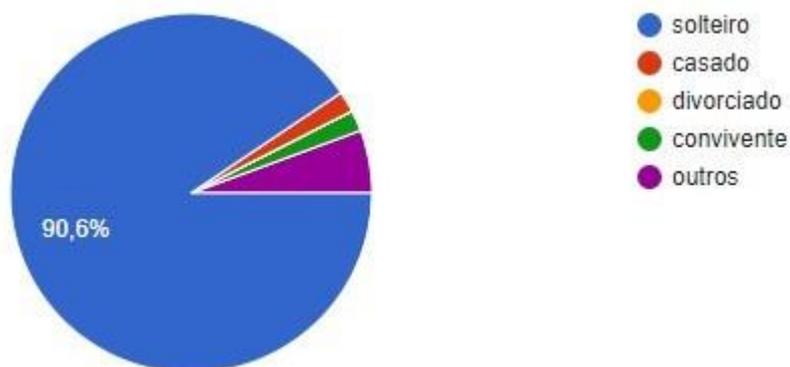
Gráfico 2. Sexo dos estudantes

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 3. Faixa etária dos estudantes

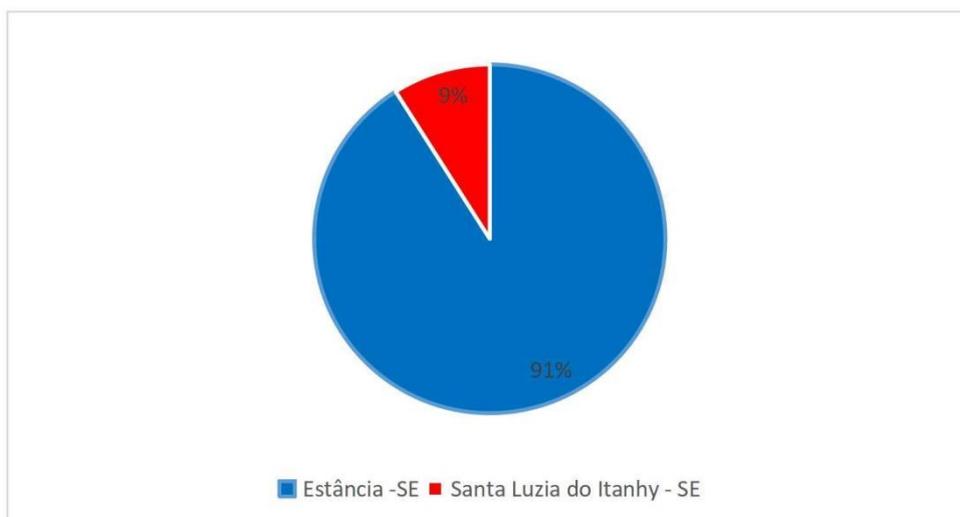
Fonte: elaborado pela autora.

A maioria dos participantes da pesquisa se declarou do sexo feminino 61,5% e 38,5% do sexo masculino. Esses dados mostram que as mulheres apresentaram maior interesse em participar da pesquisa. Em relação à faixa etária, os participantes tinham entre 16 a 20 anos, 49,1% de 16 anos; 39,6% tinham 17 anos; 4,7% com 18 anos, 1,9% de 19 anos e 1,9% com 20 anos ou mais. Conforme o levantamento, a maioria dos estudantes está na idade regular do ensino médio brasileiro. Esse dado corrobora com o resultado da pesquisa do IBGE (2022), na qual a taxa de escolarização do grupo de idade de 15 a 17 anos foi de 92,2%, e os estudantes da rede pública de ensino que frequentam o ensino médio corresponderam a 87,7%. desse grupo.

Gráfico 4. Estado civil dos estudantes

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre o estado civil dos entrevistados, 90,6% declarou ser solteiros(as); 1,9% casado(a), 1,9% divorciado, 5,7% convivente; 9,9% outros, não especificando qual o estado civil. A maioria dos respondentes são solteiros(as), esse resultado nos faz pensar que, provavelmente, a maioria dos participantes da pesquisa não são responsáveis pelas despesas e pela subsistência de uma família. Esse fator pode colaborar, de certa forma, no interesse dos estudantes sobre a temática abordada nesse estudo. A relação do orçamento familiar tem suas similaridades com o orçamento escolar, ambos precisam ser previamente planejados e bem executados, para que as necessidades sejam supridas a contento.

Gráfico 5. Cidade onde residem os estudantes

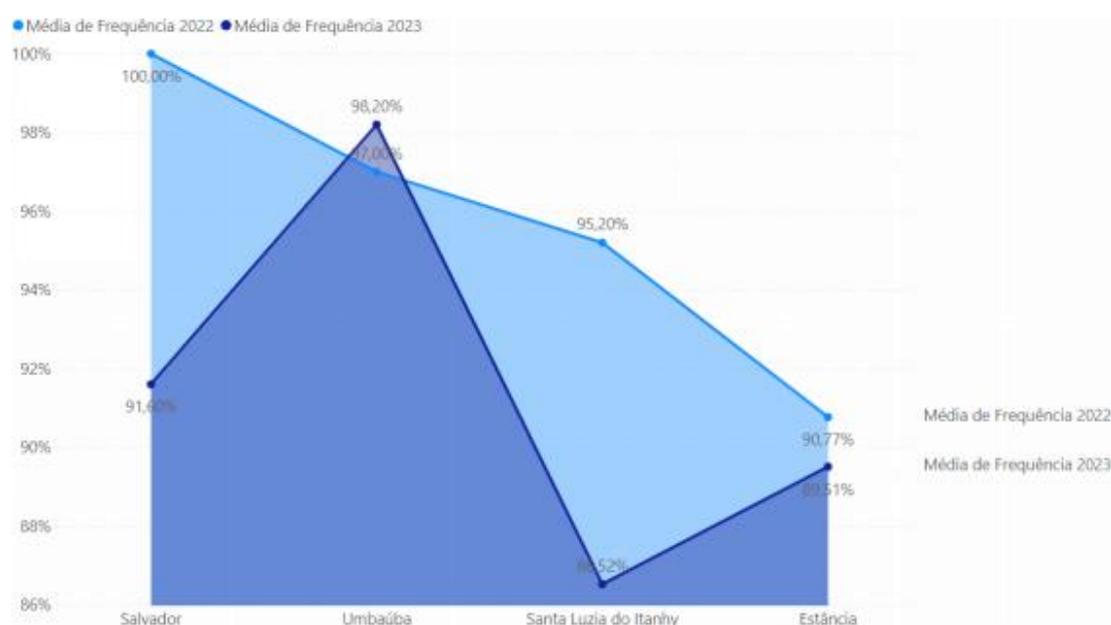
Fonte: elaborado pela autora

O resultado mostra que 91% dos estudantes moram na Cidade de Estância, município no qual fica situado o *Campus*, aparentemente, esse dado não apresenta entraves em relação à permanência dos estudantes no Instituto. Porém, assim como os 9% dos estudantes que moram na cidade de Santa Luzia do Itanhhy, os moradores de Estância também sofrem com a falta de transporte público gratuito e de qualidade, e na maioria das vezes não possuem recursos financeiros para manterem-se assíduos às aulas. Isso porque, embora o *Campus* esteja no mesmo município, sua localização é distante do centro da cidade. Sendo assim, os estudantes necessitam pagar pelo serviço de transporte para frequentar as aulas.

Dado confirmado pela Gerência de Ensino do Campus Estância, ao realizar um estudo sobre a análise da frequência dos estudantes em relação à cidade onde residem, verificou-se que os estudantes que moram na cidade de Estância, devido a questões de transporte, têm uma frequência inferior aos moradores de outras cidades. A maior parte dos estudantes faz uso do ônibus urbano ou caminham para realizarem o deslocamento das residências até a Instituição.

Na categoria de ônibus urbano incluem-se os ônibus oferecidos pelos municípios para transporte escolar, o que impacta em períodos de ausência dos estudantes em épocas de férias das redes municipal e estadual, em decorrência do calendário acadêmico do IFS encontrar-se diferente das demais redes, e o transporte escolar municipal não ser disponibilizado para os estudantes da rede federal.

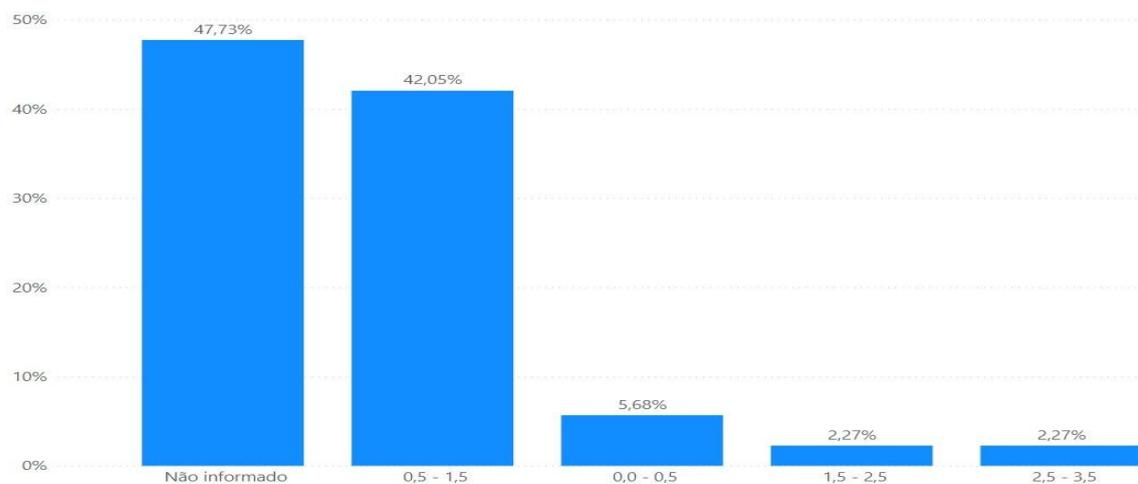
Gráfico 6. Cidade x Frequência dos estudantes no Instituto



Fonte: GEN/Campus Estância, 2023.

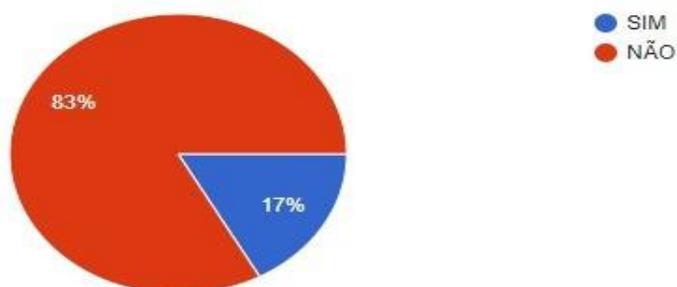
O gráfico mostra que desde o ano letivo 2022 a frequência dos estudantes vem diminuindo, e atualmente apresenta uma queda acentuada desde o 1º semestre de 2023. Estes estudantes podem estar enfrentando dificuldades em relação a transporte, possibilidade de ter que auxiliar na renda familiar, que na maioria é muita baixa (como veremos a seguir) dentre outras questões que podem ser analisadas.

Gráfico 7 - Renda familiar dos estudantes



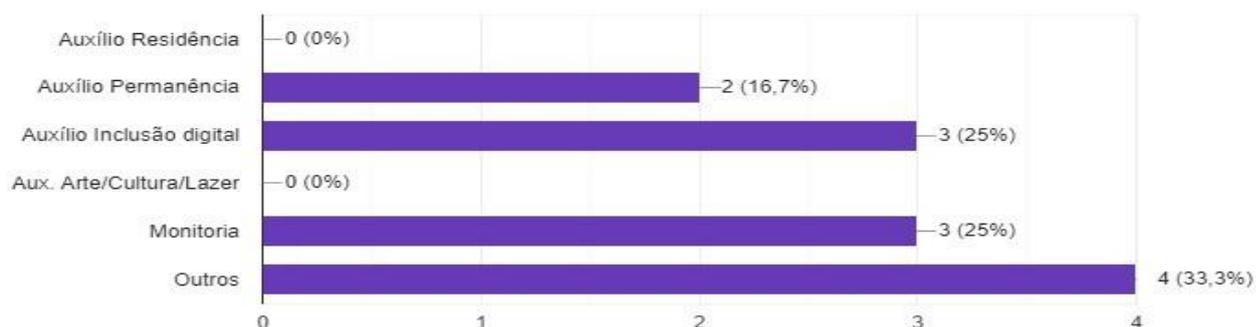
Fonte: GEN/ Campus Estância, 2023

Por meio da análise da renda familiar, verifica-se que a maioria dos estudantes pertencem a família de baixa renda, com proventos entre 0,5 a 1,5 salário mínimo. Esse fator influencia na questão da permanência dos educandos no Instituto. Aponta indicadores de necessidade da ampliação da Política de Assistência Estudantil, por meio do aumento da oferta de auxílios e conseqüentemente, a necessidade de mais recursos orçamentários direcionados a tal política. De acordo com o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Política de Assistência Estudantil tem como principal objetivo desenvolver projetos, ações e serviços que assegurem ao estudante do IFS o acesso, a permanência e o êxito, consolidando o apoio à formação integral, contribuindo na prevenção da evasão e retenção, ao atender prioritariamente, às necessidades dos estudantes cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio vigente.

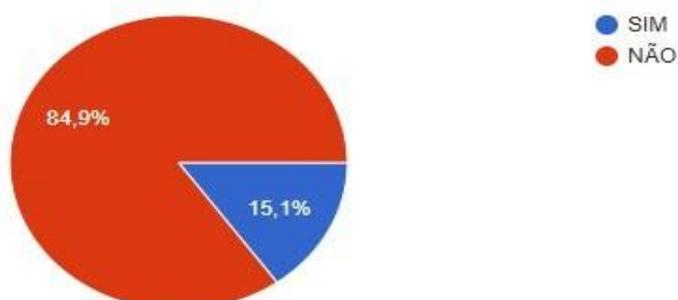
Gráfico 8. Já recebeu algum auxílio da Assistência Estudantil?

Fonte: elaborado pela autora

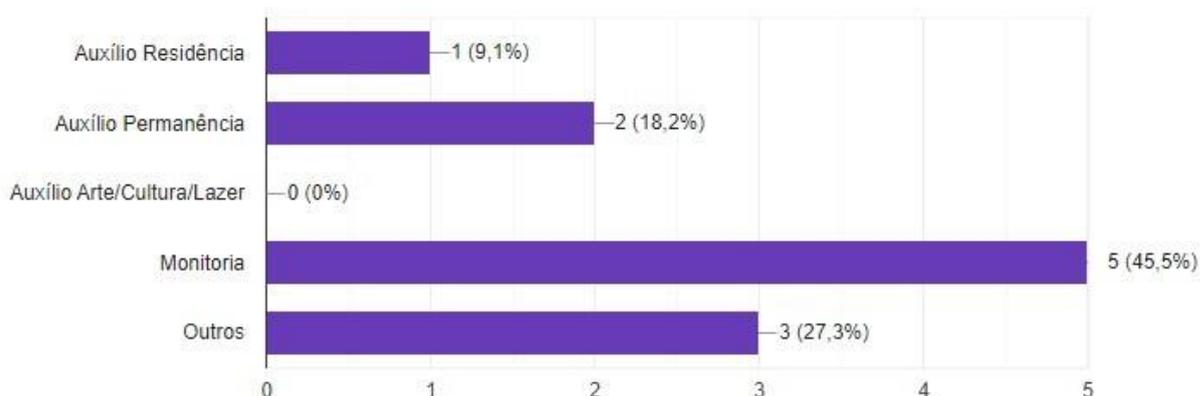
Ainda sobre os auxílios, 83% dos participantes da pesquisa afirmou que não recebeu nenhum auxílio durante os dois anos de permanência no Instituto. Enquanto uma minoria de 17% declarou que já recebeu algum auxílio ao educando, dentre os auxílios citados, 16,7% auxílio permanência; 25% auxílio inclusão digital; 25% monitoria e 33,3% outros, não especificados.

Gráfico 9. Qual ou quais auxílios recebeu?

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 10. Atualmente recebe algum auxílio da Assistência Estudantil?

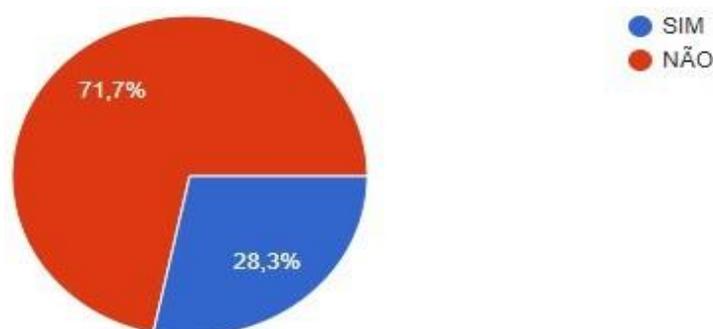
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 11. Qual ou quais auxílios recebe?

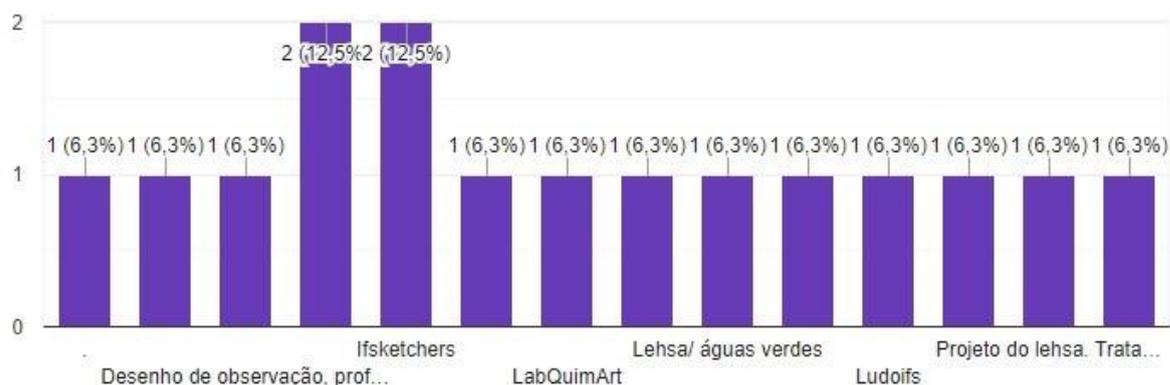
Fonte: elaborado pela autora.

E quando perguntados se, atualmente, recebem algum auxílio da Assistência Estudantil, 84,9% respondeu que não recebe, e 15,1% afirmou receber auxílios estudantis nas seguintes proporções: 9,1% auxílio residência; 18,2% auxílio permanência; 45,5% monitoria e 27,3% outros.

No comparativo entre o quantitativo dos que recebiam os auxílios e os que atualmente recebem, percebemos que o número de estudantes que não recebem auxílio aumentou. Um fator que pode ter corroborado com essa situação foi a suspensão do auxílio digital. Este auxílio foi criado durante a pandemia da COVID-19, o Instituto Federal de Sergipe disponibilizou aparelhos eletrônicos e o pagamento do auxílio digital para que os estudantes participassem das aulas virtualmente, no ensino remoto. Com a volta às aulas presenciais esse auxílio foi interrompido. Podemos citar também, o impacto do contingenciamento dos recursos que acarretou na suspensão de novos editais para concessão de auxílios ao educando.

Gráfico 12 - Já foi/é bolsista em algum projeto de pesquisa ou extensão do IFS?

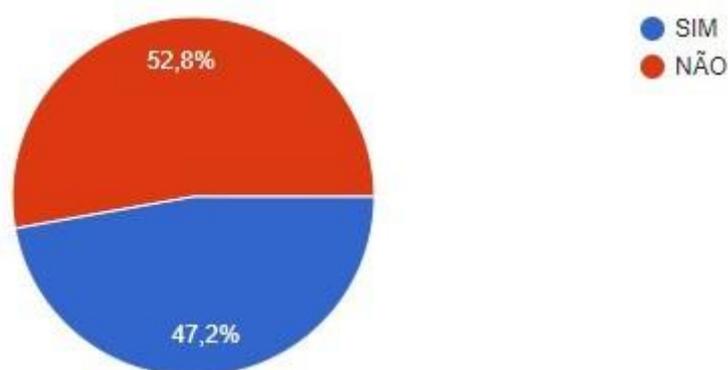
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 13. Qual ou quais projetos participa/participou?

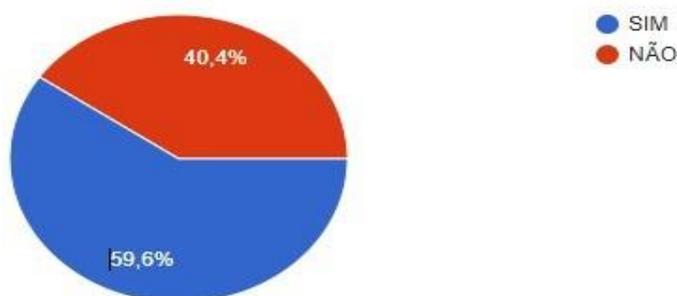
Fonte: elaborado pela autora.

Perguntados se foram ou são bolsistas em algum projeto de pesquisa ou extensão do *Campus*, 71,7 % respondeu que não é bolsista, e 28,3% declarou que é/ ou já foi participante de projeto. Os projetos citados foram: Projeto Lesha 12,5%; Futebol de robôs 12,5%; IFSKetchers 12,5%; Desenho de observação 18,8%; LabQuimArt 18,8%; LabMaker 6,3%; LudoHIST 12,8% e 6,3% dos estudantes não informou qual o projeto que participou/participa.

Com esse resultado podemos inferir que são poucas as bolsas oferecidas para os estudantes, comparadas ao número de matriculados e a diversidade de projetos existentes no *Campus*. A falta de recursos orçamentários não permite contemplar um maior número de estudantes, que embora muitos possuam interesse em participar dos projetos, são poucos os que recebem incentivo financeiro da Instituição para tal.

Gráfico 14. Você sabe de onde vem os recursos para o funcionamento do IFS/ Campus Estância?

Fonte: elaborado pela autora.

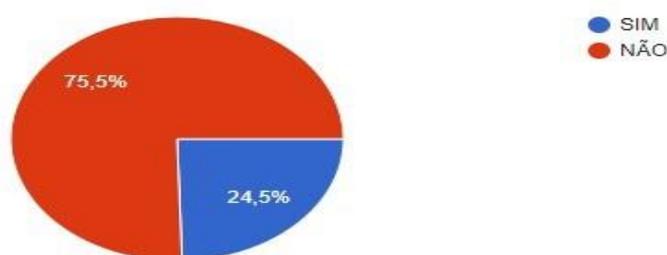
Gráfico 15. Você sabe o que é Orçamento Público?

Fonte: elaborado pela autora.

Após as perguntas de cunho socioeconômico, adentramos nas perguntas direcionadas ao nosso objetivo principal. Quando indagados de onde vem os recursos para o funcionamento do IFS/*Campus* Estância, 52,8% dos entrevistados respondeu que não sabia e 47,2% declarou saber a origem dos recursos. E ao serem perguntados, se sabem o que é o Orçamento Público, 59,6% respondeu que sabe, e 40,4% que não tem conhecimento sobre o tema.

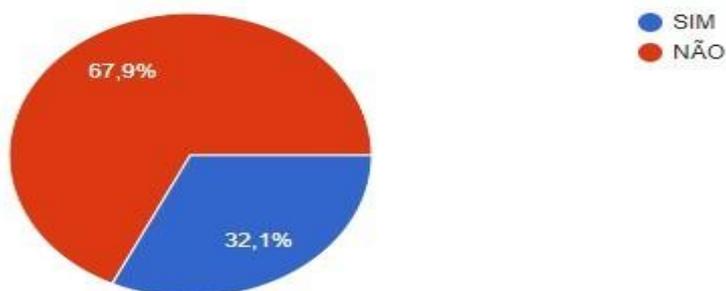
Esse dado demonstra que a maioria dos estudantes declarou saber o que é o orçamento público. E grande parte não sabe de onde vem os recursos orçamentários que são utilizados no *Campus* para que as atividades sejam executadas.

Inferimos que, mesmo diante da afirmativa de que sabem o que é orçamento público, esse conhecimento se apresenta mitigado, fragilizado em relação ao orçamento do *Campus*. Um dado que cabe atenção é que mais da metade dos entrevistados afirma não saber a origem dos recursos destinados para o funcionamento da unidade escolar, mesmo estando matriculados em um Instituto público mantido pelo Governo Federal. Esse resultado apresentado demonstra a grande estranheza dos estudantes em relação ao assunto ora apresentado.

Gráfico 16 . Durante a sua permanência no IFS/*Campus* Estância participou de algum evento ou ação sobre o orçamento público do *Campus*?

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 17. Você já recebeu alguma informação sobre os recursos financeiros que existem no Campus Estância para realização das atividades da Instituição?



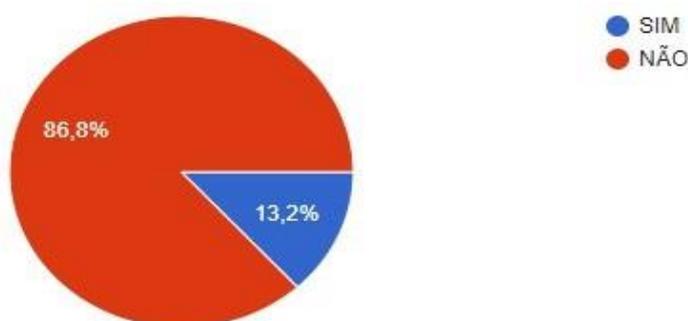
Fonte: elaborado pela autora.

Ao serem perguntados se receberam alguma informação sobre os recursos financeiros que existem no *Campus Estância* para realização das atividades da Instituição, 67,9% disseram que nunca receberam e 24,5% afirmaram que já receberam essas informações.

E quando perguntados se durante a permanência no IFS/*Campus Estância* participaram de algum evento ou ação sobre o orçamento público do *Campus*, 75,5% afirmou que não participou de nenhum desses momentos. Enquanto que 24,5% confirmou sua participação.

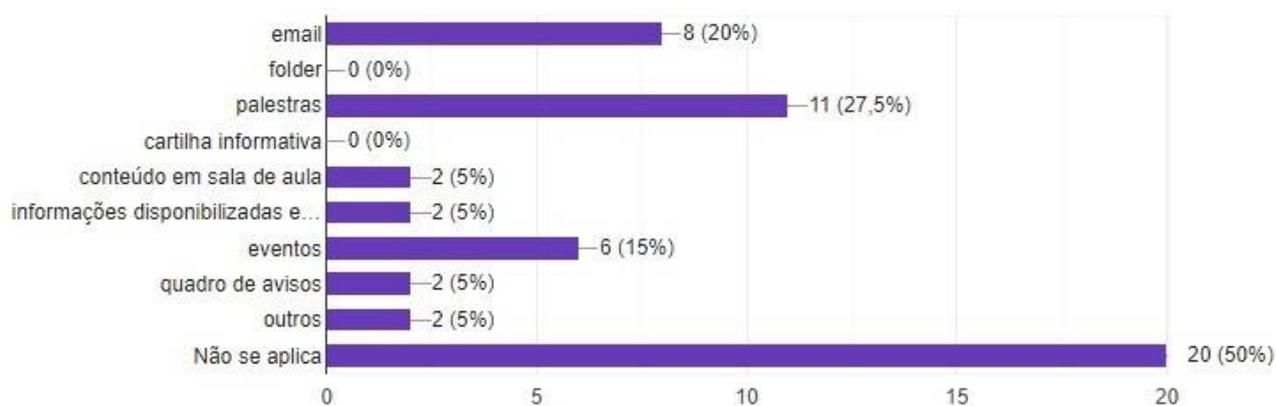
Percebe-se que as respostas dos participantes apontam para a existência de divulgação de informações sobre o orçamento aos estudantes, no entanto, a maioria nega a participação nos eventos ou ações inerentes ao assunto.

Gráfico 18. Você conhece quais são os canais de divulgação e de acesso as informações sobre a distribuição/gastos dos recursos financeiros do Campus Estância?



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 19. Canais de acesso à informação e divulgação sobre o Orçamento do Campus .



Fonte: elaborado pela autora.

Indagados se conhecem quais os canais de divulgação e de acesso às informações sobre a distribuição/gastos dos recursos financeiros do *Campus* Estância, 86,8% afirma não ter conhecimento, e apenas 13,2% declarou conhecer os mecanismos de informação. Para aqueles que afirmaram conhecer os instrumentos de divulgação foram apresentados alguns canais de acesso à informação e divulgação sobre o Orçamento do *Campus*, para eles indicarem por meio dos quais obtiveram informações sobre o orçamento da Instituição.

As respostas foram: 27,5% palestras; 20% *emails*; 15% em eventos; 5% conteúdo em sala de aula; 5% em *sites*; 5% em quadros de aviso; 5% outros, não especificados. E 50% informou não ter acesso a nenhum canal de divulgação e acesso às informações sobre o orçamento do *Campus*.

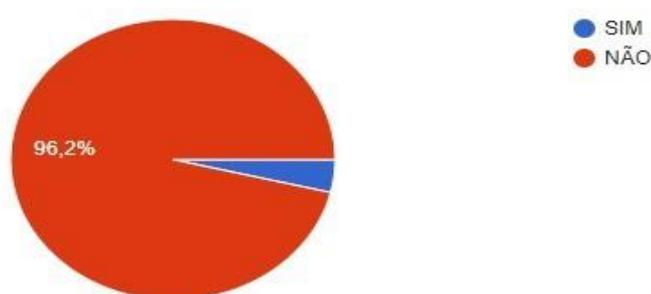
Esse resultado nos leva a reflexão sobre quais seriam os melhores mecanismos que poderiam ser utilizados pela gestão do *Campus* para alcançar a comunidade no processo de diálogo e divulgação do orçamento da Instituição, dado o alto índice de estudantes que afirmou não ter acesso às informações, e sobre os que declararam acessá-las, desconhecerem conceitos básicos sobre o tema.

Percebemos a quase inexistência de conteúdos trabalhados em sala de aula, apenas 5% informou que o tema foi abordado durante as aulas, esse dado nos faz questionar a formação *omnilateral*, um dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no IFS/*Campus* Estância. A formação completa dos sujeitos, apresentando-lhes conhecimentos para além dos conteúdos programáticos, e instigando-os à visão crítico-política, socioeconômica, histórico-cultural, que proporciona a preparação desses estudantes para o mundo do trabalho.

Esse resultado permite afirmar que, embora existam instrumentos de transparência pública das informações, esses métodos, alguns até interativos, ainda não viabilizam o melhor

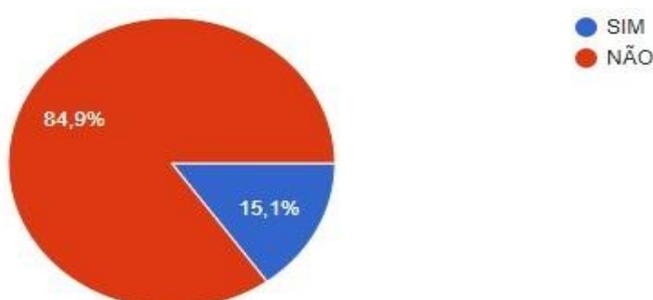
alcance das informações à comunidade escolar. Prova disso foi o índice de estudantes pesquisados que declararam obter informações disponibilizadas em *site*, um percentual muito baixo, 5%, apenas, comparado ao nível de alcance que a internet atinge no cotidiano dos estudantes na faixa etária do ensino médio, que têm o hábito de buscar informações na internet, em detrimento dos meios impressos.

Gráfico 20. Você é membro de algum grupo, conselho ou grêmio estudantil?



Fonte: elaborado a autora

Gráfico 21. Já participou de reunião de Conselho de Classe, Grêmio Estudantil ou reuniões sobre decisões a serem tomadas no IFS?

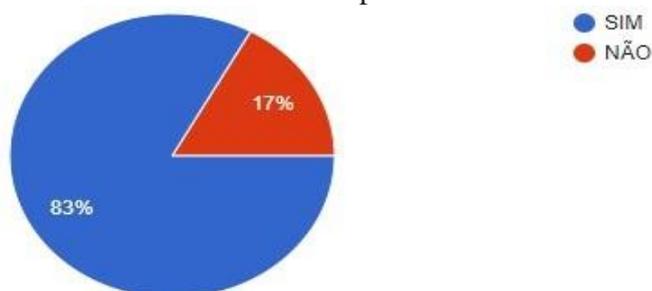


Fonte: elaborado pela autora.

Elaboramos perguntas voltadas à participação estudantil, perguntamos se os participantes eram membros de algum grupo, conselho ou grêmio estudantil, 96,2% afirmou que não participa de nenhuma dessas entidades representativas, e 3,8% declarou que participa, porém, ao serem perguntados sobre a qual grupo pertenciam, não responderam. E quando indagados sobre a participação em reunião de Conselho de Classe, Grêmio Estudantil ou reuniões sobre decisões a serem tomadas no IFS/Campus Estância, 84,9% respondeu que não participou e 15,1% afirmou ter participado dos momentos citados.

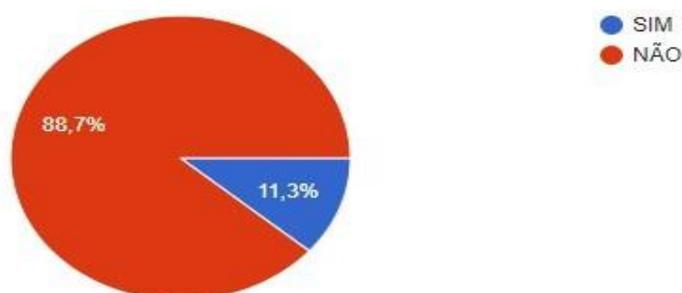
Esse resultado demonstra uma lacuna significativa da representatividade estudantil do Campus, dificultando a oportunização de discussões acerca de assuntos importantes para a comunidade escolar, dentre eles, o problema da escassez dos recursos orçamentários.

Gráfico 22. Você tem interesse de saber sobre os recursos orçamentários, receitas e despesas das atividades a serem realizadas no Campus/Estância?



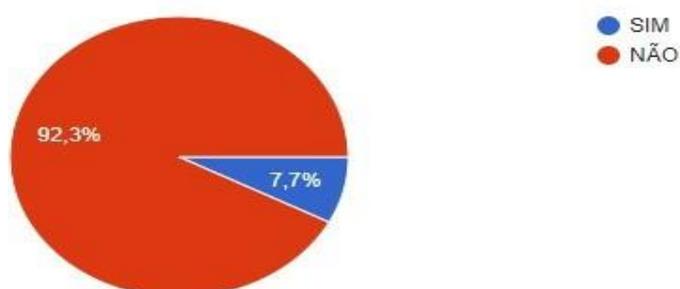
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 23. Já foi convidado(a) para participar da prestação de contas do Campus/Estância?



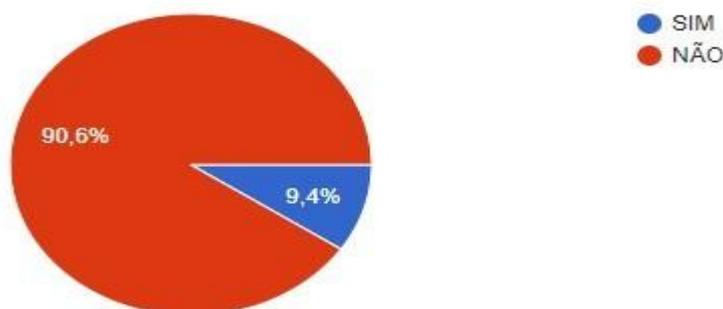
Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 24. Já participou do momento de prestação de contas do Campus/Estância?



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 25. Você já participou de reuniões para formular propostas de utilização dos recursos orçamentários do Campus/Estância?



Fonte: elaborado pela autora

Também foram indagados se participaram de reuniões para formular propostas de utilização dos recursos orçamentários do *Campus*, a maioria 90,6% informou que não, enquanto somente 9,4% disse ter participado dessas reuniões.

Percebe-se que esse dado reitera a realidade exposta anteriormente. Há uma lacuna na participação estudantil no planejamento das ações e atividades da escola. Ações essenciais para contribuir com o sentimento de pertencimento e atuação expressiva. Essa é uma via que deve ser construída coletivamente, por meio, por exemplo, dos grêmios estudantis, que no momento encontra-se em fase de reestruturação no *Campus*.

Perguntados se tem interesse de saber sobre os recursos orçamentários, receitas e despesas das atividades a serem realizadas no *Campus/Estância*, 83% declarou que possui interesse, enquanto 17% não se interessa pelo assunto. E se foram convidados a participar da prestação de contas do *Campus/Estância*. 88,7% afirmou que não, e 11,3% disse ter sido convidado. Continuamos perguntando se participaram do momento de prestação de contas do *Campus*, 92,3% disse que não e 7,7% afirmou ter participado.

Analisando os resultados, fica explícito que mesmo com instrumentos de divulgação e transparência do orçamento na Instituição, tanto em âmbito do *Campus*, quanto em âmbito do IFS, a adesão dos estudantes aos momentos de abordagem sobre o tema é irrisória: embora 83% declarou ter interesse em saber sobre os recursos orçamentários da unidade escolar; dos 11,3% que afirmou ter sido convidado a participar da prestação de contas, destes apenas 7,7% confirmou a sua participação no evento.

Concluimos o questionário perguntando o que gostariam de conhecer e/ou se aprofundar sobre o orçamento público do *Campus/Estância*. E obtivemos respostas que questionaram a origem, o recebimento, a destinação e a utilização dos recursos na instituição:

“De onde vem o orçamento?”

“Sobre a divisão do orçamento.”

“Quantidades de recursos que chega no Campus” (sic.)

“De onde vem a distribuição do orçamento e conhecimento básico sobre”. (sic.)

“Queria saber para onde vai o orçamento do ifs.” (sic.)

“Para onde os recursos estão indo.” (sic.)

“Sobre como ela chega e onde exatamente é aplicada.”(sic.)

“Movimento orçamentário, quanto vem, quanto sai, como fica para os alunos.” (sic.)

Outros, em suas respostas, demonstraram o interesse destacando o direito deles à informação enquanto estudantes, com ênfase nos recursos destinados à Assistência ao Educando - fator que influencia diretamente na permanência e êxito desses estudantes - e no orçamento para projetos e pesquisa, necessário à efetivação do tripé da educação de qualidade: o ensino, a pesquisa e extensão:

“ Gostaria de saber porque o auxílio ser tão pouco e a questão do IFS não oferecer almoço e transporte público”. (sic.)

“Tudo o que me é de direito saber sobre o orçamento do campus, enquanto estudante dessa instituição.” (sic.)

“Conhecer no mínimo o básico, de onde vem, como funciona, não é um conteúdo que normalmente chega até nós.” (sic.)

“Orçamento de pesquisas e projetos.”

Enquanto algumas respostas se apresentaram com o interesse genuíno de manterem-se informados acerca do tema.

“ Queria conhecer mais pois me interesse sobre essa área”

“Queria saber mais para ficar informada etc...”

E algumas respostas se apresentaram com um certo nível de criticidade sobre a realidade vivenciada atualmente pelo *Campus*:

“De onde vem, e para onde está sendo desviado o dinheiro só governo. Vergonha para um governo dele não ter uma verba que ele merece, principalmente nós alunos e servidores como cidadãos.” (sic.)

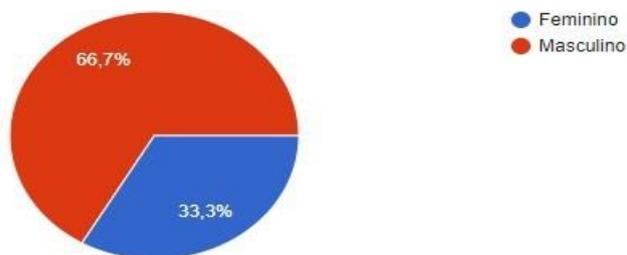
“saber por que parou a obra da quadra, saber se foi questão de orçamento.” (sic.)

Perante as respostas expostas, percebemos que o orçamento público é um assunto que desperta interesse aos estudantes do Ensino Médio Integrado do *Campus* Estância. Embora, a pouca participação nos momentos de publicização das informações e discussões sobre o tema demonstrem o contrário. Concluímos que, talvez, os mecanismos praticados pela gestão do *Campus* para abordar o assunto, são insuficientes e/ou ineficazes para o esclarecimento e a sensibilização dos estudantes para participação ativa nos momentos de planejamento das ações e tomada de decisões do *Campus*.

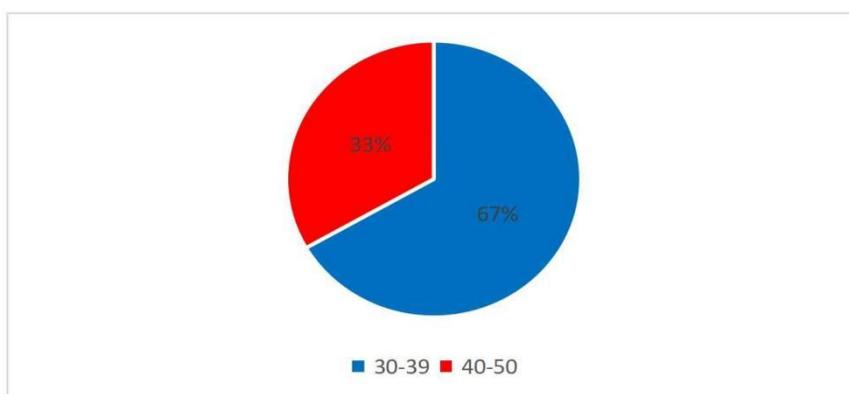
4.2 ANÁLISE DA PESQUISA COM OS SERVIDORES/GESTORES

Neste estudo, buscou-se também por meio de questionários saber dos servidores que trabalham na gestão do *Campus* quais os mecanismos e instrumentos utilizados pela gestão para disseminar as informações sobre o orçamento público da Instituição a comunidade escolar, em especial, aos estudantes. No caso dos servidores, o *link* do formulário *online* foi enviado para o email institucional de 06 (seis) deles, com adesão de todos à pesquisa.

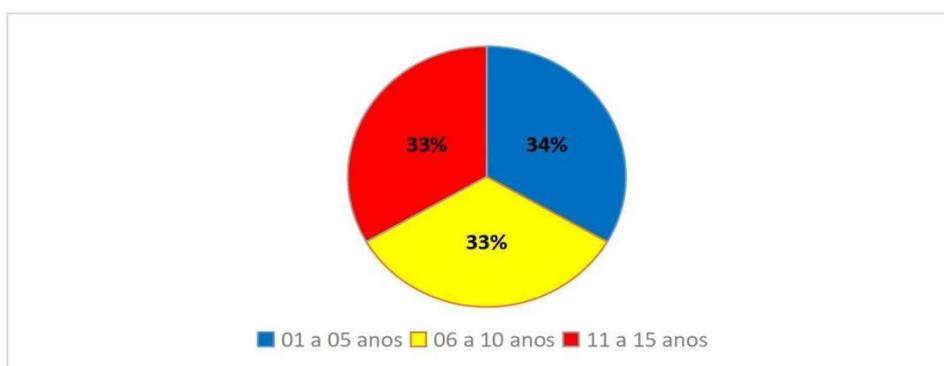
Dessa forma, a amostra se fez com os servidores dos seguintes setores do *Campus* Estância: Coordenadoria de Administração (CAM); Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE); Coordenadoria de Planejamento (COPLAN); Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCOF); Gerência de Administração (GADM) e Direção Geral (DG).

Gráfico 26 - Sexo dos participantes

Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 27. Faixa etária dos participantes

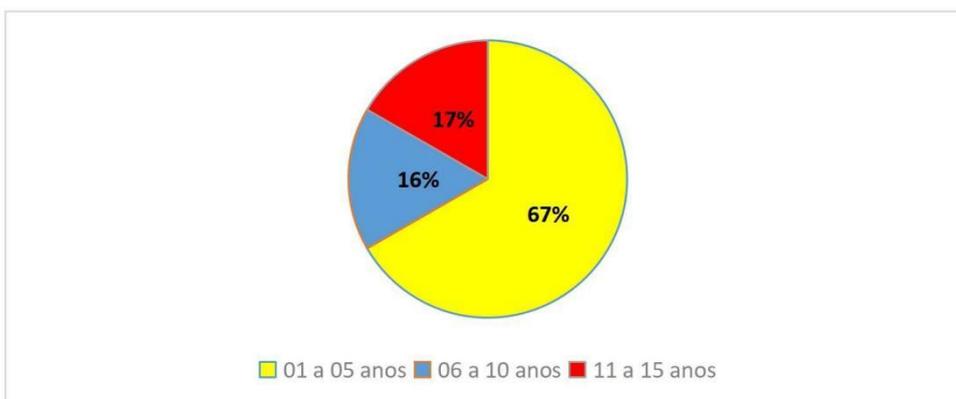
Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 28. A quanto tempo trabalha no Campus Estância?

Fonte: elaborado pela autora

No grupo de pesquisados, a maioria, 66,7% são homens e 33,3% mulheres, dentre eles 67% estão na faixa etária de 30 a 39 anos, enquanto 33% tem de 40 a 50 anos de idade. Sobre o tempo de trabalho na Instituição os entrevistados equiparam-se, pois 33% tem de 01 a 05 anos de trabalho no *Campus*, outros 33% tem de 06 a 10 anos e 34% trabalha de 11 a 15 anos na unidade de ensino.

Gráfico 29. Quanto tempo está na função/gestão?



Fonte: elabora pela autora

Gráfico 30. Durante esse tempo participou de alguma prática/ação que informasse os estudantes sobre o orçamento público do Campus?



Fonte: elaborado pela autora.

Sobre o tempo que estão exercendo a função de gestão, a maioria 67% está de 01 a 05 anos em postos de chefia, 16% tem de 06 a 10 anos na função, e 17% de 11 a 15 anos como gestores. Quando perguntados se, durante o período no qual estão exercendo função de liderança participaram de alguma ação informativa sobre o orçamento público voltada aos estudantes, todos foram unânimes ao declararem que sim, e citaram as seguintes ações:

“Jornada pedagógica, prestação de contas e mural informativo.”

“ Divulgação da execução orçamentária do Campus.”

“ Prestações de Contas semestrais para toda a Comunidade do Campus”

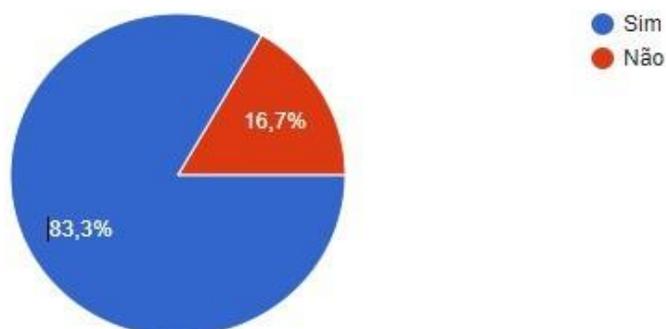
“Participei de várias atividades que tinham como objetivo promover a transparência no uso do orçamento público, bem como fomentar o uso racional dos recursos públicos.”

“Ações de prestação de contas e apresentação de resultados a cada semestre letivo.”

“Planejamento estratégico institucional; ações de prestações de contas da gestão do Campus”

Diante das declarações dos servidores fica nítida a divergência das respostas em relação ao que afirmam os estudantes sobre as ações de divulgação do orçamento público na Instituição. Nota-se que o tempo de trabalho deles na Instituição e na função de gestão abrange o período de permanência dos estudantes, participantes da pesquisa, no *Campus*, mas também ultrapassa este período. Infere-se que, possivelmente, algumas das ações indicadas pelos gestores atualmente não estejam surtindo o efeito esperado, a ponto de não terem sido citadas pelos estudantes. E que anteriormente, esses mecanismos e instrumentos utilizados mostravam-se eficazes para essa tarefa, no entanto, na atualidade mostra-se necessária uma reformulação que os tornem mais interativos, e a adoção de estratégias que provoquem a motivação dos estudantes a participarem dos momentos de construção coletiva citados pelos servidores.

Gráfico 31. Presenciou estudantes questionando sobre os recursos orçamentários existentes no Campus/Estância?



Fonte: elaborado pela autora

Em seguida, foram indagados se no cotidiano profissional presenciaram estudantes questionando sobre os recursos orçamentários do Campus/Estância, a maioria 83,3% afirmou que sim, enquanto apenas 16,7% declarou não presenciar questionamentos dos educandos sobre o orçamento da Instituição. Sobre quais as indagações mais recorrentes, feitas pelos estudantes e presenciadas pelos entrevistados, estes responderam:

“Valores disponíveis para assistência ao estudante.”

“Ausência de Recursos para Bolsas Estudantis, Aquisições de Bens...”

“Principalmente no tocante ao recurso destinado à assistência estudantil”

“Diante das especificidade do setor, os maiores questionamentos eram sobre os valores de bolsas e formas de recebimento de auxílios.”

“Ausência de recursos para aquisições de insumos e equipamentos, melhorias de infraestrutura, manutenção de bens.”

Percebe-se nos depoimentos dos gestores, que grande parte dos questionamentos dos discentes está centrada nos recursos destinados à Assistência Estudantil, embora os recursos para aquisições de equipamentos e melhorias da infraestrutura tenham sido citados. Ainda assim, a preocupação constante gira em torno dos recursos utilizados para o pagamento de auxílios estudantis, que apresentam número irrisório se comparados ao quantitativo de estudantes de baixa renda familiar matriculados no *Campus*.

Esse levantamento reafirma a urgente necessidade de ampliação das bolsas e auxílios do Programa de Assistência ao Educando, fato evidenciado também nos resultados da pesquisa com os estudantes, trazida aqui neste trabalho. Outro ponto que se destaca, são os questionamentos sobre a ausência de recursos de investimento para aquisições de equipamentos e obras de infraestrutura. Fato que ratifica o desconhecimento dos estudantes sobre o orçamento do *Campus*, visto que a Instituição não recebe recursos de investimentos a mais de cinco anos. E as poucas reformas e obras realizadas na Instituição são decorrentes dos recursos oriundos de emendas parlamentares, recebidas por meio de submissão de projetos.

Gráfico 32. Você considera importante comunicar os estudantes sobre a gestão do orçamento do Campus/Estância?



Fonte: elaborado pela autora

E quando perguntados porque consideram importante comunicar os estudantes sobre o orçamento do *Campus*, responderam o seguinte:

“Por se tratar de orçamento público, é importante o conhecimento de toda a comunidade como é feita a distribuição dentro dos contratos e auxílios.”

“Para instrumentação do controle social.”

“Acredito que contribuí para o aluno criar uma "consciência individual/coletiva" sobre como o dinheiro publico está sendo investido, e o comprometimento da Gestão ao aplicar os recursos públicos. Atendendo também ao Princípio da Publicidade.”

“Primeiramente em obediência ao princípio da transparência que rege a administração pública. Entendo ainda que é uma forma de conscientização para que os estudantes entendam como o recurso é transferido para a instituição, as formas que podem ser utilizados e como está sendo gerido pelo Instituto.”

“Divulgar o orçamento e as formas de execução deste aos estudantes é fundamental para dar transparência à gestão. O campus é gerido administrativa e pedagogicamente, e todo o recurso investido é pensado e articulado para melhorar o ensino, a pesquisa, a extensão e a relação educacional e de pessoal.”

“A comunidade precisa ter conhecimento sobre a legislação, o gerenciamento do orçamento público, bem como os impactos no fomento de diversas ações públicas que estão diretamente ligadas ao orçamento público e, para alguns, é interpretado como inoperância da gestão.”

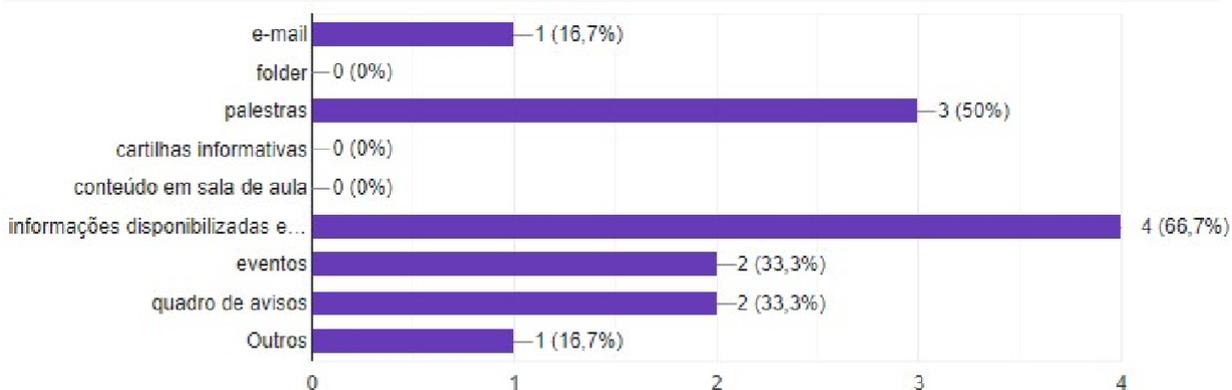
Os gestores foram unânimes ao afirmarem a importância da disseminação das informações referentes ao orçamento público do *Campus* a comunidade estudantil. As respostas permearam a necessidade dessa prática para cumprimento de princípios constitucionais que regem a administração pública, como o princípio da publicidade e da transparência. Os entrevistados comungam o pensamento a respeito da publicização das informações acerca dos recursos orçamentários da Instituição, como via de sensibilização da comunidade escolar para acompanhamento das ações administrativas e pedagógicas que são realizadas com a utilização do orçamento para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão. Segundo os gestores, as ações de divulgação são importantes para esclarecer aos estudantes conceitos sobre a legislação e gerenciamento do orçamento público no *Campus*, bem como elucidar os impactos causados pelos bloqueios orçamentários, dirimindo dúvidas da comunidade estudantil evitando assim, a ideia de inoperância da gestão frente às problemáticas existentes na unidade de ensino. Um outro ponto que vale ressaltar é a indicação da comunicação sobre o orçamento aos estudantes como forma de sensibilização a participação no controle social.

Gráfico 33. No desempenho do seu cargo/ função foram/são utilizados canais de informação para divulgar informações sobre o orçamento do Campus aos estudantes?



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 34. Os canais de divulgação citados pelos servidores.



Fonte: elaborado pela autora

Para concluir, foi perguntado se os servidores gostariam de sugerir alguma ação/atividade ou instrumento que fosse utilizado pela gestão do *Campus* para informar os estudantes sobre o orçamento público da instituição. As respostas formam as seguintes:

“Recomenda-se informações via emails sobre a execução orçamentária.”

“Realizar atividades que demonstrem de maneira mais prática como funciona a gestão dos recursos orçamentários. Essas ações poderiam acontecer com grupos menores de estudantes.”

“A gestão do recurso tem sido feita de forma interessante, porém sugiro uma gestão participativa, com ação e deliberações entre representantes dos agentes educacionais na decisão dos investimentos.”

“A gestão do campus está aberta a críticas / sugestões que visem à melhoria das ações e práticas cada vez mais efetivas e eficazes para a comunidade.”

Conclui-se diante das informações coletadas, a fragilidade das práticas de divulgação de informações sobre o orçamento. Dos gestores entrevistados apenas 01 citou o email (ferramenta utilizada com bastante frequência nas atividades administrativas), enquanto as reuniões, que são ações sistêmicas e ocorrem semestralmente, foram mais citadas como instrumento de disseminação de informação. Materiais impressos, como *folders* e cartilhas não foram citados.

Esse levantamento deixou evidente que, no âmbito do ensino, talvez a via mais eficaz seria o cotidiano da sala de aula para abordar o tema do orçamento público, porém apenas 5% dos estudantes apontaram essa prática. Enquanto que no âmbito administrativo, uma ferramenta também cotidiana no fazer profissional dos servidores, foi citada apenas por um dos entrevistados - fato reiterado pela sugestão de um dos entrevistados ao recomendar o envio de emails sobre a execução orçamentária da Instituição.

Conclui-se que o estudo aqui apresentando, cumpriu seu papel, que era dar suporte a discussão sobre a disponibilização das informações sobre orçamento público à comunidade estudantil do *Campus* Estância. O estudo se apresenta completo na medida em que buscou conhecer a percepção dos estudantes sobre este tema na Instituição, mas também procurou conhecer por meio dos operadores da gestão do *Campus*, quais as práticas utilizadas pela Gestão do *Campus* para dialogar sobre a gestão do orçamento público, como também sensibilizar a comunidade estudantil a participar desse processo.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

No Mestrado Profissional, o discente tem a elaboração de um produto educacional como atividade obrigatória, além da dissertação para a conclusão do curso. Na verdade o produto educacional é um componente que difere os mestrados profissionais dos mestrados acadêmicos: “Na modalidade Profissional, diferentemente da modalidade Acadêmica, os discentes precisam desenvolver um Produto/Processo Educacional (PE) que necessita ser aplicado em um contexto real, podendo ter diferentes formatos.” Rizzatti (*et al.*, 2020, p.02).

Partindo do exposto, foi elaborado um produto educacional intitulado “*Orçamento público: entender é legal!*”. Esse PE visa à sensibilização dos estudantes do ensino médio integrado acerca da gestão do orçamento público na unidade de ensino da qual eles são partícipes. Sobre essa relação entre pesquisa e produto afirma-se que:

A área de Ensino entende como produto educacional o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. (Brasil, 2019, p.16)

Referente à questão orçamentária do Instituto Federal de Sergipe, existem poucos documentos disponibilizados no *site* do IFS que mostram o planejamento orçamentário da instituição, em sua maioria, dotados de linguagem técnica, que dificultam a compreensão da comunidade escolar, de modo geral. Além disso, não são de fácil acesso, porque é necessário

um conhecimento prévio para saber localizar tais informações nos *sites*.

Os dados existentes são apresentados em formato textual, em planilhas numéricas e gráficos, embora alguns sejam interativos, não possuem informações com linguagem simples, voltadas aos estudantes.

Diante deste cenário e da percepção dos estudantes acerca do orçamento público, procedemos com a construção do produto educacional - produzido em formato audiovisual, mais precisamente, um vídeo educativo animado, que apresenta aos estudantes informações básicas, porém pertinentes, sobre o orçamento público do IFS/ *Campus* Estância.

A elaboração de um produto educacional que colabora para a sensibilização da comunidade escolar e contribui com a transparência das informações sobre o orçamento público da Instituição, produzido conforme a área de concentração da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Linha de Pesquisa corresponde à Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT.

Acreditamos que “é preciso maior investimento em práticas políticas que garantam maior transparência e participação social da sociedade, por meios diretos, com capacidade de influir e controlar a destinação dos recursos orçamentários. (Sousa, *et al.* 2015, p. 02). Por isso, a intenção foi abordar a temática de forma mais leve, por meio do vídeo educativo animado, que é um importante recurso pedagógico para divulgação de conhecimento.

5.1 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A produção do produto educacional teve como base um roteiro definido conforme a análise dos questionários aplicados aos estudantes na pesquisa da dissertação, que possibilitou conhecer as inquietações dos sujeitos em relação ao orçamento público do *Campus*. A análise dos resultados da pesquisa direcionaram a confecção do roteiro, formulado com conceitos iniciais do orçamento público; os instrumentos que compõem o ciclo orçamentário; a origem do orçamento do IFS; a gestão deste orçamento no *Campus* Estância; os tipos de recursos da LOA e sua destinação; o contingenciamento dos recursos orçamentários; e por fim os espaços que garantem a participação dos estudantes por meio da gestão democrática.

Sem a pretensão de abordar o tema de forma densa, mas mostrar noções básicas sobre o orçamentário por meio de imagens de exemplificações animadas que transmitiram a informação de forma didática, considerando o “material didático: produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais (impressos, audiovisuais e novas mídias).” Rizzatti (*et al.*, 2020, p. 04).

E para melhor apresentar essas informações em formato audiovisual, de forma mais simples possível, a etapa de elaboração do roteiro passou por muitas adaptações, para extrair conceitos, elaborar exemplos e imagem que ficassem esteticamente atrativos e compatíveis com o formato do produto, devido à temática abordada ser bastante complexa, demandou-se muito esforço e dispêndio de tempo.

Concluída essa etapa, o roteiro foi apresentado a um profissional *Design Gráfico*, que retirou a ideia do papel e transformou-a em videoanimação, por meio do programa *Adobe After Effects* com efeito *whiteboard* (quadro branco), desenvolvendo o total de 27 cenas com duração de 03:57 segundos e imagem de alta resolução (*Full HD*). A escolha desse formato teve o intuito de facilitar a assimilação de um conteúdo habitualmente considerado de difícil compreensão, abordando-o de forma lúdica, pois o vídeo educativo é um importante recurso pedagógico utilizado para essa finalidade.

Antes de descrever a aplicação do produto, cabe ressaltar que a confecção deste foi pautada no princípio da formação *omnilateral*, no qual a Educação Profissional e Tecnológica deve primar pela formação completa dos sujeitos. Contribuir com a formação integral dos estudantes, visto que a disseminação de tal formação encontra-se fragilizada em nossa sociedade perante a apropriação capitalista das forças produtivas. A formação que prevalece atualmente transmite conhecimentos mínimos para a execução do mero trabalho operacional, e dissocia o conhecimento intelectual, do técnico-operacional, em detrimento de uma formação completa, sociocrítica, econômica, política, intelectual que favoreça a emancipação dos sujeitos.

Sendo assim, o produto educacional citado trata-se de um instrumento que visa à sensibilização dos estudantes para um tema que permeia a sua vida cotidiana, Considera-se necessário entender o orçamento público não somente no âmbito escolar, como também em outras esferas da sociedade, para saber lidar com problemas recorrentes, entre eles, a escassez dos recursos orçamentários que impacta negativamente na prestação de serviços públicos à população.

Primeiramente apresentamos o vídeo educativo a quatro servidores/gestores que trabalham diretamente com o orçamento público e a técnica em audiovisual do *Campus*, e solicitamos sugestões visando o aprimoramento do produto elaborado, antes de ser divulgado ao nosso público-alvo.

Foram sugeridas algumas alterações quanto ao conteúdo, para torná-lo mais objetivo e de fácil compreensão aos estudantes. Após as modificações, o vídeo animado foi reproduzido durante o evento de Prestação de Contas 2023, voltado para todos os estudantes do 2º ano do

Ensino Médio Integrado (participantes da pesquisa) no auditório do *Campus* Estância em 26 de Setembro de 2023. Na ocasião, estavam presentes além dos discentes, técnicos-administrativos, docentes, colaboradores - totalizando 66 participantes.

A aplicação do produto foi realizada da seguinte forma: por meio de convite aos docentes e estudantes das turmas do 2º ano do Ensino Médio Integrado, primeiramente pelo aplicativo *WhatsApp*, e no dia da apresentação com visita em sala de aula para convidá-los ao auditório.

A intervenção marcada para acontecer às 10:00h, somente teve início às 10:40h devido a necessidade de termos que reforçar o convite em sala de aula e juntamente com os professores das turmas direcionar os estudantes ao auditório, sendo que, em alguns casos tivemos que fazer busca ativa em outros ambientes da escola, como biblioteca e vivência. Esse episódio reitera a importância da sensibilização e do trabalho colaborativo - entre técnicos-administrativos e docentes - junto aos estudantes para que eles ocupem os espaços de discussão sobre o orçamento público e conseqüentemente participem da gestão democrática do Instituto.

Mesmo sendo guiados pelos professores e demais servidores que colaboraram na ação educativa, ficou explícita, a princípio, a tímida adesão e resistência da comunidade estudantil a participação na atividade. Mostra-se imprescindível o fomento de práticas integradoras que provoquem uma mudança cultural e permita que os estudantes compreendam a importância da participação ativa deles nesse processo. Diante desse contexto, o produto educacional aqui apresentado configura-se como um instrumento que contribui com a mudança de percepção dos estudantes acerca da temática abordada.

No primeiro momento, a Prestação de Contas foi realizada pela Diretora Geral e o Gerente de Administração. Em seguida, o vídeo educativo foi reproduzido e procedemos com a aplicação de questionário elaborado no aplicativo *Google Forms*, com acesso disponibilizado por meio de *QR code*, que ao ser acessado direcionava o participante ao formulário contendo no início a explicação do que se tratava o documento e orientações de como fazer a avaliação.

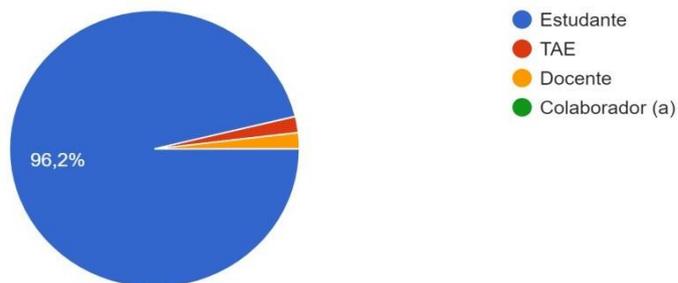
Logo abaixo, vinham as perguntas avaliativas referentes ao conteúdo, som, imagem e aprendizagem sobre o tema exposto no vídeo, como forma de validação do produto. O questionário ficou disponível para envio de respostas até o dia 30 de Setembro de 2023. Em seguida, iniciou-se a análise dos dados obtidos por meio da escala *Likert* que é uma ferramenta bastante utilizada e confiável para medir opiniões, percepções e comportamentos.

5.2- ANÁLISE DA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Constatamos grande adesão aos questionários, dos 66 participantes da apresentação, 53 enviaram respostas fornecendo os dados a seguir:

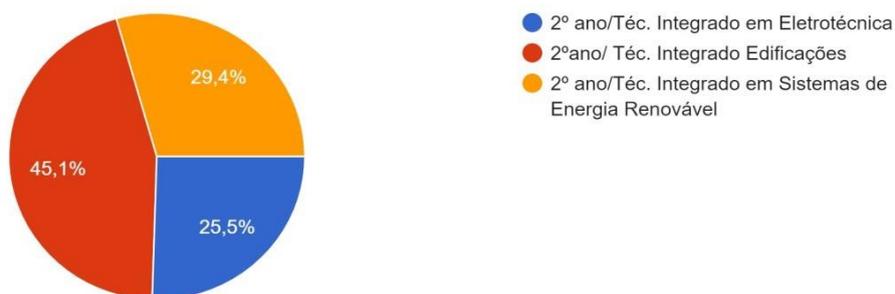
1) Qual o seu vínculo com o IFS/ Campus Estância?

53 respostas



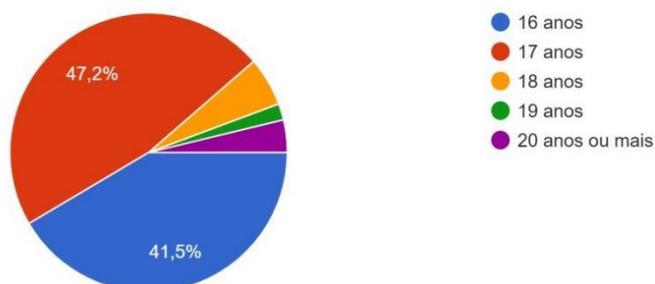
Se for estudante, qual a sua turma?

51 respostas



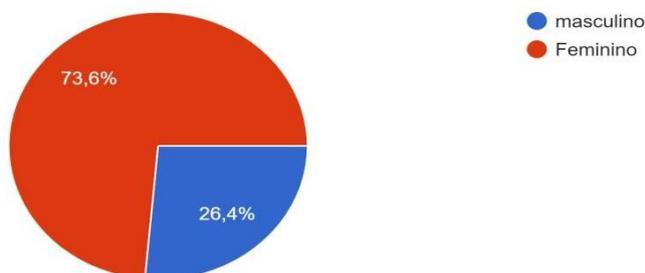
2) Qual a sua idade?

53 respostas



3) Qual o seu sexo?

53 respostas



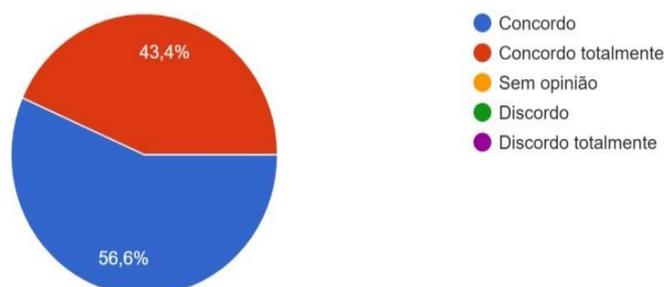
De acordo com o primeiro gráfico, que mostra o vínculo do participante com a Instituição, fica nítida a grande adesão dos estudantes à avaliação do produto, uma vez que o respectivo produto foi pensado para os estudantes e aplicado às turmas dos 2º anos. Mesmo diante da participação de outros segmentos da comunidade escolar, confirmamos a participação massiva dos estudantes em 96,2%, índice próximo ao apresentado na primeira etapa do estudo - a pesquisa que embasou a formulação deste produto.

O segundo gráfico mostra a predominância da participação dos estudantes do curso Técnico Integrado em Edificações, 41,5%, seguido do Técnico em Sistemas de Energia Renovável, 29,4% e 25,5% do curso Técnico Integrado em Eletrotécnica. Outro fator coincidente é o percentual apresentado nos gráficos 3 e 4, na faixa etária dos participantes predominaram os estudantes de 16 e 17 anos, 41,5% e 47,2% respectivamente, e o destaque do sexo feminino com 73,6%, esses dados, também são semelhantes aos resultados obtidos na pesquisa sobre a percepção dos estudantes acerca do orçamento público do *Campus*.

4) Sobre o conteúdo do vídeo educativo:

O conteúdo trabalhado no vídeo foi compreendido por você?

53 respostas



O vídeo aborda assuntos necessários e esclarecedores sobre a gestão do orçamento público no Campus Estância?

53 respostas



O conteúdo apresentado no vídeo ampliou o seu conhecimento em relação à Gestão do Orçamento Público no Campus/Estância?

53 respostas



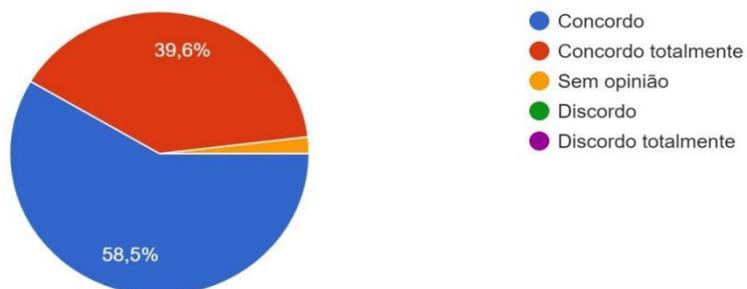
Sobre o conteúdo do vídeo, a maioria dos participantes 56,6% afirmou que “concorda” e 43,4% que “concorda totalmente” que o conteúdo foi compreendido. Quando perguntados se os assuntos abordados no vídeo são necessários e esclarecedores sobre a gestão do orçamento público no *Campus* Estância, 58,5% afirmou que “concorda” e 41,5% “concorda totalmente”; e se o conteúdo apresentado ampliou o conhecimento em relação à gestão do orçamento público no Campus/Estância 73,6% declarou que “concorda” e 26,4% que “concorda totalmente”.

Perante os resultados apresentados, podemos concluir que a escolha da videoanimação como recurso didático foi uma excelente estratégia para disseminação das informações sobre o orçamento público da unidade de ensino.

5) Sobre o som e a imagem do vídeo educativo:

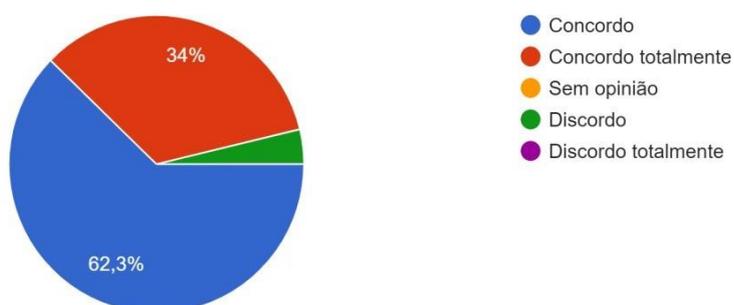
O vídeo é atrativo e de fácil entendimento?

53 respostas



Os sons e imagens são de fácil compreensão?

53 respostas



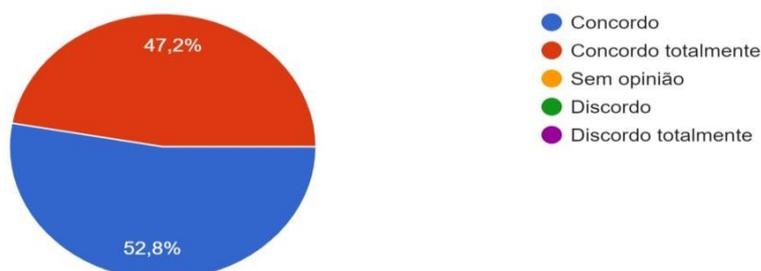
Os sons e as imagens são atraentes e ajudam a entender o conteúdo ?

53 respostas



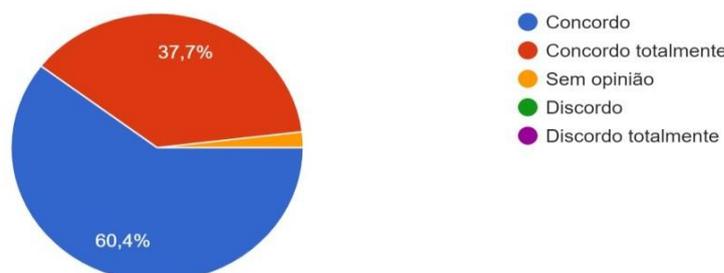
Existe lógica na sequência das cenas?

53 respostas



O número de cenas é suficiente para entender o conteúdo.

53 respostas



Com relação ao som e a imagem, 58,5% dos participantes responderam que “concorda” que o vídeo é atrativo e de fácil entendimento e 39,6% “concorda totalmente”, e 1,9% marcou “sem opinião”. Se o som e imagem são de fácil compreensão, 62,3% “concorda”, e 34% “concorda totalmente”, sendo que 3,8% “discorda”. E quando perguntados se o som e a imagem são atraentes e ajudam a entender o conteúdo, 58,5% respondeu “concorda”, 34% “concorda totalmente”, 5,7% “discorda” e 1,9% “sem opinião”.

No questionário existia um campo para os participantes que marcassem as alternativas Discordo, Discordo totalmente e Sem opinião, fazerem sugestões. Sendo assim foram tecidos os seguintes comentários:

“O som atrapalha a compreensão do entendimento” (sic.)

“A música atrapalha o entendimento.” (sic.)

“O som repetitivo ficou ruim para quem tem dificuldade para se concentrar” (sic.)

“Achei que as imagens deviam ser mais coloridas” (sic.)

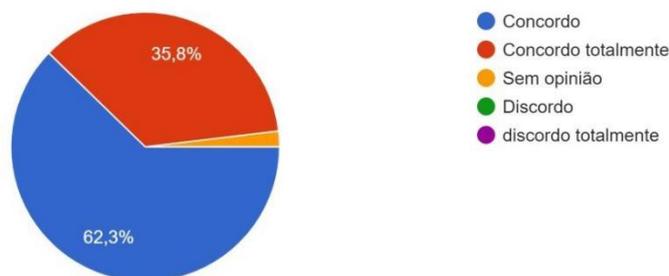
Percebemos que os comentários são de cunho subjetivo e as situações citadas não apontam fatores que afetam a proporção do alcance do produto com relação ao entendimento do assunto abordado, situação confirmada nos itens analisados anteriormente. É importante frisar que essas sugestões são importantes porque contribuem positivamente para a elaboração de instrumentos futuros.

Quanto à lógica na sequência das cenas, 52,8% “concorda” que existe lógica no encadeamento das cenas e 47,2% “concorda totalmente”. E sobre o número de cenas, 60,4% “concorda” com a quantidade de cenas exibidas e 37,7% “concorda totalmente”. Esses resultados mostram que a escolha de sintetizar ao máximo o texto-base do vídeo, permitiu a exibição com a quantidade de cenas necessária para abordar o conteúdo, sem torná-lo um vídeo demorado e conseqüentemente, cansativo.

6) Sobre a aprendizagem:

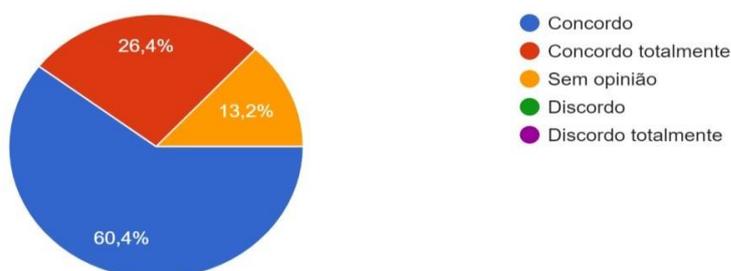
O vídeo contribui para a divulgação das informações e dos canais de participação dos estudantes na gestão do orçamento público do IFS?

53 respostas



Após assistir ao vídeo você se sentiu motivado(a) a buscar informações sobre o orçamento público do IFS/Campus Estância?

53 respostas



Recomendaria esse vídeo para outros estudantes?

53 respostas



Quanto à aprendizagem adquirida ao assistir ao vídeo, foi perguntado se o mesmo contribuiu para a divulgação das informações e dos canais de participação dos estudantes na gestão do orçamento público do IFS, 62,3% afirmou que “concorda”, 35,8% “concorda totalmente” e 1,9% não declarou opinião. Sobre a motivação para buscar informações sobre o orçamento público da Instituição, após assistir ao vídeo, 60,4% afirmou “concordar”, 26,4% “concorda totalmente” e 13,2% não declarou opinião. E quando perguntados se recomendariam o vídeo para outros estudantes, a maioria 64,2% afirmou que “concorda” com a recomendação e 34% “concorda totalmente”

Esses resultados explicitam a grande aceitação do produto educacional pelos estudantes, os dados obtidos indicam um alto índice de satisfação do público-alvo, apenas uma minoria se mostrou indiferente ao produto. E finalizando o questionário, os participantes foram indagados sobre sugestões ou críticas a fazer com relação ao vídeo educativo. As respostas foram as seguintes:

“Diminuir um pouco o toque de fundo, colocar uma voz um pouco mais lenta e colocar intérprete de libras no canto da tela” (sic.)

“É mais uma coisa minha, mas preto e branco chama pouca atenção, poderia ser um pouco mais colorido(vídeo) Mas deu para entender boa parte.” (sic.)

“Vídeo mais animado” (sic.)

“A música é um pouco alta e se sobrepõe ao áudio” (sic.)

“Não. Estava ótimo.” (sic.)

“Que tenha elementos coloridos para ficar lúdicos” (sic.)

“Não, o vídeo foi maravilhoso” (sic.)

“O vídeo em si está muito bom e de ótimo entendimento. A proposta dele foi muito bem aplicada, gostei... Talvez usar algumas cores contribuísse mais, mas nada que altere muito o resultado” (sic.)

“Não. Achei o vídeo super explicativo, ele me deu uma clareza maior sobre o assunto. Mesmo que não tivesse tido a palestra antes, só com ele eu conseguiria entender (como entendi) a mensagem que o vídeo desejou passar.” (sic.)

“Não, estava muito compreensível. Até de entender como anda algumas situações do IF, ajudar na colaboração. Creio que nossa compreensão e nosso apoio é uma ajuda para o crescimento do IF.” (sic.)

“Não, o Vídeo é super explicativo.” (sic.)

Dentre as sugestões apresentadas, ficam notórias algumas preferências estéticas, destacadas no próprio relato dos participantes. Fato este que não desabona os efeitos positivos e o objetivo alcançado pela proposta do vídeo animado, que são: veicular informações sobre o tema de forma descontraída e atraente, proporcionando o entendimento dos estudantes sobre a gestão do orçamento público da Instituição, contribuindo para a sensibilização deles para participarem ativamente deste processo.

Conclui-se que o produto educacional formulado em formato audiovisual foi de grande relevância para o entendimento do assunto abordado, sendo assim, os objetivos almejados na pesquisa foram alcançados com êxito. Cabe ressaltar que, o vídeo animação será reproduzido na Prestação de Contas 2023 com os demais discentes, das turmas de 1º e 3º anos do EMI, dos cursos subsequentes e ensino superior. Além da proposta de ser apresentado nas próximas Jornadas Pedagógicas realizadas no *Campus Estância*.

O vídeo animado ficará ao alcance de toda a comunidade escolar por meio do *site* da Instituição, no sítio “Gestão à Vista!” com acesso livre, por meio de *QR code*. Destarte, o produto educacional cumpriu o seu objetivo e permanecerá sendo utilizado como instrumento de sensibilização dos estudantes para a participação ativa na gestão do orçamento público e, conseqüentemente, na efetivação da gestão democrática e participativa da Instituição, colaborando com a concretização dos objetivos estratégicos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Sergipe.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo nos permitiu tornar a gestão do orçamento público mais transparente aos estudantes, na medida em que conseguimos compreender o conhecimento que eles possuem sobre o orçamento do IFS/*Campus* Estância. Por meio do levantamento dos documentos institucionais podemos afirmar que alguns prevêm ações referentes à divulgação do orçamento e destacam em seus textos a participação ativa dos estudantes.

Na pesquisa realizada com os servidores que trabalham na gestão do orçamento público no *Campus*, eles evidenciaram a importância da disseminação das informações sobre o orçamento aos estudantes, e também deixaram explícita a necessidade de ações mais efetivas que sirvam como forma de sensibilização da comunidade escolar a respeito da temática, objeto desta pesquisa.

Enquanto os estudantes confirmaram a hipótese levantada nesse estudo, que existe o desconhecimento sobre o orçamento público da Instituição, embora, eles afirmem saber do que se trata, não demonstraram entendimento sobre o tema, além de deixar clara a necessidade de ações e instrumentos mais eficazes que a Gestão Escolar possa utilizar para dialogar sobre o orçamento público aos estudantes.

Tal fato se faz necessário, pois os veículos de comunicação utilizados, bem como os recursos adotados não estão surtindo o efeito esperado, o que torna fundamental avaliar a adoção de outros instrumentais visando uma melhor divulgação da gestão orçamentária do *Campus*, dada a relevância de se discutir sobre gestão orçamentária na formação cidadã dos educandos, para sensibilização da comunidade, atuação nas ações e tomadas de decisões para o *Campus*.

Após a reflexão sobre os resultados obtidos na pesquisa, adquirimos embasamento para construirmos um produto educacional - um vídeo animado educativo - que buscou proporcionar a sensibilização dos estudantes acerca da gestão do orçamento público da Instituição. Este produto foi apresentado na Prestação de Contas do *Campus* Estância, e perante a grande aceitação, comprovada por meio da validação do produto, será adotado em futuras ações acerca da temática – tanto para estudantes, quanto para servidores, e ficará disponível no *site* do IFS - *Campus* Estância, no menu “Gestão à vista” como forma de proporcionar melhor compreensão de conceitos e fluxos essenciais sobre o orçamento público com uma linguagem de fácil acesso à comunidade escolar.

Com a realização deste trabalho, conseguimos despertar nos estudantes um maior interesse pelo tema, e pela etapa de planejamento da utilização dos recursos recebidos pelo

Campus. Em suma, o trabalho realizado visou contribuir com a formação integral e *omnilateral* dos estudantes na medida em que os instigou para um novo olhar acerca de um assunto que permeia o seu contexto escolar e social.

Para trabalhos futuros sugerimos a continuidade deste estudo, com foco no orçamento voltado à Assistência ao Educando, por percebermos, durante a execução da pesquisa, que se faz mister um estudo voltado a esse tema, tão primordial para a permanência e êxito dos educandos no Instituto.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto; CASTRO, Kleber; ELACQUA, Gragory (Orgs). **Covid-19 e financiamento da Educação no Brasil. Impactos da Pandemia Sobre o Orçamento educacional.** Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/COVID-19-e-financiamento-da-educacao-no-Brasil-Impactos-da-pandemia-sobre-o-orcamento-educacional.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021

AMARAL, Nelson Cardoso. **Com a PEC 241/55 -(EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?** Revista Brasileir-a de Educação. Goiânia, v. 22 n. 71, p. 01-25, mai/jun 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vwyZL8rxmfNwTB7pf9s9L8z/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04 ju.2022

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Orçamento Público.** Instituto Federal do Paraná - Sistema Escola aberta Técnica do Brasil - e-Tec Brasil. Curitiba/Paraná 2012 Disponível em: <http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/Livros%20Curso%20Servi%C3%A7os%20P%C3%ABlicos/M%3%B3dulo%20II/Or%3%A7amento%20P%C3%ABlicos/Livro%20Orçamento%20Publico.pdf> Acesso em: 14 jul. 2021

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2021

BRASIL. **Decreto nº10.656 de 22 de Março de 2021.** Regulamenta a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.656-de-22-de-marco-de-2021-309986818> Acesso em: 30 jan. 2022

BRASIL. **Documento de área. Área 46. Ensino.** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretoria de Avaliação (DAV). Ministério da Educação (MEC), 2019. p.01-19. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf> . Acesso em: 26 de jul.2021

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009.** Lei da Transparência - altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal. - Disponível em: <http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/cartilha.pdf> Acesso em: 12 jul. 2021

BRASIL. **Lei Orçamentária Anual.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> Acesso em: 04 jun.2022

BRASIL. **Lei nº4.320/64 de 17 de Março de 1964.** Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em 19/07/2021.

BRASIL. **Manual Técnico de Orçamento - MTO 2021** (online) Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021:cap3> Acesso em: 12 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais.** COE/SVS/MS | Abr. 2020.

Disponível em https://www.saude.gov.br/files/banner_coronavirus/GuiaMSRecomendacoesdepotecaotrabalhadore-COVID-19.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em : <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 19 jul. 2021

BRASIL. **Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino.** versão Julho 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas1/coronavirus/CARTILHAPROTOCOLODEBIOSSEGURANAR101.pdf#:~:text=Garantir%20o%20distanciamento%20social%2C%20respeitando,a%20cada%20troca%20de%20turma>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.096, de 30 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais, sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais das instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.096-de-30-de-dezembro-de-2020-297416148> Acesso em: 22 jul. 2021

BRASIL. Senado Federal. **Orçamento Público.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?b_start:int=60 Acesso em: 18 jul. 2021

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica.** Concepções e Diretrizes, 2010. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192 Acesso em: 25 jul. 2021

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. **Reverendo o Plano Nacional de Educação: Proposta da sociedade brasileira.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/58W3L3qtT7cxffMpptybf4L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2022

ClAVATTA, Maria. **Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303> Acesso em: 10 mai. 2021

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** 1 Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Orçamento Público: planejamento, elaboração e controle.** 1ª edição - São Paulo - Saraiva:2013

DELLA FONTE, Sandra Soares. **Formação no e para o trabalho**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, nº 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6 – 19.

Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383> Acesso em : 26 jul.2021

GATTI, Bernadete A. - **Estudos Qualitativos em Educação** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004

GERHART, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de Pesquisa**. UAB/UFRGS – Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Rinaldo Jefferson da Silva. **Orçamento Público: A experiência do orçamento participativo no município de Cabedelo 2001-2002**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2007/08/29/orcamento-publico-a-experiencia-do-orcamento-participativo-no-municipio-de-cabedelo-2001-2002/> Acesso em: 21 jul. 2021

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. **Gestão e Planejamento da Educação Profissional e Tecnológica**. 1ed. Coleção Formação Pedagógica. Curitiba: 2014. Vol 06.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 271-284.

GUIMARÃES, Maurício; SILVA, Mª Cristina Madeira. As políticas de educação tecnológica para o Brasil do século XXI. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 244-250.

IFS - **Plano Anual de Trabalho (PAT 2021)**. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2021/PLANO_ANUAL_DE_TRABALHO_2021_-_IFS6.pdf Acesso em: 10 jul. 2021

IFS - **Plano Anual de Trabalho (PAT 2023)**. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/CGIRC_28_Aprova_o_Plano_Anual_de_Trabalho_PAT_2023_13.01.2023.pdf. Acesso em 05 Out 2023

IFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Aracaju: IFS, 2020 (Versão 2.0) Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifs> . Acesso em: 10 jul. 2021

IFS. **Resolução nº206/2023CS/IFS**. Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024.

Disponível

em:http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_206.2023_Aprova_a_revis%C3%A3o_do_PDI_2020-2024-24.07.pdf Acesso em: 04 out. 2023

KAUARK; Fabiana da S.; MANHÃES, Fernanda C.; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia de Pesquisa. Um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KUENZER, Acacia Zeneida. (2007). **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educação & Sociedade, 28(100), p.1153-1178.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 jul. 2021

KLEIN, Carla Regina. **Transparência da gestão pública das autarquias federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação – MEC**. 2018. 99 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades**. Investigação Qualitativa em Educação, Volume 1, p. 847 – 856, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Elma Correa de. **Gestão e autonomia da escola**. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/14863.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAGALHÃES, Ricardo Rodrigues. **A formação política dos estudantes do ensino médio integrado do IFRN – CNAT**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Natal, 2016.

Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/896/Ricardo%20Rodrigues%20Magalh%C3%A3es_%20A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20dos%20estudantes%20do%20ensino%20m%C3%A9dio%20integrado...pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 24 jul 2021

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 21 jul. 2021

NOGUEIRA, Silvia Cristina Conde; TAVARES, Darlyng Maria Gomes. **A relação conflituosa entre a Meta 20 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Emenda Constitucional 95/2016.** FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 10, n. 34, 2020. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>. Acesso em: 05 set.. 2023

OLIVEIRA, Maria Dayana Lopes de. **Ensino Médio Integrado e Formação Cidadã: o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública.** / Maria Dayana Lopes de Oliveira. – Olinda, PE: O autor, 2020. 145 f.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução crítica.** 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

PEREIRA, Josué Vidal. **Análise dos Recursos Financeiros Aplicados nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/90201/54744>. Acesso em: 30 jan. 2022

QUIRINO, Simone Rafaely. **Orçamento Público como fonte de estudos educacionais.** Fineduca - Revista de Financiamento da Educação. Porto Alegre, v.1, n.9, 2021. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca> Acesso em: 20 jan. 2022

RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino Médio no Brasil contemporâneo: coerção revestida de consenso no “Estado de Exceção”.** In: MAGALHÃES, Lívia D. Rocha; DIAS, José Alves (Orgs.). **Memória com história da educação: desafios eminentes.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p.19-35. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-memoria-com-historia-da-educa> Acesso em: 28 jul. 21

RIZZATTI, Ivanise M. et al. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores.** ACTIO : docência em ciências [recurso eletrônico] / Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica. – v. 1, n. 1 (Set.-Dez. 2016-). – Curitiba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. **Orçamento público** 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2016.
Disponível em https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401430/1/PNAP_Bacharelado-Orçamento_Publico-3.ed-GRAFICA.pdf Acesso em: 16 jul. 2020

SAVIANI, Dermeval. **“História das ideias pedagógicas no Brasil”.** Campinas: Autores Associados LTDA, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SOUZA, Lais de Oliveira; ASSUNÇÃO, Teone Maria R. de S. Rodrigues; SILVA, Antônio Pereira da. **Orçamento público federal e a política pública da educação no Brasil**, 2015, p. 01-07. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_292.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021

SHULMAN, Lee S. **Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma.** Disponível em :<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/293/297> Acesso em 20 jan. 2022

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político - Pedagógico e gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola.** Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, 2009.

VIEIRA, José Guilherme S. **Metodologia de pesquisa científica na prática** – Curitiba: Editora Fael, 2010 .

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello, *et al.* **Participação dos profissionais de educação na gestão democrática: o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Revista de Educação, Ciência e Cultura , v. 27, p. 1-15, 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de Pesquisa.2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

ROTEIRO DO VÍDEO - Orçamento Público: entender é legal!

Texto Informativo	Imagem/ANIMAÇÃO	ÁUDIO/OFF	Lettering
Aqui você vai colocar as informações. Essas informações vão ser repensadas / reestruturadas nas outras colunas	Aqui você vai descrever detalhadamente como você vê essa imagem do texto informativo	Aqui você vai colocar o áudio que vai seguir essa imagem e que tipo de trilha sonora pode acompanhar.	Aqui as informações em texto, ou seja, informações extras que não estão no áudio e que são importantes para compreender melhor o assunto.
(INTRODUÇÃO)	<p>Slide de abertura do vídeo: * Imagem de dinheiro \$</p> <p>Texto animado</p> <p>1.1. Imagem do mapa do Brasil, com figuras dos diversos setores econômicos das regiões do Brasil.</p> <p>1.2. Imagem de hospitais, casas, polícia, ônibus, escola. (destaque para a escola)</p>	<p>Orçamento Público: entender é legal!</p> <p>O que é orçamento público?</p> <p>1.1. O orçamento público é uma peça importante para a realização de ações do governo.</p> <p>1.3. É através do orçamento que as políticas públicas são realizadas e diversos serviços, como: saúde, segurança, transporte, moradia, educação são prestados à população.</p>	<p>Orçamento Público: entender é legal!</p> <p>Receita + Despesas dinheiro arrecadado + aplicação do dinheiro arrecadado)</p>
3. Como o orçamento é composto?	<p>3. Constituição/ livro sendo aberto.</p> <p>3.1 e 3.2 Imagem de uma pirâmide com: Topo: LOA Meio: LDO Base: PPA</p>	<p>3. O orçamento é um instrumento de planejamento e uma lei definida na Constituição Federal de 1988.</p> <p>3.1. Ele é composto por três instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei</p>	

	<p>3.3. Estradas, Livros didáticos, carteiras, Saúde (ambulância, remédios).</p>	<p>Orçamentária Anual.</p> <p>3.2. No PPA administração planeja com antecedência o que deve ser feito na sociedade durante a vigência de quatro anos, com objetivos e metas de médio prazo.</p> <p>3.3. A LDO determina quais as despesas mais importantes do PPA para o próximo ano.</p> <p>3.4. A LOA é elaborada todos os anos pelo poder Executivo e coloca em prática o que foi planejado, definindo os gastos conforme os recursos arrecadados a cada ano.</p>	
4. De onde vem o orçamento?	4. Desenho de uma personagem feminina pensando e em volta vários itens como o dinheiro, alimentos, remédios, roupas , calçados, etc...	4. Assim como em nossa casa temos que administrar o dinheiro e planejar as nossas despesas com alimentação, saúde, água, energia, em nossa escola não é diferente!	
5. Quem recebe e como é distribuído?	<p>5. Desenho do IFS, tipo organograma, IFS:</p> <p>SETEC</p> <p>Reitoria</p> <p>Setas para todos os Campus - destaque CAMPUS ESTÂNCIA</p>	<p>5. No IFS o orçamento é previsto no ano anterior e os recursos disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica por meio da Matriz CONIF.</p> <p>Os recursos destinados para a Reitoria são distribuídos entre os dez Campi.</p>	

<p>6. No Campus Estância, como é a gestão do orçamento público?</p>	<p>6.1 Figuras correspondentes a cada conceito de recurso + texto explicativo do termo. ex. materiais didáticos de escritório, de pessoas trabalhando na limpeza, vigilância, Figura de obras, construções; laboratórios</p> <p>6.2. imagem que indique uso errado do recursos com um simbolo de proibido.</p>	<p>6. Os recursos orçamentários do Campus Estância são recebidos de acordo com o número de matrículas e cursos ofertados.</p> <p>6.1. Os recursos previstos na LOA são de custeio, de investimento, da assistência ao educando, e de capacitação.</p> <p>6.2. Cada tipo de recurso tem seu destino específico. A Gestão do Campus não pode utilizá-lo de forma indevida, e nem mudar a sua destinação.</p>	<p>Custeio: aquisição de materiais de consumo, prestação de serviços para funcionamento do Campus.</p> <p>Investimento: para execução de obra e instalações; compra de equipamentos.</p> <p>Assistência: para realização de ações destinadas aos estudantes.</p> <p>Capacitação: para qualificação profissional dos servidores, de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).</p>
<p>7. O que é contingenciamento?</p>	<p>7. Imagem de um cadeado grande + texto Contingenciamento</p>	<p>7. Desde 2016 a rede de Educação Profissional e Tecnológica sofre com o contingenciamento dos recursos destinados aos Institutos Federais.</p>	<p>Contingenciamento = (ocorre quando as despesas são maiores do que as receitas previstas)</p>

	<p>7.1. Uma montanha de dinheiro, diminuindo e virando um morrinho.</p> <p>7.2. Computadores, livros, materiais esportivos, visitas técnicas, equipamentos audiovisuais desaparecendo</p>	<p>7.1. O que diminui de forma considerável o orçamento, comprometendo a permanência e o êxito dos estudantes, que na sua maioria necessitam de auxílios da Assistência Estudantil.</p> <p>7.2. Também, impossibilita a aquisição de diversos equipamentos e insumos necessários para o bom funcionamento das unidades de ensino, comprometendo a continuidade da prestação do serviço de educação pública, gratuita e de qualidade.</p>	
<p>8. Como otimizar o orçamento público?</p>	<p>8. Imagem de uma ciranda, vários personagens de mãos dadas são no meio.</p> <p>8.1. Imagem de professores, alunos, pais, servidores.</p> <p>8.2. Aluno sugerindo aquisição uso da verba. (com uso de balões)</p>	<p>8. Embora o orçamento público seja pré-definido, é necessário que durante a etapa de seu recebimento a comunidade escolar discuta sobre a utilização desses recursos dentro das possibilidades do Campus.</p> <p>8.1. Com a participação dos diversos segmentos da escola, podemos gerir o orçamento de forma participativa.</p> <p>8.2. Por meio da representação estudantil é possível discutir sobre quais ações são prioridade para serem executadas com os recursos de despesas não obrigatórias.</p>	<p>8.2. Despesas não obrigatórias: * gastos com obras de infraestrutura, * despesas com assistência estudantil * contratos de terceirização de mão-de-obra. * compras de bens de consumo;</p>

	8. Vários personagens de mão dadas e o “IFS” no meio,	8.3. A contribuição estudantil na tomada de decisões é fundamental para a efetivação da gestão escolar participativa e democrática.	A comunidade escolar pode acompanhar e participar do: - Plano Anual de Trabalho (PAT); - Construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - Prestações de Contas.
	Logo do IFS e ProfEPT	Sobe o som	

FINAL DO VÍDEO :

Este videoanimação em programa *Adobe After Effects* é um Produto Educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe- ProfEPT/ IFS , e foi produzido pela mestranda Daniela Santana Santos, sob orientação da Prof^a.Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo, no contexto da pesquisa “*A percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado acerca da gestão do orçamento público do IFS/ Campus Estância.*” cuja área de concentração refere-se à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Linha de Pesquisa corresponde à Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT.

CRÉDITOS:**Texto e Roteiro:**

Mestranda Daniela Santana Santos

Revisão Gramatical:

Prof^a Dr.^aSônia Pinto de Albuquerque Melo

Produção Audiovisual:

Diego Ramos Feitosa - Bacharel em *Design* Gráfico

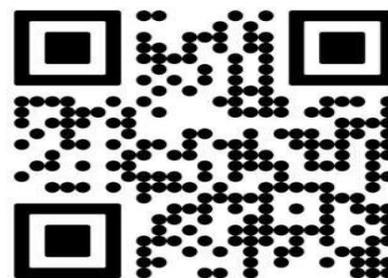
Link de acesso ao vídeo animado:

https://drive.google.com/file/d/1_T0gkU4Bj0sHzLt01fTthhIMsuilc6hL/view?usp=drive_link

QR code de acesso ao formulário de avaliação do produto educacional:

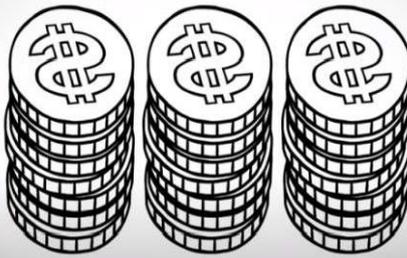


**ORÇAMENTO PÚBLICO:
ENTENDER É LEGAL!**






ORÇAMENTO PÚBLICO: ENTENDER É LEGAL!

estabelecidas, respectando as regras vigentes




O orçamento público é uma peça importante




É através do orçamento que as políticas públicas são realizadas



OS RECURSOS DA LOA SÃO:

- CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FUNCIONAMENTO DO CAMPUS.
- INVESTIMENTO: PARA EXECUÇÃO DE OBRA E INSTALAÇÕES, COMPRA DE EQUIPAMENTOS.
- ASSISTÊNCIA: PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES DESTINADAS AOS ESTUDANTES.
- CAPACITAÇÃO: PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES, DE ACORDO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (PPA).

previstos na LOA são: De custeio, de investimento,




discuta sobre a utilização desses recursos dentro das possibilidades do campus.




PAT, PDI E PRESTAÇÃO DE CONTAS

podemos gerir o orçamento de forma participativa.




A contribuição estudantil na tomada de decisões é fundamental



APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS - ESTUDANTES

Sexo: () Feminino () Masculino

Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Convivente () Outros

—

Qual a sua idade?

- () 16 anos
 () 17 anos
 () 18 anos
 () 19 anos
 () 20 ou mais

Em qual cidade você mora?

Já recebeu algum auxílio da Assistência Estudantil?

() SIM () NÃO

Se sim, qual ou quais: () Auxílio Residência () Permanência () Inclusão digital
 () Monitoria

Atualmente recebe algum auxílio da Assistência Estudantil?

() SIM () NÃO

Se sim, qual ou quais: () Aux. Residência () Aux. Permanência () Aux.
 Arte/Cultura/Lazer () Monitoria

Já foi/é bolsista em algum projeto de pesquisa ou extensão do IFS?

() SIM () NÃO

Se sim, qual ou quais: _____

Você é estudante de qual curso? () Téc. Integrado em Edificações () Téc.
 Integrado em Eletrotécnica () Téc. Integrado em Sistema de Energia Renovável

1 - Você sabe o que é Orçamento Público?

() SIM () NÃO

2 - Você sabe de onde vem o recurso para o funcionamento do Campus/Estância?

() SIM () NÃO

3 - Durante a sua permanência no IFS/Campus Estância participou de algum evento ou ação sobre o orçamento público do Campus?

() SIM () NÃO

4 - Você já recebeu alguma informação sobre os recursos financeiros que existem no Campus para realização das atividades da Instituição?

SIM NÃO

5 – Você conhece quais são os canais de divulgação e de acesso as informações sobre a distribuição/gastos dos recursos financeiros da Instituição?

SIM NÃO

6 – Abaixo apresenta-se os canais de acesso a informação e divulgação sobre o Orçamento da Instituição. Você obteve informações sobre o orçamento através dos quais?

- email conteúdo em sala de aula
 folder informações disponibilizadas em sites.
 palestras eventos
 cartilhas informativas quadro de avisos

Outro. Qual _____

Não se aplica.

7 - Você é membro de algum grupo, conselho ou grêmio estudantil?

SIM NÃO Se sim, qual? _____

8 - Já participou de reunião de Conselho de Classe, Grêmio Estudantil ou reuniões sobre decisões a serem tomadas no IFS?

SIM NÃO

9 - Você tem interesse de saber sobre os recursos orçamentários, receitas e despesas das atividades a serem realizadas no Campus/Estância?

SIM NÃO

10 - Já foi convidado/convidada para participar da prestação de contas do Campus/Estância?

SIM NÃO

11 - Já participou do momento de prestação de contas do Campus/Estância?

SIM NÃO

12 - Você já participou de reuniões para formular propostas de utilização dos recursos orçamentários do Campus?

SIM NÃO

13 - O que você gostaria de conhecer ou aprofundar sobre o orçamento público do Campus/Estância?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS - SERVIDORES/GESTORES

1) Sexo

() Feminino () Masculino

2) Idade: _____

3) Qual a sua função no IFS/Campus Estância? _____

4) Quanto tempo está na função/gestão? _____

5) A quanto tempo trabalha no Campus? _____

6) Durante esse tempo participou de alguma prática/ação que informasse os estudantes sobre o orçamento público do Campus?

() SIM () NÃO

Se sim, qual/quais?

7) No cotidiano profissional já presenciou estudantes questionando sobre os recursos orçamentários existentes no Campus?

() SIM () NÃO

Se sim, quais os questionamentos mais recorrentes?

8) Você considera importante comunicar os estudantes sobre a gestão do orçamento do Campus?

() SIM () NÃO

Por que?

9) No desempenho do seu cargo/função foram/são utilizados canais de informação para divulgar informações sobre o orçamento do Campus aos estudantes?

() SIM () NÃO

Se sim, quais são estes canais?:

() email

() conteúdo em sala de aula

() folder

() informações disponibilizadas em sites.

() palestras

() eventos

() cartilhas informativas

() quadro de avisos

10) Gostaria de sugerir alguma ação/atividade ou instrumento que fosse utilizado pela gestão do Campus para informar os estudantes sobre o orçamento público da instituição?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezados/as,

Após assistir ao vídeo educativo “ Orçamento, conhecer é legal!” favor responder os itens abaixo. As respostas devem considerar sua opinião sobre os itens contemplados no vídeo. Para isso é importante que vocês reflitam sobre os itens abordados e marque um X para cada item, na sua avaliação no questionário. É muito importante a avaliação de **TODOS OS ITENS**, assim, por favor, assegure que todos sejam respondidos. Quando sua avaliação for **DISCORDO**, **DISCORDO TOTALMENTE** ou **SEM OPINIÃO**, favor registrar suas sugestões no espaço destinado às considerações para que possamos melhorar o vídeo educativo. Sua avaliação é muito importante para a finalização deste estudo! Desde já, agradeço a sua colaboração em todas as etapas desta pesquisa.

Atenciosamente,

Daniela Santana Santos – Mestranda do ProfEPT
(Turma 2021.1)E-
mail:daniela.santos023@academico.ifs.edu.br

1) Qual o seu vínculo com o IFS/ Campus Estância?

- Estudante
 TAE
 Docente
 Colaborador (a)

Se for estudante, qual a sua turma?

- 2º ano/Téc. Integrado em Eletrotécnica
 2ºano/ Téc. Integrado, Edificações
 2º ano/Téc. Integrado em Sistemas de Energia Renovável

1) Qual a sua idade?

- 16 anos 17 anos 18 anos 19 anos 20 anos ou mais

2) Qual o seu sexo?

- Feminino Masculino

3) CONTEÚDO

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalm
O conteúdo trabalhado no vídeo foi compreendido por você?					
O vídeo aborda assuntos necessários esclarecedores sobre a Gestão do Orçamento público no Campus?					
O conteúdo apresentado no					

vídeo					
-------	--	--	--	--	--

Caso tenha marcado DISCORDO, DISCORDO TOTALMENTE ou SEM OPINIÃO, favor registrar abaixo suas sugestões:

5) SOM E IMAGEM

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
O vídeo é atrativo e de fácil entendimento?					
Os sons e imagens são de fácil compreensão?					
Os sons e as imagens são atraentes e ajudam a entender o conteúdo ?					
Existe lógica na sequências das cenas?					
O número de cenas é suficiente para entender o conteúdo.					

Caso tenha marcado DISCORDO, DISCORDO TOTALMENTE ou SEMOPINIÃO, favor registrar abaixo suas sugestões:

6) APRENDIZAGEM

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
O vídeo contribui para a divulgação das informações e dos canais de participação dos estudantes na gestão do orçamento público do IFS?					
Após assistir ao vídeo você se sentiu motivado(a) a buscar informações sobre o orçamento público do IFS?					
Recomendaria esse vídeo para outros estudantes?					

Caso tenha marcado DISCORDO, DISCORDO TOTALMENTE ou SEMOPINIÃO, favor registrar abaixo suas sugestões:

7) Você tem alguma sugestão ou crítica a fazer com relação ao vídeo educativo?

APÊNDICE E - TERMO/REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(PARA MENORES DE 07 A 18 ANOS)

Convidamos você _____ após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: “**A percepção dos estudantes do ensino médio integrado acerca do orçamento público no IFS/ Campus Estância**”.

Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora Daniela Santana Santos, residente na Av. Alexandre Alcino, 150, Aeroporto/Condomínio Vida Bela, Bloco 03, Apto 305 Cep: 49038-060 Telefone: (079) 99914/2576 / E-mail: daniela.santos023@academico.ifs.edu.br. E está sob a orientação da Prof^a. Dr^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo, e-mail:sonia.melo@ifs.edu.br, telefone: (79) 98808- 4199.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado acerca da gestão dos recursos orçamentários no Instituto Federal de Sergipe - *Campus Estância*. Sendo assim, essa pesquisa fundamenta-se em um estudo de caso com abordagem qualiquantitativa, na qual os dados serão coletados por meio de aplicação de questionário semiestruturados, com a participação voluntária dos estudantes do Ensino Médio Integrado, especificamente, das turmas do 2º ano e a partir da análise e interpretação dos dados coletados, elaboraremos um vídeo educativo intitulado “Orçamento: Entender é legal!” que abordará questões acerca do orçamento público do IFS/*Campus Estância*.

Dentre os desconfortos e riscos:

- Tomar o tempo dos participantes ao responder o questionário e/ ou participar das atividades e sentir algum desconforto;
- Interferência na vida e na rotina dos sujeitos
- Divulgação de imagem e/ou registros fotográficos das atividades realizadas;
- Divulgação de dados confidenciais;

Meios para evitar os riscos e desconfortos:

- Os questionários aplicados não serão extensos evitando ocupar o menor tempo possível dos participantes;
- As etapas da pesquisa serão realizadas no prédio do IFS/Campus Estância para menor interferência na rotina dos sujeitos;
- Durante a realização da pesquisa os participantes serão acompanhados pela pesquisadora, recebendo apoio caso haja alguma dificuldade ou desconforto;
- Será garantido aos participantes que seus dados coletados (imagens, observações, fotografias e questionários) ficarão no anonimato e sob a responsabilidade da pesquisadora (Daniela Santana Santos, residente na Av. Alexandre Alcino, 150, Aeroporto/Condomínio Vida Bela, Bloco 03, Apto 305 Cep: 49038-060 Telefone: (079) 99914/2576/E-mail:daniela.santos023@academico.ifs.edu.br e que seus dados coletados serão armazenados em arquivo digital no PC da própria da pesquisadora pelo período de 05 anos.

Benefícios da Pesquisa

- Faz-se importante a presente pesquisa uma vez que vem contribuir com a formação integral dos estudantes da educação básica com ênfase no ensino profissional na EPT por meio da abordagem de um tema que colabora na formação cidadã desses estudantes. Os benefícios esperados são a sensibilização dos estudantes do IFS – *Campus* Estância acerca da importância de conhecer a gestão do orçamento público do Campus, além de fomentar a participação destes nos espaços democráticos da gestão escolar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa por meio de questionários, entrevista, observações e registros fotográficos ficarão armazenados em pastas de arquivo digital do computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora Daniela Santana Santos, no endereço acima supracitado, pelo período de no mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025- 330.: (79) 3711 – 1422 e-mail: cep@ifs.edu.br).

Assinatura do pesquisador

**ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO
VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, _____ portadora documento de Identidade _____ (se já tiver documento), abaixo assinado, concordo em participar do estudo “**A percepção dos estudantes do ensino médio integrado acerca da gestão do orçamento público no IFS/ Campus Estância**”, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Local e data _____

Assinatura do (da) menor: _____

APÊNDICE F - TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar como voluntário (a) da pesquisa, “**A percepção dos estudantes do ensino médio integrado acerca da gestão do orçamento público no IFS/ Campus Estância**”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Daniela Santana Santos**, residente na Av. Alexandre Alcino, 150, Aeroporto/ Condomínio Vida Bela, Bloco 03, apto

305 Cep: 49038-060 / Telefone: (079) 99914/2576 / E-mail: daniela.santos023@academico.ifs.edu.br. E está sob a orientação da Prof^a. Dr^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo, e-mail:sonia.melo@ifs.edu.br, telefone: (79) 98808-4199.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado acerca da gestão dos recursos orçamentários no Instituto Federal de Sergipe - *Campus Estância*. Sendo assim, essa pesquisa fundamenta-se em um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa, na qual os dados serão coletados por meio de aplicação de questionários semiestruturados, com a participação voluntária dos estudantes do Ensino Médio Integrado, especificamente, das turmas do 2º ano e a partir da análise e interpretação dos dados coletados, elaboraremos um vídeo educativo intitulado “Orçamento: Entender é legal!” que abordará questões acerca do orçamento público do IFS/*Campus Estância*.

Dentre os desconfortos e riscos:

- Tomar o tempo dos participantes ao responder o questionário e/ ou participar das atividades e sentir algum desconforto;
- Interferência na vida e na rotina dos sujeitos
- Divulgação de imagem e/ou registros fotográficos das atividades realizadas;
- Divulgação de dados confidenciais.

Meios para evitar os riscos e desconfortos:

- Os questionários aplicados não serão extensos evitando ocupar o menor tempo possível

dos participantes;

- As etapas da pesquisa serão realizadas no prédio do IFS/Campus Estância para menor interferência na rotina dos sujeitos;
- Durante a realização da pesquisa os participantes serão acompanhados pela pesquisadora, recebendo apoio caso haja alguma dificuldade ou desconforto.
- Será garantido aos participantes que seus dados coletados (imagens, observações, fotografias e questionários) ficarão no anonimato e sob a responsabilidade da pesquisadora (Daniela Santana Santos, residente na Av. Alexandre Alcino, 150, Aeroporto/Condomínio Vida Bela, Bloco 03, Apto 305 Cep: 49038-060 Telefone: (079) 99914/2576/E-mail: daniela.santos023@academico.ifs.edu.br e que seus dados coletados serão armazenados em arquivo digital no PC da própria da pesquisadora pelo período de 05 anos.

Benefícios da Pesquisa

- Faz-se importante a presente pesquisa uma vez que vem contribuir com a formação integral dos estudantes da educação básica com ênfase no ensino profissional na EPT por meio da abordagem de um tema que colabora na formação cidadã desses estudantes. Os benefícios esperados são a sensibilização dos estudantes do IFS – *Campus* Estância acerca da importância de conhecer a gestão do orçamento público do Campus, além de fomentar a participação destes nos espaços democráticos da gestão escolar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa por meio de questionários, entrevista, observações e registros fotográficos ficarão armazenados em pastas de arquivo digital no computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora Daniela Santana Santos, no endereço acima supracitado, pelo período de no mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025-330.: (79) 3711 – 1422 e-mail: cep@ifs.edu.br)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____ após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “**A percepção dos estudantes do ensino médio integrado acerca da gestão do orçamento público no IFS/ *Campus* Estância**”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

ANEXO A - DIVULGAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL PELO IFS/ CAMPUS ESTÂNCIA



RELATÓRIO DE GESTÃO E USO DO ORÇAMENTO

Apresentação do Relatório de Gestão para a comunidade acadêmica e apresentação do vídeo sobre o orçamento público e a possibilidade de construção coletiva do uso das verbas públicas.



Fonte: ASCOM/ Campus Estância, 2023



Fonte: Instagram do IFS/Campus Estância, 2023

ANEXO B - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO ACERCA DA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO IFS/CAMPUS ESTÂNCIA

Pesquisador: DANIELA SANTANA SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68974423.5.0000.8042

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.064.604

Apresentação do Projeto:

O Orçamento Público é uma ferramenta primordial para o bom desenvolvimento de uma instituição. Partindo desta premissa, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção que os estudantes do Ensino Médio Integrado possuem acerca da gestão do orçamento público no IFS/ Campus Estância. Já os objetivos específicos consistem em: descrever os documentos oficiais do IFS que visam à sensibilização dos estudantes quanto à participação na gestão do orçamento público; identificar e elencar por meio de questionário se os estudantes acessam os canais de informação, quais informações eles procuram, o que pensam e conhecem sobre o orçamento público do IFS/Campus Estância; e elaborar um produto educacional em formato audiovisual, intitulado "Orçamento: entender é legal!" para sensibilização dos estudantes acerca do tema. Por meio da vertente sócio – crítica, enfatizamos a importância do orçamento

Continuação do Parecer: 6.064.604

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLETermoConsentimento.pdf	14/04/2023 19:26:20	DANIELA SANTANA SANTOS	Aceito
Outros	TAUImagemDepoimento.pdf	14/04/2023 18:05:42	DANIELA SANTANA SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoeConfidencialidade.pdf	14/04/2023 17:54:56	DANIELA SANTANA SANTOS	Aceito
Orçamento	CronogramaFinanceiro.pdf	14/04/2023 17:35:06	DANIELA SANTANA SANTOS	Aceito
Declaração de concordância	cartadeanuencia.pdf	14/04/2023 17:05:52	DANIELA SANTANA SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 17 de Maio de 2023

Assinado por:
Graziela Gonçalves Moura
(Coordenador(a))